



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO**

**TERENA SOUZA DA SILVA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:  
REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA DE POLÍTICA DE EXTENSÃO E A PRÁTICA  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**PELOTAS**

**2012**

**TERENA SOUZA DA SILVA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:  
REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA DE POLÍTICA DE EXTENSÃO E A PRÁTICA  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz

**PELOTAS**

**2012**

**TERENA SOUZA DA SILVA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:  
REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA DE POLÍTICA DE EXTENSÃO E A PRÁTICA  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

E aprovada sua versão final em \_\_\_\_\_ atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Católica de Pelotas, Curso de Mestrado em Política Social.

Pelotas, ..... de ..... de .....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz (UCPEL)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (UCPEL)  
Membro Examinador I

---

Prof. Dr Paulo José Germany Gaiger (UFPEL)  
Membro Examinador II

**PELOTAS, 2012.**

### **Dedicatória**

Ao meu amor, amigo e companheiro, João Carlos, pela compreensão, carinho, incentivo e apoio incondicional durante os momentos mais importantes desta caminhada.

Aos meus pais Sérgio e Andiará que sempre apoiaram e incentivaram as minhas caminhadas, acreditando que a educação ajudaria a me transformar em uma pessoa melhor.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao fundamental apoio recebido de meu companheiro, meu noivo João, que me estimulou a ingressar no curso e com carinho e paciência incentivou-me diariamente à realização deste trabalho. Agradeço também o carinho incondicional de Sofia e Mel, proporcionando conforto nas horas de angústia e cansaço.

Agradeço meus pais pelo empenho e esforço que dedicaram à minha educação e meus irmãos por participarem dos momentos mais importantes da minha vida.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fábio Cruz, pela confiança que depositou em mim e no meu projeto e pela tranquilidade e paciência.

Aos Professores Paulo Gaiger e Raquel Sparemborg que prontamente aceitaram participar da banca e, através de suas críticas e sugestões, contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço aos professores do curso, com os quais tive o privilégio de conviver e apreender e aos colegas que compartilharam de muitos momentos cansativos porém alegres e enriquecedores.

A Universidade Federal de Pelotas, primeiro por ter me apresentado e permitido conviver com a Extensão Universitária e segundo pela oportunidade de realizar este curso de Mestrado, e agradeço aos colegas de trabalho da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura pelo convívio e troca de experiências.

Agradeço a todos, que de uma forma ou outra, enviaram pensamentos positivos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

E por último, mas não menos importante, agradeço ao destino por ter me proporcionado esta oportunidade.

## RESUMO

O presente estudo está inserido no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, na linha de Pesquisa Questão social, direitos humanos e acesso à justiça. Tem como objetivo analisar a proposta e a prática da política de extensão na Universidade Federal de Pelotas e relacioná-las com as temáticas de direitos humanos e cidadania. A análise leva em consideração os projetos de extensão desenvolvidos na UFPEL no intervalo de 2009 a 2011, são considerados também a Política Nacional de Extensão Universitária, a Proposta de Política de Extensão e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPEL. A metodologia utilizada inclui a revisão bibliográfica sobre os temas e um estudo de caso sobre a prática extensionista e a proposta de política de extensão da UFPEL para a área de direitos humanos e cidadania. Para análise, além dos documentos que definem a política nacional, a proposta política da universidade e o PDI, foram utilizados relatórios gerenciais fornecidos pelo Sistema de Informações e Gestão de Projetos da Pró-Reitoria de Extensão. Inicialmente o trabalho apresenta os temas aqui relacionados, e posteriormente expõe a prática extensionista da Universidade Federal de Pelotas nos últimos anos e a nova Proposta de Política de Extensão. Por último, após uma análise teórica embasada em autores como Freire (2006), Gurgel (1986), Demo (2001), Botomé (1996), Santos (2010), Piovesan (2004), Benevides (1994), Vieira (2000), Carvalho (2006), Bobbio (2004), Behring&Boschetti (2007) entre outros, o trabalho aprecia a extensão universitária praticada na UFPEL sobre o princípio de uma extensão preocupada com o exercício da cidadania e com a luta pela efetivação dos direitos do homem. A partir da análise das informações e dados disponíveis o trabalho aponta algumas questões a serem revistas como forma de construir uma Universidade verdadeiramente pública e integrada com a comunidade na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

**Palavras-chave:** extensão universitária; direitos humanos; cidadania.

## ABSTRACT

This study is part of the Graduate Programme in Social Policy at the Catholic University of Pelotas, in line Survey Question social, human rights and access to justice. Aims to analyze the proposal and practice of extension policy at the Federal University of Pelotas and relate them to the issues of human rights and citizenship. The analysis takes into account the extension projects developed in UFPEL in the range from 2009 to 2011, are also considered the National University Extension, the Extension Proposal Policy and Institutional Development Plan of UFPEL. The methodology includes a literature review on the issues and a case study on the practical extension and the proposed extension of UFPEL policy for the area of human rights and citizenship. For analysis, in addition to documents that define the national policy, the proposed university policy and PDI were used management reports provided by the Information Systems and Project Management Dean of Extension. Initially, the paper presents the topics listed here, and then exposes the practical extension of the Federal University of Pelotas in recent years and the new Policy Proposal Extension. Finally, after a theoretical analysis based on authors as Freire (2006), Gurgel (1986), Demo (2001), Botomé (1996), Santos (2010), Piovesan (2004), Benevides (1994), Vieira (2000) Carvalho (2006), Bobbio (2004), Behring & Boschetti (2007) among others, the work appreciates the university extension practiced in UFPEL on the principle of an extension worried about citizenship and the struggle for the realization of human rights. From the analysis of information and data available work addresses some issues to be reviewed as a way to build a truly public university and integrated with the community in the struggle for a more just, equitable and democratic.

**Keywords:** university extension, human rights, citizenship.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Associação dos Docentes do Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COCEPE	Conselho Coordenador do ensino, da Pesquisa e da Extensão
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento e Apoio Técnico
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DA	Demanda Anual
DART	Departamento de Arte e Cultura
DE	Demanda Espontânea
DEXT	Departamento de Extensão e Treinamento
EAD	Educação à Distância
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FASUBRA	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FORPROEX	Fórum dos Pró-Reitores de Extensão
GT	Grupo de Trabalho
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPESSE	Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Ministério do Interior
MUDES	Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PET	Programa de Educação Tutorial
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PREC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada
SIEX	Sistema de Informação e Gestão de Projeto
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNE	União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Projetos/Programas apoiados pelo PROEXT .....	96
Figura 2: Projetos/Programas por área temática na UFPEL .....	112
Quadro 1: Áreas temáticas do PROEXT .....	97
Quadro 2: Recursos orçamentários da PREC .....	114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1- DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b> .....	16
1.1 DIREITOS HUMANOS .....	16
<b>1.1.1 Direitos humanos, fundamentais e a Constituição Federal Brasileira</b> .....	23
1.2 CIDADANIA: concepções.....	29
<b>1.2.1 Cidadania no Brasil</b> .....	36
<b>2- UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: origens e concepções</b> .....	41
2.1 A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE .....	41
2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA .....	47
2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU COMPROMISSO SOCIAL .....	65
<b>2.3.1 História da Política Nacional de Extensão das Universidades Brasileiras</b> .....	77
<b>2.3.2 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras</b> .....	79
<b>2.3.3 Política Nacional de Extensão</b> .....	87
<b>3- EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> .....	101
3.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS .....	101
<b>3.1.1 O município de Pelotas</b> .....	103
3.2 EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS .....	104
<b>3.2.1 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas.....</b>	104
3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS ....	116
<b>3.3.1 Atual proposta de política de extensão da UFPEL</b> .....	121
<b>4- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b> .....	128
4.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, FUNDAMENTAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	128
4.2 A EXTENSÃO DA UFPEL E OS TEMAS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	150
<b>ANEXOS</b> .....	156

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, em sua forma inicial, enquanto projeto de dissertação, pretendia identificar as possibilidades de ampliação da cidadania, por meio da extensão universitária, pois, acreditava-se que as universidades poderiam se transformar em instrumento de transformação social, através de ações direcionadas ao tema. No entanto, o primeiro impasse para a comprovação desta afirmação ocorreu com a percepção de que a temática cidadania vai muito além do que se imaginava.

A cidadania envolve a questão dos direitos humanos, direitos do homem, do cidadão e, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, compreende-se que, apesar dos grandes avanços no cenário mundial e nacional em relação à proteção dos direitos humanos, os problemas e entraves para a sua efetivação ainda são muitos. A abordagem teórica utilizada aponta a realização da cidadania como essencial para a concretização dos direitos humanos e, diante da constatação de que mesmo em regimes considerados democráticos, como no Brasil, a cidadania não é exercida em sua forma plena.

Desta forma, a pesquisa tomou outro caminho e passou a procurar identificar como a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL - trata os temas direitos humanos e cidadania em sua proposta de política para a área de extensão e como ela é materializada pelos extensionistas da universidade.

A intenção desta abordagem não é atribuir às Instituições Públicas de Ensino Superior a responsabilidade de resolver os problemas do país, mas sim, investigar alternativas mais efetivas para o cumprimento de sua função social, normalmente, desenvolvida através de ações de extensão universitária.

Como ponto de partida, procurou-se estabelecer a evolução histórica dos direitos humanos, apontando que o contexto histórico e cultural influenciou, diretamente, na construção destes direitos. Na antiguidade, acreditava-se que alguns homens nasciam livres e outros, para servirem como escravos. Foi apenas com a chegada do Estado Moderno e das invenções científicas e tecnológicas que começam a surgir as primeiras declarações e constituições para o estabelecimento de alguns direitos.

Neste momento, a burguesia reivindica uma maior participação no governo e passa a lutar contra o absolutismo da nobreza e do clero. Com o avanço do capitalismo e do liberalismo, nasce a sociedade mercantil burguesa e, evidentemente, apenas a classe social superior passa a desfrutar das conquistas.

Esta característica exerceu influência sobre a evolução dos direitos humanos; lutas foram travadas com o apoio da população, que apresentava discurso de universalização de direitos, mas, quando os verdadeiros propósitos das batalhas eram alcançados, os indivíduos mais desprovidos e desprotegidos retornavam a uma situação de exploração. O contexto existente na contemporaneidade apresenta reflexos desta história.

Um dos marcos mais importante para as conquistas de hoje foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento representava a proposta de direitos universalizados, entretanto, foi preciso muita luta para que o discurso presente no texto se tornasse uma prática.

No cenário brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece o conjunto dos direitos fundamentais, mas estes, ainda hoje, não são efetivamente concedidos a toda sociedade. A falta de vontade política e a ausência de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da sociedade são pontos fundamentais para a não concretização dos direitos do cidadão.

Em um segundo momento, explorou-se o tema cidadania e abordaram-se sua história e suas concepções, na tentativa de demonstrar a relação da efetivação dos direitos do homem com o exercício da cidadania. A concepção que, culturalmente, foi determinada para cidadania, muitas vezes, fica restrita aos direitos políticos, ou seja, ao direito de votar e ser votado e, com base no referencial teórico utilizado, a compreensão que foi adotada para este trabalho estabelece o exercício da cidadania como oportunidade de conquistar espaços, onde o cidadão possa reivindicar seus direitos, previamente, reconhecidos por lei e negligenciados pelo Estado.

O exercício da cidadania presume uma participação efetiva da vida em sociedade, usufruindo de direitos e cumprindo seus deveres enquanto cidadãos. A ideia de liberdade,

proveniente do liberalismo, provocou um esvaziamento da vida em sociedade, pois, para este sistema político a coletividade não se enquadra em sua proposta.

Entretanto, a atuação conjunta da sociedade tem o poder de estabelecer a democracia e, assim o fez, na época em que lutou pelo fim da ditadura militar no Brasil e pelo processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo<sup>1</sup>. Porém, esta participação foi sendo reduzida e, apesar do nível de democracia conquistado, os direitos não foram universalizados na prática.

Na contemporaneidade brasileira, não se possui a escravidão ou, ao menos, não é reconhecida como uma prática aceitável, mas, em contrapartida, o país apresenta um dos maiores índices de desigualdade social.

A participação e mobilização da sociedade são fatores condicionantes à realização da cidadania, à efetivação dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, a consolidação dos direitos humanos. E, para isso, são necessárias ações que fortaleçam os movimentos sociais e proporcionem a reconstrução de espaços, onde o cidadão possa exercer a democracia, e é neste momento que as universidades, enquanto membros da sociedade, são chamadas a darem sua contribuição.

Diante deste contexto, é preciso compreender a história das Instituições de Ensino Superior e da Extensão Universitária, portanto, neste trabalho, delineou-se a trajetória das universidades no cenário mundial e no Brasil e identificou-se um ponto em comum: inicialmente, a educação era utilizada como forma de controle sobre os indivíduos. No Brasil, as universidades surgiram para atender as elites e, somente a partir de 1930, algumas camadas da classe média conseguem espaço nas Instituições, porém, esse processo de abertura é interrompido durante a ditadura militar -1964 a 1985 - e as universidades são reformuladas de acordo com os interesses econômicos.

Até este momento, a principal função da universidade era o ensino, a formação técnica de burocratas e de políticos, mas, conforme relatos, durante a existência da

---

<sup>1</sup> Em 1992 a Câmara dos Deputados aprovou o pedido de impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo, que renunciou ao cargo na tentativa de evitar sua inelegibilidade por oito anos. Ao final deste mesmo ano, o Ex-presidente foi considerado culpado e teve seus direitos cassados. Esta ação contou com o apoio da população através do movimento conhecido como "Fora Collor" e, liderado pelos "caras-pintadas". Como resposta a um pedido de apoio do Presidente, a população se vestiu de preto e pintou seu rosto para pedir o impeachment de Collor.

Universidade Livre de São Paulo, de 1911 a 1917, a extensão universitária já se materializava na forma de cursos de extensão para a população.

Posteriormente a isso, a extensão passa a ser executada por meio de prestação de serviços e de assistência técnica aos agricultores. Desde então, as ações extensionistas priorizam a prestação de serviços, os cursos de qualificação e capacitação, ou seja, defendem a prática do assistencialismo e da disseminação do conhecimento produzido nos bancos escolares.

O movimento estudantil, surgido na década de 1930, dá início ao processo de defesa por universidades democráticas e abertas à população. A ideia presente nesta época é de levar os estudantes à realidade, por meio da integração com a sociedade e, embora esta proposta apresente críticas em relação à forma como a integração é realizada, foi um marco importante para o início dos debates sobre a função da extensão universitária, dentro do contexto das Instituições de Ensino Superior.

A partir dos anos 1980, com a retomada do período democrático começa a surgir o debate sobre a participação das universidades na transformação da sociedade e, desde então, este tema tem estado presente na comunidade universitária.

Recentemente, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, criado em 1987, estabeleceu uma nova Política Nacional de Extensão, procurando adequar seus propósitos e diretrizes com a realidade brasileira. A Universidade Federal de Pelotas, seguindo os passos do Fórum, elaborou uma Proposta de Política de Extensão para a Instituição e, neste trabalho, procurou-se analisar o documento e verificar a prática extensionista da UFPEL, de forma a tentar identificar a existência de ações que contribuam para o exercício da cidadania e para a efetivação dos direitos do cidadão.

Para análise e reflexão sobre os temas abordados, levou-se em consideração diversos autores como Freire (2006), Gurgel (1986), Demo (2001), Botomé (1996), Santos (2010), Piovesan (2004), Benevides (1994), Vieira (2000), Carvalho (2006), Bobbio (2004), Behring & Boschetti (2007) entre outros.

# **1 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

## **1.1 DIREITOS HUMANOS**

A temática cidadania é complexa e envolve aspectos relacionados à história, política e direitos humanos. Para melhor entendimento e análise deste tema, é importante realizar um exame sobre a evolução histórica dos conceitos de direitos humanos e cidadania, bem como suas relações com o contexto político e social.

Como afirma Norberto Bobbio (2004), sem os direitos do homem protegidos e reconhecidos, não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para solução pacífica dos conflitos, e os direitos não são exercitados. A democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos tornam-se cidadãos, quando lhes são reconhecidos os direitos fundamentais.

De forma incontestável, as últimas décadas mostram a mudança pela qual as discussões e normas sobre direitos humanos passaram. Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos passam a ser considerados como uma alternativa para a esquerda política, e cresce no mundo um aparente interesse e preocupação sobre o tema, principalmente, após o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Entretanto, o que se via e, infelizmente, ainda se vê nos dias de hoje pelo mundo, são verdadeiras atrocidades contra a pessoa humana; os direitos humanos atravessaram um processo de desconfiança, enquanto instrumentos capazes de propiciar vida digna aos indivíduos. Hoje, com a falha dos sistemas socialistas e da revolução social, a modernidade recorre aos direitos humanos na tentativa de retomar uma proposta de igualdade para todos. Além disso, a história demonstra que a humanidade precisa de limites e normas, para que os objetivos individuais não ultrapassem os limites do respeito ao próximo.

Para que os direitos humanos sejam aplicados e efetivados, é preciso enfrentar as tensões entre Estado e sociedade civil, e tensões entre Estado e globalização. Isto implica a formulação de ideias de forma global. Logo, torna-se evidente o quão complexa é a efetivação dos direitos humanos de forma ampliada, e justifica-se a tendência, em um primeiro momento, à regulamentação e à proteção dos direitos locais.

No entanto, os direitos humanos buscam, hoje, um reconhecimento mundial, e podem ser considerados como um dos pilares da luta por uma vida digna.

No caso do Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o principal marco em relação à garantia e defesa dos direitos do cidadão, principalmente, pela trajetória de ditadura que o país havia enfrentado como inúmeros processos de repressão e limitações. Porém, no Brasil, a efetivação dos direitos humanos também encontra inúmeros desafios dos quais podem ser destacados a falta de vontade política e, embora a Constituição de 1988 tenha sido um grande avanço em relação a isto, o interesse é de buscar alternativas para que os direitos do cidadão brasileiro sejam efetivados.

Os direitos humanos são construídos de acordo com a história e com determinados contextos culturais. O que há séculos era considerado como um direito fundamental do homem, hoje pode ser visto de maneira distinta, reduzida ou até mesmo ampliada.

Bobbio (2004) coloca os direitos do homem como uma classe variável, com uma carga histórica modificada em razão de interesses de quem detinha o poder, da forma como os direitos podiam ser concretizados, das mudanças tecnológicas. Enfim, os direitos do homem, vão sendo moldados às transformações da civilização. Ele complementa afirmando que o maior problema dos direitos do homem não está centrado apenas na justificativa do seu estabelecimento, e sim, na forma como eles serão protegidos. Para ele, isto é um problema de ordem política.

Para melhor entender o tema de direitos humanos, em evidência nos últimos anos, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, será feito um breve levantamento histórico sobre a evolução dos direitos humanos. A análise da história permite que se compreenda a importância e a função dos direitos humanos ao longo dos tempos.

Durante muito tempo, o mundo ocidental adotou modos de produção baseados no trabalho escravo. Este desprezo para com os direitos da pessoa humana perdurou por toda Idade Média - 476 a 1453 -, durante o período da Idade Moderna, que vai até a Revolução Francesa - 1789 - e Revolução Industrial.

Na antiguidade, não havia direito de igualdade e liberdade, pois se acreditava que uns nasciam para ser livres, enquanto outros nasciam para ser escravos, mas alguns

pensamentos da época contribuíram para o desenvolvimento do tema no decorrer das civilizações (BOBBIO, 2004).

As primeiras manifestações do homem diante das imposições dos soberanos apresentam registros na Grécia Antiga, no pensamento de Buda, no direito romano, na idade média, e no pensamento de Santo Thomaz de Aquino. Entretanto, ao longo da história, os nobres e a igreja continuaram sendo os únicos beneficiados.

Com a chegada do Estado Moderno, das grandes invenções científicas e tecnológicas, com o advento do social, da Revolução Francesa e independência americana, o processo de reconhecimento dos direitos humanos começa a ganhar institucionalização através de declarações e constituições.

Estes momentos foram de extrema importância para a evolução dos direitos humanos, mas não foram a solução definitiva, pois, segundo Bobbio:

Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados (BOBBIO, 2004:25).

Algumas declarações merecem ser mencionadas como as Declarações de Direitos dos Estados Norte-Americanos - 1776 - e da Revolução Francesa - 1789. Estas declarações, segundo Bobbio (2004), serviram de base para a concepção de sociedades que, posteriormente, foram consideradas como individualistas, e quase sempre no sentido de que isso seja um aspecto negativo, pois ambas consideram os homens de forma singular, como possuidores de direitos antes mesmo de pertencerem a uma sociedade. Ainda assim, apesar de críticas, estas são marcas do fim do regime feudal e o início de um novo período na história mundial.

A Revolução Francesa teve como suporte a reivindicação da burguesia por uma maior representatividade no governo. Eles desejavam ter seus direitos garantidos pelo Estado, sem serem abusivamente cobrados. É neste período que os burgueses iniciam a luta por seus direitos como cidadãos. Anteriormente a isto, dentre os séculos XVI e XVIII, os ideais iluministas já vinham criticando o mercantilismo, o absolutismo e os privilégios exclusivos da nobreza e do clero (BOBBIO, 2004).

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pelo avanço do capitalismo e pelas diretrizes do regime liberal clássico. É importante destacar que o liberalismo avançou em decorrência de ideais iluministas como a livre disposição de bens, a propriedade privada e a liberdade de troca, compra e venda. Neste contexto, nasce a sociedade mercantil burguesa e a busca pela acumulação de capital. Evidentemente, apenas a classe social superior consegue se inserir na nova estrutura econômica e os princípios defendidos como universais, durante as revoluções burguesas, já não interessam mais.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão marcou a história em 26 de agosto de 1789, e definiu indivíduo humano como membro de uma categoria que não comporta nenhum tipo de diferença:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão fazia referência a um humano universalizado dentro de uma civilização, e seus direitos foram considerados como inalienáveis e independentes de governos. Ela declarava em seu art.1º: *Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.* No entanto, o assunto foi tratado de forma secundária pelos governos, durante o século XX, e os indivíduos que não pertencessem a nenhuma civilização ficavam desprotegidos e dependendo de asilo de outras civilizações.

A partir do período do pós-guerra no século XX, em resposta às atrocidades cometidas neste período, ocorreu o processo de internacionalização dos direitos humanos. O nazismo teve grande influência no nascimento do interesse pela reconstrução dos direitos humanos, pois condicionava o direito a ter direitos apenas a quem pertencia à raça pura ariana (PIOVESAN, 2004). A autora define direitos humanos como:

[...] um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. São fruto da nossa história, de nosso passado e de nosso presente, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautado pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo (PIOVESAN, 2004:259).

O processo de internacionalização dos direitos humanos tem seu início com o surgimento da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1945. E foi diante deste contexto que foi construída a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada e proclamada, posteriormente, em 10 de dezembro de 1948, pelas Nações Unidas. Este documento utilizou como inspiração a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e buscava alcançar os direitos do homem de forma universal.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é um documento importante, principalmente, para os indivíduos oprimidos, pois, contribuiu como embasamento legal da luta pela constitucionalização dos direitos humanos e da cidadania. Muitos direitos do homem foram positivados em decorrência desta declaração.

No entanto, é importante destacar que, para a concretização destas conquistas, foi preciso muita luta, principalmente, pelo fato dos próprios estados que participaram do processo de construção da declaração terem resistido ao cumprimento de todos os acordos.

Além disso, desde a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos fica evidente que a universalidade é muito mais complexa e o documento poderia servir à afirmação da hegemonia ocidental, já que a maioria dos países africanos e asiáticos não fez parte da elaboração e constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Apesar disto, subentende-se que os africanos e asiáticos não deram sua contribuição em razão de sua histórica trajetória de colonização, sendo eles, desde o princípio, desprovidos de direitos.

Apesar destas considerações, não se pode deixar de compreender a importante contribuição que a Declaração de 1948 ofereceu às discussões sobre a preservação dos direitos humanos. Piovesan (2004) atribui ao documento a nova concepção dada aos direitos humanos, passando estes a ser, perante o texto, universais.

Com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos surgem novas manifestações e lutas políticas pela liberdade. Muitas das constituições nacionais que vieram a

positivar os direitos e a cidadania dos indivíduos tiveram como fonte de inspiração a referida declaração. Passa, então, a surgir o sujeito de direito e, com isso, uma nova concepção jurídica denominada de Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em 1993, durante a II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, foi estabelecida a universalização dos direitos conforme disposto em seu art. I abaixo:

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o compromisso solene de todos os Estados de promover o respeito universal e a observância e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, outros instrumentos relacionados aos direitos humanos e o direito internacional. A natureza universal desses direitos e liberdades está fora de questão (DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993).

Durante a II Conferência Internacional de Direitos Humanos, foram estabelecidas resoluções para as concepções de direitos humanos, e elas apresentaram impactos em relação a alguns aspectos como: a legitimação da noção de indivisibilidade dos direitos humanos, cujos preceitos devem se aplicar, tanto aos direitos civis e políticos, quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais; a defesa dos direitos de solidariedade, do direito à paz, do direito ao desenvolvimento e do direito relacionado às questões ambientais.

A Conferência de Viena classificou como abuso crimes contra os direitos da pessoa humana que, até então, tinham espaço na esfera privada, entre eles foram relacionados os crimes praticados dentro de casa contra a mulher. E, a partir do reconhecimento da violência praticada contra as mulheres como crime e violação dos direitos humanos, os países membros da ONU se comprometeram em buscar a eliminação de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher<sup>2</sup>.

No entanto, a principal controvérsia destes documentos internacionais está relacionada à inaplicabilidade dos princípios dos direitos humanos de forma universal devido aos diferentes padrões culturais e religiosos presentes no mundo. Esta inaplicabilidade é salientada por Piovesan (2004), ao esclarecer que o direito ao desenvolvimento, um direito declarado universal e inalienável, exige uma globalização diferente da existente, com

---

<sup>2</sup> Não será aprofundada esta questão ou questões específicas, pois a proposta do estudo é trabalhar a efetivação dos direitos humanos e o exercício da cidadania e relacioná-los à extensão universitária. Entretanto, reconhece-se este como um ponto importante para a história do reconhecimento dos direitos do homem.

princípios éticos e de solidariedade, que não permita que a riqueza de uma minoria seja construída e mantida à custa da pobreza de uma maioria explorada e marginalizada.

Apesar das limitações apresentadas, a Declaração de Viena, de 1993, afirma em seu primeiro artigo que a natureza dos direitos humanos não admite dúvidas, e o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos homens nascem livres e com a mesma dignidade e direitos, ou seja, são iguais.

Para Bobbio (2004:29):

A declaração conserva apenas um eco porque os homens, de fato, não nascem nem livres nem iguais. São livres e iguais com relação a um nascimento ou natureza ideais, que era precisamente a que tinham em mente os jusnaturalistas<sup>3</sup> quando falavam em estado de natureza. A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser.

Os direitos humanos estabelecidos na Declaração Universal, apesar de serem constantemente violados, são amplamente conhecidos. O direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, o direito de não ser torturado nem escravizado, de não ser detido ou exilado, arbitrariamente, direito à igualdade jurídica e à proteção contra a discriminação, direito a um julgamento justo, à liberdade de pensamento, de expressão, de religião, locomoção e reunião, direito à participação política, à educação, ao trabalho, direito a um mínimo necessário para uma vida digna.

Piovesan (2004), afirma que o efetivo exercício dos direitos humanos está diretamente relacionado com a realização da cidadania, pois, este último propicia, em parte, a concretização do primeiro.

Benevides (1994) considera que, mesmo em regimes democráticos, a cidadania continua sendo exercida de forma incompleta e excludente. Os direitos ainda não são universais em sua totalidade, perpetuando a prática de privilégios.

Os direitos humanos, assim como a cidadania, não são fatos prontos, são consequências de um processo de lutas e transformação social. Representam o resultado de

---

<sup>3</sup> Segundo Bobbio (2004:28) o jusnaturalismo, de John Locke, defende a ideia de que o homem tem direitos naturais que ninguém pode lhe subtrair e nem ele mesmo pode alienar. [...] *o verdadeiro estado do homem não é o estado civil, mas o natural, ou seja, o estado de natureza no qual os homens são livres e iguais, sendo o estado civil uma criação artificial, que não tem outra meta além da de permitir a mais ampla explicitação da liberdade e da igualdade naturais.*

luta contra qualquer ato de violência, repressão, opressão, preconceito e desrespeito à dignidade humana. Outra relação que pode ser apontada, através das leituras realizadas, diz respeito à ligação que ambos, direitos humanos e cidadania, apresentam em relação aos direitos de liberdade e igualdade.

Os direitos humanos apresentam uma formalização ampla, universal, regulada e formalizada por centenas de países – internacionalizada – e a cidadania, historicamente, apresenta um caráter nacionalista, territorial. Cada Estado, através de suas constituições, regimentos e normas, estabelece quem é cidadão, que direitos e deveres tem e a que território pertence. Desta forma, entende-se que, para a realização e proteção de direitos em âmbito mundial, global, é preciso que, em cada Estado participante deste pacto de respeito aos direitos humanos, a cidadania se concretize pelos mesmos princípios que regem a Declaração dos Direitos Humanos – de liberdade e igualdade em direitos e dignidade.

Sobre este tema, Bobbio (2004) ressalta que só haverá paz no mundo, quando os cidadãos deixarem de se intitular cidadãos de um Estado ou outro e se autorreconhecerem como cidadãos do mundo. Nestas circunstâncias, deve ser reconhecida a contribuição da globalização, através do surgimento de novos atores no cenário internacional que passam a intervir na ação do Estado. O avanço dos meios de comunicação e as novas tecnologias também auxiliam este processo com a ampliação dos espaços para diálogo entre os mais distintos Estados e Nações.

### **1.1.1 Direitos humanos, fundamentais e a Constituição Federal Brasileira**

Historicamente, os direitos humanos surgem como uma tentativa dos homens para regular os conflitos de interesses e disciplinar as relações entre os mesmos. Eles foram estabelecidos e evoluíram diante da necessidade da sociedade em ter o que se chama equilíbrio da ordem social, ou seja, a existência de direitos e deveres para todos os homens igualmente.

Os direitos fundamentais estão, diretamente, relacionados à constitucionalização do Estado de Direito e, somente a partir do final do século XIII, e durante os séculos XIX e XX, é que se fala no aparecimento dos direitos fundamentais do cidadão, direitos estes que ficavam limitados diante da tirania dos governantes.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, os direitos políticos, sociais, culturais, econômicos e civis declarados entram em confronto com a ordem social que estava estabelecida.

Para Vieira (2000), o século XX foi cenário de fome, empobrecimento, exclusão social e degradação ambiental. Todas são características provenientes do processo de internacionalização do capital, globalização. Para o autor, o contexto apresentado favorece a defesa dos direitos humanos e da democracia.

E, para a nova dimensão de direitos, descrita na Declaração Universal, fazia-se necessário o surgimento de mecanismos e instrumentos que os garantissem, e esta garantia está estritamente relacionada a uma sociedade civil forte e articulada.

O Brasil é um exemplo disso, pois, com o processo Constituinte ficou evidente que a participação popular é, em grande medida, um importante instrumento para o alcance de um objetivo comum que, na ocasião, era incluir o maior número de direitos na Constituição Federal do país.

Ao tratar do tema de direitos humanos, torna-se necessária a tomada de consciência das grandes conquistas da humanidade em relação à busca por uma vida mais digna, e as declarações provenientes do processo de lutas representam essa trajetória. No entanto, como já referido, alguns destes documentos não alcançaram a amplitude desejada e, no direito internacional, percebe-se que alguns deles não apresentam adesão de todos os países.

Apesar das questões relativas aos direitos humanos estarem presentes e se constituírem como princípios em constituições ou outros documentos nacionais e mundiais, na realidade, isto não é percebido nem vivenciado de forma concreta pela grande maioria da população mundial.

A prática dos direitos humanos no mundo passou por avanços e retrocessos ao longo dos séculos e, no Brasil, a história se reproduzia da mesma forma em relação aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Para Carvalho (2006), a Proclamação da Independência, em 1822, não ocasionou grandes mudanças, e o autor coloca como obstáculos para o processo de transformação, a herança deixada pelo período colonial e a forma como transcorreu a luta pela Independência.

Durante o período colonial, a escravidão e as grandes propriedades predominavam, não havia interesse em educar o povo que, para se proteger, precisava recorrer aos grandes proprietários de terra ou aos detentores do poder. Já os escravos ficavam nas mãos dos fazendeiros, encontrando alternativa apenas na fuga e na tentativa de formação de quilombos. O resultado da colonização foi uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária.

Nessa época, pode-se dizer que não havia cidadãos, direitos civis e nem mesmo sociedade política, e a assistência social era prestada pela igreja. A forma como se deu o processo de Independência contribuiu para esta situação, a partir do momento em que não foi conquistado pela luta dos oprimidos e escravizados, e sim, pela disputa de poder entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra. Além disso, é importante assinalar que o Brasil, após 1822, continuou importando escravos até, aproximadamente, 1850 e, com isso, depreende-se que a escravidão foi um grande empecilho para a cidadania no país (CARVALHO, 2006).

Com a Constituição de 1824, foi definido quem teria o direito a votar e ser votado. No entanto, o povo não havia sido preparado para o exercício deste direito e, além disso, havia um alto índice de analfabetismo, a influência dos grandes proprietários para quem as pessoas trabalhavam e se submetiam e o controle do governo sobre os funcionários públicos. De toda forma, é preciso reconhecer a importância que a ampliação do direito ao voto, naquele momento, representa nos direitos políticos de hoje.

A Primeira República (1889-1930) não apresentou grandes avanços em relação aos direitos políticos e civis, e os direitos sociais não existiam. Foi somente com a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, e com o ingresso do Brasil na Organização Internacional do Trabalho - OIT - que o país começou a adotar medidas tímidas em relação aos direitos sociais.

Os direitos sociais e a política trabalhista obtiveram alguns avanços no período compreendido entre 1930 e 1964, principalmente, com a criação da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - em 1943. Já os direitos políticos enfrentaram retrocessos com a ditadura, sendo retomados em 1945 e atropelados em 1964 com mais uma ditadura e, embora neste período, os movimentos sindicais, sociais e partidos políticos tenham se expandido, o controle do Estado não possibilitou o desenvolvimento efetivo e ativo dos direitos. Este controle de

um Estado autoritário contribuiu para a manutenção do sentimento de que assistência social era um privilégio e não um direito do povo.

No decorrer da ditadura militar – 1964 a 1984 – a repressão foi a ação escolhida pelo governo e, como consequência, a imprensa foi censurada, assim como a liberdade de opinião e de reunião. Os partidos políticos e os sindicatos eram regulados pelo governo, os trabalhadores eram impedidos de fazer greve e os opositores enfrentavam prisões arbitrárias praticamente sem direito à defesa. A postura adotada pelo governo militar implicou em desrespeito à privacidade, à integridade física e à própria vida da população.

Com o crescimento econômico do Brasil, ocorrido neste período, denominado de milagre econômico, a classe média, beneficiada com a situação, ignorava o fato de ter seus direitos políticos e civis restritos, dando força para o governo da época. Os avanços na economia não eram compartilhados com toda a população e, desta forma, as desigualdades sociais aumentaram, apesar da criação do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social - e do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - em 1966.

No final dos anos 1970, os movimentos e as mobilizações que representavam o descontentamento com o modelo ditatorial da época recomeçam e a população retoma o processo de reivindicações sociais e políticas. Destaca-se, neste período, a campanha pelas eleições diretas em 1984, que conseguiu mobilizar o país em busca da redemocratização. Embora o resultado não tenha sido o esperado, pois, a proposta de eleições diretas não foi aprovada pelos deputados, este foi um marco importante para a retomada da luta pelos direitos do cidadão.

Foi, então, em um contexto de lutas e manifestações civis contra a ditadura militar que emerge a intitulada Constituição Cidadã e, pela definição de Carvalho (2006:199), [...] *a mais liberal e democrática que o país já teve*. A Constituição promulgada em 1988 apresenta um grande rol de direitos e garantias fundamentais, que se destacam ao serem apresentados nos primeiros artigos da Carta Magna, demonstrando o reconhecimento unânime, dos constituintes da importância dos direitos fundamentais.

No art. 6º da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais constituem o conjunto dos chamados direitos fundamentais. Neste artigo, são incluídos no rol de direitos sociais a

educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

No entanto, apesar dos avanços progressivos na questão dos direitos do cidadão presente na Constituição de 1988, não há regulamentação e proteção jurídica que possibilitem a efetivação de todos os direitos elencados. E, no contexto atual, a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro tem enfrentado grandes dificuldades. Sobre isto, pode-se afirmar que não basta apenas a promulgação de documentos e a formalização dos direitos de um povo, sendo necessária vontade política e ações governamentais que os tornem efetivos para além do papel.

O contexto político, econômico e social do Brasil, nas últimas décadas, desafia as fundações e os princípios políticos do Estado, bem como o próprio processo de democracia e cidadania. A globalização econômica e política faz com que os Estados reformulem suas funções e, estes em prol de um desenvolvimento econômico, se desviam da função de proteção ao cidadão.

O cenário decorrente do processo de globalização e de implementação de uma política liberal e, posteriormente, neoliberal, trouxe para os países em desenvolvimento muitos entraves, mas o principal e mais crítico está relacionado às desigualdades sociais que foram se agravando com a mundialização do capital. Para que estes modelos de política fossem concretizados, seria necessária a inércia do Estado. E este assim o fez, permitindo que o mercado assumisse o papel de regulador, ficando apenas com a responsabilidade de fornecer a base legal para esta atuação (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ainda, segundo as referidas autoras, a transição de um Estado liberal do século XIX, para um Estado social no século XX, deu-se com a redefinição do papel do Estado, que manteve alguns princípios liberais, mas passou a reconhecer alguns direitos sociais como a liberdade individual, a propriedade e a segurança. No entanto, esses direitos não se sobrepunham aos fundamentos do capitalismo.

A precarização nas relações de trabalho, decorrente das políticas econômicas impostas durante muito tempo, deu força para que a classe trabalhadora se mobilizasse em prol de uma melhor distribuição de renda e melhores condições de trabalho. Embora no Brasil esse movimento tenha começado um pouco mais tarde, em relação aos países de capitalismo

central, contribuiu de forma significativa para o estabelecimento de alguns direitos trabalhistas e, mais tarde, para a ampliação dos direitos políticos representada pelo fim da ditadura e pelo estabelecimento da Nova República – 1985 – (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

As citadas autoras defendem a ideia de que o fortalecimento dos movimentos sociais e a reconstrução de espaços para o exercício da democracia são fundamentais para a luta por uma sociedade menos desigual e que seja capaz de decidir o que deseja para seu futuro.

Apesar da reconhecida importância da participação da sociedade na luta pela democracia, grande parcela da população deixa de participar de lutas e movimentos em prol de seus direitos. A população, mergulhada em desigualdades sociais e econômicas, entra em estado de dependência e descrença e passa a lutar, individualmente, por sua sobrevivência, e não mais luta por um mínimo a uma vida digna.

Com isso, entende-se que setores da sociedade, como a universidade, representante de uma pequena parcela da população que possui certos privilégios<sup>4</sup>, podem e devem contribuir para que este cenário seja revertido em um ambiente de efetivação dos direitos do cidadão, que, embora estejam institucionalizados na Constituição Federal Brasileira, não são efetivados de forma universal.

A universidade também faz parte da sociedade, desta forma pode-se reconhecer nela uma importante ferramenta para o debate e a construção de alternativas para o enfrentamento às exigências e necessidades do Brasil. Behring & Boschetti (2007) afirmam ser necessário reconstruir o país, pois, as condições morais e sociais foram perversamente destruídas por consecutivas falhas e, ao mesmo tempo, ausentes ações governamentais.

É neste sentido que a universidade precisa repensar sua contribuição ao país, procurando identificar possibilidades de uma participação ativa na sociedade a qual pertence.

---

<sup>4</sup> Privilégios no sentido de que a Universidade até bem pouco tempo era para poucos, pertencentes a uma elite, e ainda está caminhando para um processo de democratização.

## 1.2 CIDADANIA: concepções

O tema cidadania passou a ser mais debatido nas últimas décadas, e isto se reflete no Brasil. Os meios de comunicação, os políticos e a academia através de sua produção intelectual passam a trabalhar de forma mais aprofundada e enfática esta questão.

O significado do termo cidadania pode ser apresentado de várias formas, de acordo com o entendimento de cada um, de cada contexto e realidade. A trajetória deste tema confunde-se com a história das lutas pelos direitos humanos, ou seja, pela história da luta por direitos.

Para Manzini-Covre (1997:18) *A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade dos homens exercerem direitos e deveres do cidadão*. A autora destaca, ainda, que a cidadania deve ser construída pelos próprios cidadãos, e estes, a partir do momento que a exercitam, conquistam espaços para reivindicar e fazer valer os direitos já reconhecidos e, quem sabe, ampliá-los.

Ao perceber que o conceito de cidadania apresenta distintas configurações e, que esta transformação conceitual ocorreu ao longo da história e de acordo com realidades locais, entende-se ser importante analisar, ainda que brevemente, esta trajetória.

Analisando a história do termo cidadania, Vieira (2000) atribui sua origem à República Antiga e relaciona Roma e Grécia como modelos de cidadania. Roma não pode ser considerada um sistema realmente democrático, pois, excluía mulheres, escravos, crianças e deficientes, mas os cidadãos, os não excluídos, tinham direitos, como residência, matrimônio, herança. Para os romanos, a cidadania era percebida como o ato de participar do Estado, e este direito era concedido apenas para nobres, ficando excluídos estrangeiros, escravos, mulheres e plebeus.

Na Grécia, ocorria a participação política de quem era considerado cidadão. Aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade eram considerados cidadãos, mas, para isso, os homens precisavam ser livres e ter sua sobrevivência garantida para que pudessem dedicar-se, integralmente, à participação política. Nestas circunstâncias, o número de cidadãos era pequeno e também não incluía mulheres, escravos e estrangeiros. A cidadania grega era entendida apenas tendo como critério o exercício de direitos de participação política, nas decisões sobre a coletividade.

As sociedades grega e romana eram escravocratas, e a democracia existente excluía mulheres, crianças e escravos. Os homens, além de livres, deveriam ser possuidores de propriedades e dispor de capacidade de ser soberano. A diferença entre a cidadania grega e a romana está centrada na seguinte questão: a primeira era resultado de uma conquista do cidadão e a segunda era obtida por concessão política, podendo ser limitada (VIEIRA, 2000).

É preciso ter em mente que nestes períodos não existia a figura do Estado como nos tempos atuais e, durante os séculos V e XIII, surge a sociedade feudal, uma sociedade rural, onde os nobres eram os detentores das terras e os camponeses seus servos.

Com as revoluções burguesas, ocorridas durante os séculos XVII e XVIII, influenciadas pelas ideias greco-romanas, a nova organização social começa a estabelecer novas regras e a burguesia assume poderes antes pertencentes ao rei.

As revoluções francesa e americana, ocorridas no século XVIII, são consideradas eventos importantes para o reconhecimento dos direitos do homem. Este novo conceito republicano buscou incorporar os princípios de liberdade civil da antiguidade que estavam presentes na democracia grega e na república romana (VIEIRA, 2000).

Para Dallari (2004:19), *Foi nesse momento e nesse ambiente que nasceu a moderna concepção de cidadania, que surgiu para afirmar a eliminação de privilégios, mas que, pouco depois, foi utilizada exatamente para garantir a superioridade de novos privilegiados.* Para o autor, as revoluções foram importantes, principalmente a Francesa que deu origem à chamada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No entanto, nem todos seus princípios foram seguidos e as mulheres, os trabalhadores e as classes mais pobres lutam até os dias de hoje, para que a cidadania seja direito de todos (DALLARI, 2004).

Com o fim do feudalismo, nasce o Estado liberal burguês e a instauração de um Estado de Direito que, em princípio, surge para instituir perante a lei o direito de igualdade para todos os homens. Neste contexto, de surgimento das cidades, valorização do trabalho, desenvolvimento do sistema fabril e do comércio, ou seja, neste contexto de surgimento do capitalismo, desenvolve-se a ideia de igualdade, a partir do trabalho e da capacidade de cada indivíduo. Para Manzini-Covre (1997:26), *[...] eis aí a visão de mundo burguesa, que preza o individualismo e um tipo próprio de cidadania.*

Na modernidade, tende-se a manter a crença de que cidadania é a participação política. A diferença é que hoje o direito ao voto foi estendido a uma grande parcela da sociedade que, até pouco tempo, ficava à margem da escolha dos representantes do povo (BARBALET, 1989).

No entanto, a definição moderna enfrentaria alguns obstáculos como o aumento do tamanho das populações. Este fator dificultaria o exercício da cidadania por todos, derivando no sufrágio universal, interrompido em alguns momentos da história, como tentativa de manutenção do poder. Outro elemento que precisou ser considerado foi a nacionalidade, tendo direito à cidadania apenas quem pertencesse a determinada Nação. Este foi um ponto de embate entre conservadores e progressistas, pois, os primeiros restringiam o conceito de cidadania à Nação (VIEIRA, 2000).

Para Vieira (2000), a cidadania passa por transformações à medida que vai tendo seu contexto cultural modificado, o conceito de cidadania enquanto direito a ter direitos vai sendo alterado, reformulado.

Em razão das mudanças ocorridas a partir do processo de globalização<sup>5</sup> e da implementação da política neoliberal, o tema tem sido constantemente estudado e analisado, sendo de difícil conclusão, pois, os autores apresentam várias definições, sem saber ao certo o que a cidadania pode realmente representar.

As políticas econômicas e sociais do neoliberalismo, ou seja, a mercadorização das questões sociais e a ênfase no livre mercado impedem ou dificultam a prática da cidadania, pois, uma grande parcela da população não tem acesso à moradia, comida e trabalho, ficando impedidos, assim, de exercer seus direitos enquanto cidadãos.

---

<sup>5</sup> Santos (2010:289-293) aponta a globalização da economia como um dos vetores da desigualdade Norte/Sul, destacando traços como o deslocamento da produção mundial para Ásia em busca da alta tecnologia, a primazia das multinacionais no mercado global, a perda da eficácia do Estado na gestão macro-econômica e o avanço tecnológico das últimas décadas. Para o autor, a década de 1980 foi um período negro para os países periféricos, que em sua maioria entraram em colapso, tornando-se sujeitos aos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI, enfrentando violência, fome e degradação ambiental.

A teoria de Thomas H. Marshall tornou-se clássica na história da cidadania moderna, ao fazer uso da sociologia para estabelecer os direitos e deveres do cidadão. Para isso, definiu como integrantes do conceito de cidadania os direitos civis, políticos e sociais<sup>6</sup>. Tentou demonstrar, situando no tempo, como eles foram surgindo. Os direitos civis foram a primeira conquista, logo depois os direitos políticos foram ampliados, durante o século XIX e, por último, e de forma mais lenta, os direitos sociais ganharam seu espaço de forma mais ampla no século XX. O autor destaca que isso não segue uma sequência lógica e que existem retrocessos e avanços durante os períodos, ele apenas realiza a classificação temporal para melhor entendimento (MARSHALL, 1967).

A proposta de Marshall, ao escrever seu livro *Cidadania, classe social e status*, era discutir o impacto da cidadania sobre as classes sociais, sobre a desigualdade social. A análise feita pelo autor tem como referência a Inglaterra e as mudanças temporais que participaram da construção da cidadania, em desenvolvimento, a partir da metade do século XVII.

Para Marshall (1967:76), *A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status*. O autor questiona como seria possível a cidadania se desenvolver em meio ao capitalismo. E parece encontrar resposta quando coloca que o princípio de igualdade, presente no conceito de cidadania, torna-se necessário à manutenção do sistema capitalista, como forma de incentivar a competitividade individualista e o exercício do direito à propriedade. Os direitos civis, então, tornavam o cidadão livre e independente, capaz de cuidar de si mesmo, sem a intervenção estatal.

Pode-se dizer que o ponto mais importante da teoria de Marshall, para a questão da cidadania, é a definição de que ela se compõe pelo conjunto dos direitos civis, políticos e sociais, cada um sobre a responsabilidade de determinada instituição pública. Os direitos civis caberiam à justiça, os políticos, ao parlamento e os sociais, a instituições como escolas, institutos de seguridade, etc.

A cidadania, embora pouco tenha colaborado para a redução das desigualdades em função de seu formato ainda limitado, teve importante contribuição na ampliação dos direitos

---

<sup>6</sup> Para Marshall (1967) os direitos civis correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, direito à vida, segurança. Os direitos políticos são os direitos individuais exercidos coletivamente e dizem respeito à participação política e eleitoral, à liberdade de associações e de reunião, de organização política e sindical, e o sufrágio universal. Os direitos sociais dizem respeito aos direitos de trabalho, saúde, educação, previdência, moradia, alimentação.

políticos, e estes, sim, representavam ameaças ao capitalismo. O referido autor relata, de forma mais singela, que cidadania também engloba a existência de deveres do cidadão, e estes exigem que ele tenha senso de responsabilidade com o bem-estar de sua comunidade. Ainda para Marshall (1967:76) *A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status*. Desta forma, para ter cidadania o cidadão precisa usufruir das três modalidades de direitos e participar de forma integral da sociedade.

Célia Porto (2001) faz um paralelo entre as ideias de Marshall e de Marx em relação ao que definem por cidadania. Ela entende que Marx apresenta concepções distintas ao definir que a condição de cidadania é uma determinação do Estado burguês, pois, seria uma forma de reproduzir a dominação social deste Estado, sem discutir as condições de exploração da classe trabalhadora e de acumulação de riquezas da burguesia. A cidadania ficaria restrita à participação política que acabaria mascarando as desigualdades e a prática de uma cidadania baseada em ideais liberais. Marshall, na verdade, reconhece que pode haver conflitos, mas não desconsidera a aplicabilidade de políticas voltadas para a realização dos direitos sociais em meio ao sistema capitalista.

Para a autora, em um sistema político democrático há apenas a materialização de políticas sociais como forma de expressar os direitos da cidadania, e estes são regulados por uma ordem jurídico-política que decorre do modo de representação, sem participação (PORTO, 2001).

Liszt Vieira (2001) também trabalha sobre a questão da cidadania vista por Marshall e pelo liberalismo, e reconhece as contribuições para a ampliação da ideia de cidadania universal. No entanto, afirma que este sistema apenas formalizou o status legal de cidadania sem considerar como os direitos serão concretizados, importando apenas que as leis sejam cumpridas. Para o autor, o pensamento liberal exclui da vida em sociedade a participação política ativa e pressupõe que a coletividade iria interferir na ideia moderna de liberdade. Mas, para o autor, a liberdade individual só será possível se os cidadãos puderem participar ativamente do governo de um Estado livre, pois, a liberdade não exclui a participação, e vice-versa. A sociedade, atuando de forma coletiva, tem o poder de estabelecer a prática democrática, e de tentar influenciar as decisões governamentais que ficam sob a responsabilidade do Estado e/ou do mercado.

Democracia e poder do Estado sempre tiveram relação e, no pensamento de Rousseau, a democracia só teria valor dentro do território pertencente ao Estado-nação, e só quem pertencia a este Estado poderia se tornar um cidadão (VIEIRA, 2001).

Analisando alguns autores, Vieira (2001) conclui que essa relação entre cidadania e Estado-nação enfrenta alguns entraves, e os impactos econômicos, financeiros, culturais e sociais da globalização afastam o Estado da defesa dos direitos do cidadão e do exercício da cidadania. O processo de globalização e a política neoliberal enfraquecem o Estado, e sua função de proteção social e efetivação de direitos básicos perde força. Para o neoliberalismo, o indivíduo consegue cuidar de si próprio sem a necessidade de intervenção do Estado, ele não passa de mero consumidor.

Apesar de todas as ponderações, o autor ressalta a ideia de que a cidadania busca romper com a desigualdade econômica e social; isso seria o princípio da igualdade, e não apenas igualdade no sentido de liberdades individuais. A cidadania se concretizará com participação ativa nas decisões políticas e com o sentimento de solidariedade em ascensão. A luta de classes, os movimentos dos trabalhadores, enfatizados por Marx, foram enfraquecidos pelo sentimento do individualismo, mas a prática de outros movimentos existentes, hoje, como a internacionalização de aspectos culturais, demonstra que a mobilização e a participação social são importantes para o desenvolvimento de uma cidadania democrática (VIEIRA, 2001).

Ainda segundo Vieira (2001:272), *A tendência anárquica da globalização econômica não é uma fatalidade histórica. A história não tem leis. Contra essa globalização autoritária, opõe-se a ação política das forças democráticas.* Esta vem a ser a ponta de esperança de que se pode mudar as condições e o destino da sociedade moderna.

A Revolução Francesa serviu de base para a concepção de cidadania moderna, e propagou a dúvida sobre quem seriam os cidadãos. A modernidade define o cidadão como um indivíduo que possui, garantidos em lei, direitos e deveres e cuja nacionalidade seja reconhecida. Ou seja, os cidadãos são livres a partir do reconhecimento como tais e desde que obedeçam as leis elaboradas por quem está no poder, por quem governa o estado, sem a realização de um debate na sociedade.

Neste sentido, Benevides (1994) identifica que o conceito de cidadania no estado liberal defende as liberdades individuais e a social-democracia incorpora, a estes, direitos relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à seguridade, mantendo a definição de que o cidadão tem direitos perante o estado, mas permanece como espectador.

Ainda que em regimes democráticos, os governantes e representantes do povo tenham sido eleitos, escolhidos, a democracia só seria concretizada se a sociedade tivesse o direito de participar diretamente no efetivo exercício do poder político, e se houvesse espaço para o respeito, tanto às majorias, quanto às minorias. A democracia deve permitir a efetivação dos direitos, dos deveres e das liberdades de forma que isso inclua toda sociedade, ou seja, de forma universal sem que o direito de um seja a exclusão do outro.

Benevides (1994) trabalha um pensamento de Marilena Chauí para melhor definir o termo cidadania, pois, para esta significa a necessidade de uma conquista completa que englobe tanto os direitos políticos como sociais. A autora faz uso desta afirmação para ressaltar suas ideias de que os direitos políticos permitem uma sociedade organizada e mobilizada na luta pelos direitos sociais, e de que são espaços de lutas como os movimentos sociais, populares, de trabalhadores e a construção de instituições de expressão política que possibilitam a realização da cidadania.

Além disso, a autora define esta cidadania como cidadania ativa, e não mais passiva, como quando os direitos passam a ser entendidos como concessões e benesses em sociedade autoritárias. E enfatiza que o Brasil nunca teve reformas sociais amplas que tornassem realmente democráticas a estrutura agrária, a distribuição de renda, o acesso à justiça, à educação, à moradia e à segurança.

A cidadania ativa é, então, discutida pela autora, que defende a ampliação da participação política dos cidadãos brasileiros, mas uma participação política que ocorra, principalmente, nos processos de tomada de decisão de interesses públicos. E, através da utilização de instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988 e quase nunca utilizados como o referendo, a iniciativa popular e o plebiscito, a sociedade estaria ampliando sua participação política tornando-a democrática.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Em outubro de 2005 o Brasil realizou um plebiscito para decidir sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826 de 23 de dezembro de 2003) Entretanto, esta não é uma prática comum em relação às decisões importantes do país.

Para esta participação, Benevides (1994) defende um processo de educação política, como superação da forma de atuação da sociedade em um contexto de desigualdades, de luta por sobrevivência, como o presenciado no Brasil. A autora acredita que sem um processo de conscientização e estímulo à participação popular, sem a difusão de informações essenciais para a participação política, o sistema político em vigor não consegue assumir um caráter democrático.

Carvalho (2006) observa que no trabalho de Marshall aparece um direito que contribui para que a concepção de cidadania evoluísse: a educação popular. Neste sentido, o autor destaca que em países onde ela foi introduzida, o processo de construção da cidadania ocorreu a passos mais rápidos, e a ausência dela tem sido fator negativo para a construção da cidadania.

Para as ideias políticas clássicas, a educação era vista como um instrumento para educar os cidadãos e mantê-los controlados. No entanto, a ideia aqui apresentada trata a educação política no sentido de educar para que todos tenham consciência da liberdade de participação pela qual precisam lutar, pois, através desta participação direta da política, com manifestações, proposições, reivindicações, os direitos do cidadão podem ser debatidos e assumidos como questão central para as decisões políticas, econômicas e sociais.

Para o exercício da cidadania em uma democracia, pressupõe-se que os indivíduos tenham plena consciência dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos (BOBBIO, 2004).

### **1.2.1 Cidadania no Brasil**

A análise de Marshall (1967) sobre a cidadania, como já mencionado, leva em consideração a realidade da Inglaterra no período pós-guerra, e demais experiências na Europa com o surgimento do Welfare State que parecia estar se consolidando. Porém, no caso do Brasil, algumas coisas ocorreram de forma distinta, e a ordem de surgimento dos direitos não é a mesma, apresentando avanços e retrocessos durante o processo de transformação da democracia.

Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho* (2006), apresenta um estudo sobre a história da cidadania no Brasil, bem como tenta demonstrar o quão

complexo é o tema. Ao mesmo tempo, defende que a análise e o enfrentamento dos problemas podem corroborar para a instauração de real democracia.

O autor faz referência ao estudo de Marshall (1967) e ressalta que, no Brasil, a análise não pode ser feita com base na mesma lógica. Na Inglaterra, em tese, um direito foi criando forças para o surgimento do outro, primeiro foram conquistados os direitos civis, que possibilitaram a luta por direitos políticos, e estes proporcionaram a reivindicação por direitos sociais.

Como já mencionado, em nosso país os períodos não seguem o mesmo roteiro. Os direitos sociais surgiram na década de 1930, durante um período de autoritarismo, de cerceamento dos direitos políticos e civis (CARVALHO, 2006). Dava-se “assistência” para que a sociedade se mantivesse controlada. Os direitos sociais surgem com a característica de caridade, favor. Posteriormente, a partir do período de redemocratização, pós 1985, é que surgem os direitos políticos.

Para a compreensão da construção da cidadania no Brasil, Carvalho considera importante referenciar a forma como aconteceu a colonização, pois, para ele a escravidão, aliada à herança que os portugueses deixaram, em relação à população analfabeta, economia baseada na monocultura e no latifúndio, foi o ponto mais negativo para a cidadania. Ao final do Império (1822-1889), o Brasil não havia conseguido constituir cidadãos, pois, os direitos civis e políticos eram restritos. Apenas em 1888, ocorreu a abolição da escravatura e a extensão, embora mais formal que prática, dos direitos civis aos escravos. (CARVALHO, 2006).

Mesmo após a República Velha/Primeira República (1889-1930), com o surgimento de uma classe operária urbana, não houve muitas mudanças no cenário apresentado, não ocorreram grandes mobilizações nem participação popular. Os direitos continuavam sendo limitados e restritos a pequenos grupos e a população não tinha vivência em práticas democráticas, o que pode ter mantido o ar de desconfiança em relação ao sistema político. Uma das conquistas mais importantes deste período foi a instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (CAPs), em 1923 (CARVALHO, 2006).

Somente a partir de 1930 (1930-1945) começaram a se reconhecer direitos sociais, a maioria relacionados ao trabalho, como isonomia salarial, jornada de trabalho de oito horas,

legislação para menores, regulamentação das férias, indenização por dispensa sem justa causa, salário mínimo, assistência médica, direito à associação sindical, entre outros. No entanto, este reconhecimento ainda não era válido para todos trabalhadores, ficando excluídos os trabalhadores domésticos, rurais e autônomos.

Com o fim da era Vargas (1945) e a Constituição de 1946, os direitos políticos começam a ganhar espaço no cenário brasileiro, mas ainda havia vestígios do período anterior permeado pelo retrocesso nos direitos políticos e civis. A partir da Constituição de 46, até o Golpe Militar de 1964 o Brasil vivenciou uma fase de política populista e nacionalista, e na oposição estavam liberais e militares que desejavam estar no governo (CARVALHO, 2006).

Em razão das mudanças ocorridas no país e na sociedade, os militares, com medo dos ideais comunistas e na tentativa de barrar as propostas reformistas do Presidente João Goulart, deflagram um golpe militar e, mais uma vez, os direitos civis e políticos são restringidos.

As desigualdades sociais e econômicas aumentam durante a ditadura (1964-1985), embora o crescimento econômico tenha ocorrido a taxas elevadas. Isto aconteceu à custa da exploração de determinados setores da sociedade e do grande êxodo rural para os centros urbanos. A partir de 1975, com o início do processo de reabertura política, principalmente, por motivos econômicos e institucionais, a oposição volta a apresentar certa expressão. O maior movimento popular acontece em 1985, quando se buscavam eleições diretas para presidente. A luta não se concretizou da forma como era esperada, mas surtiu efeitos que, posteriormente, foram importantes (CARVALHO, 2006).

Analisando o contexto apresentado, pode-se perceber o que já foi relatado anteriormente. No Brasil, não foram os direitos civis e políticos que deram origem aos direitos sociais, pois, este último sempre foi concedido como caridade à população brasileira. Mas é possível identificar que a mobilização popular pode alcançar objetivos importantes para a transformação deste cenário.

Com o processo de redemocratização, a partir 1985, a participação política aumenta e a sociedade se fortalece. Foi aprovada a Constituição Cidadã que contemplava direitos até então abandonados e inexistentes, e estes tornam-se direitos fundamentais. Todos estes avanços e a nova constituição, no entanto, não foram suficientes para reduzir os problemas

sociais e econômicos herdados de décadas de políticas equivocadas. O Brasil enfrenta elevados índices de miséria e pobreza que se estenderam, ainda, por outros governos com a implementação de políticas privatistas, e com ênfase no mercado.

Para Benevides (1994) a questão da cidadania no Brasil está intimamente associada ao nível de democracia conquistado, mas defende que a cidadania continua sendo exercida de forma incompleta e excludente, sem a universalização dos direitos.

O modelo de gestão pública, baseado no neoliberalismo econômico, contribuiu para o baixo índice de democracia e cidadania vivido no Estado Brasileiro, e a cidadania, neste caso, fica entendida como garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Apesar dos avanços políticos e jurídicos alcançados através da Constituição Federal e de acordos internacionais, a garantia e a proteção dos direitos humanos enfrenta grandes obstáculos em decorrência da gestão pública adotada ao longo dos anos.

Carvalho (2006) reconhece os direitos civis, políticos e sociais como direitos contemplados na cidadania e, com base em pesquisas realizadas na década de 90, comprova que a sociedade, em sua maioria, desconhece seus direitos, e associa a isto a precariedade de investimentos em educação, acesso à justiça e os altos índices de desigualdade e pobreza. Para o autor (2006:229) [...] *a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática.*

Para que a cidadania se realize, é preciso que ocorram movimentos independentes do Estado, pois, este não é órgão caritativo e, sim, órgão representativo da vontade popular. A prática da democracia contribui para o aprimoramento, garantia e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Desta forma, o envolvimento e a mobilização da sociedade são fatores cruciais para a realização da cidadania, efetivação dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, para a concretização dos direitos humanos.

Bobbio (2004), ao fazer referência aos direitos humanos, afirma que, além de conquistá-los, é preciso, e é muito importante, protegê-los. Os direitos do cidadão não são garantidos apenas com a promulgação de leis, e sim com a certeza de que elas serão cumpridas.

A garantia dos direitos humanos não é uma realidade para todos, pois, embora o reconhecimento da existência dos direitos humanos tenha aumentado no Brasil, a falta de

conhecimento e conscientização do dever de resistir à desigualdade e à injustiça e de usufruir seus direitos são os principais fatores para que os cidadãos não tenham seus direitos concretizados (DALLARI, 2004).

O exercício da cidadania permite que o indivíduo desfrute seus direitos, e isto está, diretamente, relacionado ao nível de conhecimento e conscientização que ele terá de seus direitos e deveres e de como cobrar que eles sejam efetivados.

## **2- UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: origens e concepções**

Compreender a extensão universitária, sua origem e concepções adotadas ao longo de sua trajetória, implica a compreensão da história da universidade, pois, seguindo os preceitos de Botomé (1996:25), entende-se que [...] *a extensão universitária, antes de ser extensão, é universitária*. Neste sentido, a percepção da instituição universidade possibilita um melhor entendimento do processo de construção da extensão universitária na Europa, na América Latina e no Brasil.

### **2.1 A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE**

O surgimento da instituição universitária pode ser demarcado em quatro períodos: o primeiro período começa no século XII e permanece até o século XIV, com a criação do modelo tradicional de universidade na Idade Média e com proteção da Igreja Romana; o segundo tem início no século XV, quando a universidade renascentista enfrenta as transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico; o terceiro período é marcado pelos séculos XVII e XVIII e por suas descobertas científicas, pelo iluminismo, valorização da razão, do espírito crítico à dominação religiosa e às injustiças, e pelo início da Revolução Industrial inglesa; o quarto período começa no século XIX e apresenta uma nova relação entre universidade e Estado na Idade Moderna, esta característica permeia os principais modelos de universidade nos dias de hoje (TRINDADE, 2000).

A primeira universidade data do século XII, tendo como base a corporação de professores ou de estudantes e, em decorrência desta característica, a essência da instituição universitária medieval contemplava o corporativismo, a autonomia e a liberdade acadêmicas. O campo de formação que marca a origem das universidades medievais são a teologia, o direito e a medicina.

A universidade de Bolonha surge por volta de 1088 com preocupações voltadas para o ensino de direito e, por volta de 1150, é criada a universidade de Paris onde são desenvolvidos estudos de filosofia e teologia. Ao longo dos séculos XII e XIII ocorre a

expansão das universidades pela França, Inglaterra e Itália, Espanha e Portugal (TRINDADE, 2000).

Ainda segundo o autor, o modelo medieval de universidade apresentava, em sua constituição, objetivos básicos como uma formação teológico-jurídica que respondesse às necessidades de uma sociedade dominada pelo catolicismo, uma organização corporativa em seu significado originário medieval, e a preservação de sua autonomia diante do poder político e da Igreja local.

As universidades medievais representaram um papel importante na consolidação da comunidade cristã, a partir do momento em que preparava o material humano necessário para a sustentação da igreja.

No entanto, a partir do século XV, com as proposições presentes nos ideais do humanismo renascentistas e na Reforma Protestante, com as descobertas científicas, com o surgimento do iluminismo, estabelecimento dos estados nacionais, com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, até a Revolução Francesa, o perfil tradicional da universidade medieval começa a sofrer transformações e entra em um longo processo de transição para um novo modelo de universidade que surge a partir do século XIX. A Revolução Industrial força uma reformulação nas funções da universidade, pois, o modo de produção capitalista que se instaurava exigia novas demandas (TRINDADE, 2000).

As universidades pelo mundo não seguem um padrão único, e as universidades da França e da Alemanha despontam para o caminho da estatização e nacionalização, dando a partida no que se pode chamar, conforme Trindade (2000), de “papel social das universidades” através da criação de novas profissões de interesse dos Estados como engenheiro, economista e diplomata. As reformas ocorridas na França e o monopólio estatal das Universidades, conquistado por Napoleão, tinham como objetivo garantir o controle do Estado.

Desta forma, percebe-se que as mudanças econômicas, políticas e sociais do final da Idade Média, contribuíram para a instalação do Estado Nacional e para a ascensão da burguesia comercial.

A universidade alemã apresenta um histórico um pouco distinto, pois, com o impacto das guerras revolucionárias e napoleônicas muitas instituições universitárias da

Alemanha fecham. Em decorrência deste processo, surge a necessidade de criar uma nova universidade em Berlim, de forma a garantir a liberdade dos cientistas. Este movimento proporciona a recuperação das universidades alemãs, entre os anos de 1810 e 1820, fundamentadas na teoria da indivisibilidade do saber e do ensino, assim como do ensino e da pesquisa.

A proposta da nova universidade incluía a contribuição para o desenvolvimento nacional através da formação profissional, a iniciação à pesquisa técnica e científica em estreita relação com os setores profissionais da sociedade, sempre de acordo com os objetivos do governo.

A universidade de Berlim, em meados do século XIX, exerce influência sobre as universidades inglesas e americanas e, desta forma, são estabelecidas as matrizes da universidade moderna, presentes nas instituições da Europa e nas Américas (TRINDADE, 2000).

As universidades inglesas, criadas na Idade Média, apresentavam caráter completamente elitista, destinando a educação apenas para nobres que pudessem assumir cargos governamentais. Porém, com a Revolução Industrial houve uma mudança nesta característica e a formação passou a incluir a capacitação técnica de pessoal, como forma de adequação ao novo contexto econômico.

Desta forma, na década de 1860, surgem novas universidades destinadas à capacitação técnica e as instituições inglesas já existentes passam por reformas educacionais. A partir deste momento, a Inglaterra passa a diversificar as atividades desenvolvidas pelas universidades, adotando a prática de prestação de serviços para a população em geral, como forma de tentar conter as reivindicações que se tornavam cada vez mais expressivas. Aqui, surge uma das primeiras manifestações de extensão universitária (FAGUNDES, 1986).

As instituições universitárias americanas herdaram a tradição universitária europeia, principalmente, a alemã e a inglesa. A primeira influenciou com o espírito de liberdade no ensino, e o interesse pela pesquisa livre e independente, e a segunda serviu de inspiração para a diversificação das atividades como a preparação de técnicos, exigência da revolução Industrial, e atividades voltadas às camadas populares.

A formação das universidades apresenta características diversas, mas o ponto comum entre elas encontra-se no desejo de atender a determinadas classes privilegiadas. A partir do século XIX, as universidades inspiram-se em ideais liberais e de modernização, e concorrem para atender, de forma limitada, a reivindicação popular de acesso às instituições.

A criação de universidades na América Latina está relacionada, diretamente, ao processo de colonização espanhol e português. Enquanto o primeiro se empenhava na busca por transformações e instituição de ensino superior para as colônias, embora por interesse próprio, o segundo acreditava que a inexistência de universidades tornaria o processo de colonização mais fácil. Os colonizadores portugueses preferiam enviar para a corte aqueles que deveriam ter uma formação, pois, assim, manteriam o controle sobre as colônias. Esta característica contribui de forma significativa para a diferença temporal em relação ao surgimento de universidades nos países da América Latina.

A educação superior latino-americana teve seu início em 1538, com a criação da Universidade em São Domingos, logo seguida pela criação de São Marcos em 1551, no Peru, e em 1553 no México. As instituições eram de origem religiosa e seguiam os preceitos das universidades europeias, seguindo os interesses das classes dominantes.

Segundo Fagundes (1986), o modelo seguido pelas universidades latino-americanas foi o francês, e elas apenas serviam para manter a ordem vigente, ao invés de proporcionar uma transformação na sociedade. Para o autor, apenas nas primeiras décadas do século XX, após o processo de independência, as universidades da América-Latina esboçam os primeiros passos em relação a uma renovação da estrutura universitária.

Um momento muito importante para a América Latina foi o Manifesto de Córdoba, em 1918, na Argentina, que, após demonstrar que a universidade estava imbuída de um caráter conservador, apresenta alguns pontos como necessários à reforma da universidade. Dentre os pontos, destacam-se a exigência da participação estudantil na direção da universidade, a autonomia universitária, a própria extensão universitária, e uma universidade voltada para os problemas nacionais.

Gurgel (1986) entende que a proposta deste manifesto apresentava apenas caráter reformista, deixando de lado aspectos transformadores e radicais, mas não deixa de contribuir

para o surgimento de uma universidade mais crítica. Os pressupostos de Córdoba serviram de inspiração para outras experiências.

Com a expansão do capitalismo, que se apresentava sob o protecionismo norte-americano, surgem as desigualdades e os conflitos sociais, e começam a despertar questionamentos sobre o acesso e a distribuição do conhecimento. O movimento de Córdoba contribuiu para que as classes sociais que não possuíam acesso ao ensino superior se demonstrassem descontentes e reivindicassem mudanças. Neste momento, questiona-se a universidade enquanto instituição produtora de conhecimento e direcionada à formação de trabalhadores para o Estado. As circunstâncias despertam o interesse por uma universidade que se preocupe com os problemas sociais (JEZINE, 2006).

Neste contexto, ocorrem reformas universitárias na América Latina e no Brasil, e as universidades passam a desempenhar uma série de novas atividades, estendendo à sociedade o produto da universidade, caracterizando a extensão universitária a uma simples reprodutora de conhecimento.

No Brasil, o ensino superior começa com a chegada da família Real, em 1808, através da criação de cursos isolados e profissionalizantes de medicina, engenharia e artes e, apenas durante os períodos Imperial e Republicano, começam a se desenvolver no país faculdades profissionais (FAGUNDES, 1986).

Durante a Primeira República, de 1889 a 1930, por interesse da elite, ocorre uma fase de expansão do ensino superior nas capitais e nos grandes centros. Pode-se destacar deste período, o início da consolidação do ensino superior em forma de faculdades e escolas superiores, tendo como exemplo a criação das primeiras Universidades Populares em Manaus (1909-1920), São Paulo (1911-1917) e Paraná (1912-1915), ambas com curta duração, e a união de escolas isoladas para criação das universidades do Rio de Janeiro em 1920, de Minas Gerais em 1927 e da Universidade do Rio Grande do Sul (1934), conforme afirma Fagundes (1986), a primeira a realizar pesquisa tecnológica dentro do ensino superior.

Anteriormente às mudanças no ensino superior, ocorridas entre o período Imperial e o Republicano, a política para educação era definida e realizada pela Igreja.

O sistema de ensino superior no Brasil experimenta, no período de 1930 a 1964, um processo de expansão, com a criação de novas universidades e a abertura, limitada, destes

espaços para as camadas médias da sociedade brasileira. Neste momento, surge a União Nacional dos Estudantes – UNE, e, em 1945, o Brasil contava com cinco universidades advindas da aglutinação de escolas.

A ampliação e a diversificação dos bancos escolares contribuem para a formação de um novo cenário, onde são criados movimentos sociais que dão início a um longo debate sobre mudanças necessárias para o ensino superior, como a melhoria da qualidade e ampliação do acesso.

Os avanços feitos e os espaços para debate foram interrompidos pelo Golpe Militar de 1964, quando as instituições tiveram que se adaptar às funções desenvolvimentistas do Estado. Um ponto marcante deste período foi a Reforma Universitária de 1968, que modificou as universidades e as adaptou aos interesses econômicos. Apesar dos incentivos para a criação de novas instituições públicas e privadas, a questão da educação superior permanecia sem solução, principalmente, ao final da década de 1970, quando o país atravessava uma crise econômica e governamental.

O fim do regime militar e a instalação da Nova República, em 1985, foram resultado de um processo de luta pela democratização. Embora esta luta tenha sido travada por sindicalistas e por movimentos sociais e estudantis, o ensino superior continuou em um processo de estagnação.

Durante o período traçado, o ensino superior apresenta como função única o ensino, destinado à formação exclusiva da elite para a ocupação de postos políticos e burocráticos. E esta característica estava presente no mundo, assim como no Brasil. Em razão da política adotada à época, as universidades foram, durante muito tempo, restritas a uma minoria.

Santos (2010) observa que a ideologia universitária entrou em crise no pós-guerra e, durante os anos de 1970, defronta-se com as reivindicações de uma universidade mais atuante e envolvida com os problemas de caráter econômico e social. Para o autor, a universidade tentou atender as reivindicações, mas de forma a garantir a sua ideia central:

E mais uma vez os resultados ficaram aquém das promessas (...). Neste caso, a razão talvez resida no facto de os apelos à prática decorrerem de interesses muito distintos e até antagônicos, sustentados por grupos ou classes sociais com desigual poder social, e de a universidade, sem deixar de privilegiar os interesses e os grupos sociais dominantes, ter procurado dar alguma resposta (mesmo que apenas

cosmética) aos interesses e aos grupos sociais dominados. Convocada em direcções opostas, a universidade pôde tomar cada uma delas sem mudar de lugar (SANTOS, 2010:200).

A partir desta retrospectiva histórica<sup>8</sup> sobre as universidades na Europa e na América Latina, torna-se mais fácil o entendimento sobre o movimento histórico da extensão universitária, pois, é possível ter-se a percepção das principais características da instituição universidade.

## 2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária no mundo, inicialmente para Gurgel (1986), começou com as universidades populares da Europa, no século XIX, e o modelo norte-americano. As universidades populares tinham como objetivo a disseminação do conhecimento técnico produzido, e foram de grande importância para países como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália.

A respeito desta relação com o povo, Gramsci (1995) expressa que estes movimentos foram importantes para demonstrar que o povo tinha a vontade de se tornar melhor, de crescer culturalmente e de criar uma concepção de mundo. Porém, a elite, os intelectuais não conseguiram constituir um “*bloco social e cultural*” que integrasse o conhecimento e a organicidade que detinham, com os problemas e a realidade do povo. E, mesmo acreditando ter a intenção de ajudar, exerciam uma visão dominadora demonstrada através da pretensão de estar levando conhecimento até eles, sem analisar o contexto onde estavam inseridos.

Na Inglaterra, com os ideais positivistas e liberais, também se desenvolveram algumas perspectivas de que a universidade precisava contribuir mais com a população, principalmente, com os setores populares<sup>9</sup>. Esta contribuição seria através do conhecimento. E para chegar a uma alternativa de levar tal conhecimento aos setores populares, a extensão começou a criar forma. Em 1867, a extensão universitária apresenta sua primeira experiência na Universidade de Cambridge sob a forma de palestras.

---

<sup>8</sup> O objetivo de realizar uma trajetória histórica sobre o surgimento das universidades no mundo se limita a fornecer subsídios para um melhor entendimento do surgimento da extensão universitária, por isso o estudo foi realizado até a década de 1980 quando da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras.

<sup>9</sup> Entende-se por setores populares toda população que não se enquadra na classificação de intelectuais, ou seja, população, à época, sem acesso a produção do conhecimento.

A experiência inglesa se propagou aos Estados Unidos, onde as ações extensionistas começaram a surgir ainda na década de 1860 com duas visões diferenciadas. Uma através da extensão cooperativa ou rural e a outra universitária em geral, caracterizando, então, a ideia de extensão norte-americana como prestação de serviços. Embora as iniciativas partissem de universidades populares, no caso dos Estados Unidos, a universidade popular foi iniciativa de instituição oficial e não de intelectuais e grupos autônomos como na maioria dos casos (GURGEL, 1986).

A extensão nos Estados Unidos estava associada aos ideais da Revolução Americana, assim como aos projetos de desenvolvimento regional, o que acabou se transformando em celeiro para o surgimento das Escolas Superiores Rurais ou Universidades Rurais. As experiências de extensão universitária ocorriam sob a forma de prestação de serviços técnicos, difusão do conhecimento técnico-científico produzido nas universidades, oferta de cursos profissionalizantes, cursos noturnos e a distância, entre outros.

Gurgel (1986) aponta que a educação liberal do *College* inglês, o ideal científico da universidade alemã e a orientação pragmática de treinamento técnico profissional dos *Land Grant Colleges* contribuíram para a concepção de universidade norte-americana e, conseqüentemente, para as práticas extensionistas.

No entanto, em estudo mais recente, Gurgel (2001), baseado em uma obra de Bohnen e Ullmann<sup>10</sup>, aponta também o surgimento da extensão na Universidade de Bolonha, tendo sido esta reconhecida, em 1158, como a mais antiga Universidade da Europa. Estudos sobre esta época indicam que as ações de extensão eram desenvolvidas por universitários, através de suas participações em campanhas de saúde; de assistência à população carente, de forma similar ao que era realizado pela Igreja Católica; de apresentações públicas nas Catedrais, durante o período da Semana Santa, para comprovar o aprendizado realizado nas escolas.

Para Linhares (apud Gurgel, 2001:14) a extensão nasceu no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal, aproximadamente em 1269, também com a realização de ações filantrópicas destinadas aos carentes. Esta prática teria sido, posteriormente, adotada por colégios religiosos, inclusive na América Latina.

---

<sup>10</sup> A universidade das origens à renascença, 1994.

A igreja, ao descobrir que seus sacerdotes e dirigentes eram pouco informados, deu origem à universidade medieval como forma de capacitá-los e, a partir disto, os movimentos de renovação permaneceram levando as ações educativas para fora dos colégios. Esta seria então, para Gurgel (2001) a origem da prática extensionista na América Latina.

As universidades populares irradiaram-se a outros países da Europa, como a Espanha, onde a universidade de Oviedo também contribuiu para a extensão universitária latino-americana. A universidade de Oviedo criou alianças com os setores populares através da oferta de cursos livres e programas voltados para trabalhadores e, por intermédio de seus professores e alunos, serviu de apoio a estas mesmas experiências extensionistas na Argentina.

Em 1918, surge o já mencionado movimento de Córdoba<sup>11</sup>, na Argentina, onde os estudantes argentinos assumem o poder na Universidade Católica tradicional. A proposta do movimento trazia em seu escopo a necessidade de uma universidade democrática, com autonomia política e econômica, uma universidade gratuita com processos de ingresso democráticos e o comprometimento da universidade com a sociedade. Com isso, as universidades latino-americanas ganharam importância política, servindo de nascedouro para movimentos políticos, e a extensão passou a estar em evidência. O movimento estudantil dá início à construção do conceito de extensão universitária, e transforma isto em uma das bandeiras do movimento. Surgem, na América-Latina, várias universidades populares, e a extensão começa a ser considerada pelos estudantes como ação obrigatória de difusão da cultura recebida. (GURGEL, 2001:16-19).

Como resultado da ação realizada pelos estudantes argentinos em Córdoba, pode-se destacar a criação de Universidades Populares em países como Perú – Gonzalez Prada – e Cuba – José Martin. Nas Universidades Populares, os estudantes podiam colocar em prática novas metodologias e difundir concepções de educação baseada no amor pela luta por uma sociedade mais justa (GURGEL, 2001).

A partir deste momento, inicia o questionamento da universidade tradicional, e realiza-se o confronto entre uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma e uma sociedade que estava em busca de novos caminhos e da modernização do país.

---

<sup>11</sup> O Manifesto de Córdoba exigia uma universidade democrática, gratuita e com autonomia política e financeira além de uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação nacional.

Para tratar da extensão universitária no Brasil, é preciso retornar um pouco no percurso cronológico percorrido até aqui, pois, no Brasil, a extensão universitária começou a surgir na Universidade Livre de São Paulo, universidade popular criada em 1911 por positivistas<sup>12</sup>, que funcionou, segundo Gurgel (1986) até o ano de 1917 tendo proferido 107 lições públicas sobre os mais variados temas. Na Universidade Livre de São Paulo, a primeira proposta de extensão surgiu sob a forma de cursos de extensão abertos à sociedade que, em algumas situações, não despertam interesse do público, prática esta muito presente ainda nos dias de hoje.

Em 1922, foi criada, em Minas Gerais, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, onde, em 1929, realizou-se uma experiência de relação universidade-sociedade através da prestação de serviços de assistência técnica à agricultores, seguindo o modelo norte-americano. Esta prática denominada de Semana do Fazendeiro foi realizada durante muito tempo, permanecendo até os dias de hoje, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2012).

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, a extensão universitária passa a ser institucionalizada na universidade. O Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, regula o funcionamento da Universidade Brasileira, estabelecendo a extensão universitária como uma de suas funções. A aproximação da universidade com a sociedade fica estabelecida através de cursos extensionistas, com o caráter de formação profissional defendido na época. O referido decreto define como função dos cursos a divulgação das atividades técnicas e científicas das instituições universitárias para o benefício da coletividade (BRASIL, 1931).

Fagundes (1986) relata que após a promulgação do Decreto de 1931 – Estatuto das Universidades Brasileiras – nasceram duas das mais importantes universidades do país: Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal. A primeira foi criada, inicialmente, com o propósito de recuperar a hegemonia perdida, utilizando como estratégia a formação da elite intelectual em dirigentes. O Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, cria a Universidade de São Paulo e estabelece, em seu artigo 2º, como um dos fins da universidade, além do ensino e da pesquisa, [...]realizar a obra social de vulgarização das ciências, das

---

<sup>12</sup> Para Trivinos (1987) o positivismo foi a autodeterminação de uma doutrina filosófica, elaborada por Augusto Comte. Apresenta algumas características: Considera a realidade como formada por partes isoladas; não aceita outra realidade que não sejam os fatos observáveis; não possui interesse nas causas dos fenômenos; rejeita o conhecimento metafísico e; reconhece apenas o conhecimento empírico e o lógico.

*letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres (USP, 2012).*

Para a Universidade do Distrito Federal, além do ensino e da formação de profissionais, a propagação científica, literária e filosófica também era importante e, a partir deste momento, a extensão passa a ser pensada de forma distinta por esta universidade. No entanto, o público-alvo destas ações permanecia sendo formado pelas camadas privilegiadas (FAGUNDES, 1986).

Nos anos de 1937 e 1938, a partir de influência de outros países da América Latina, como a Argentina através do já mencionado Manifesto de Córdoba, surge, no Brasil, a organização de um movimento de estudantes que retoma os pressupostos do movimento estudantil argentino e inicia a luta por uma universidade destinada a toda sociedade brasileira. Anteriormente a isto, o movimento estudantil no Brasil já havia contribuído em assuntos importantes para o país, mas toda participação ocorreu de forma transitória, ou seja, apenas até a solução de um problema específico.

O movimento estudantil brasileiro, até 1937, atuava de forma localizada, regionalizada, e, somente a partir deste ano, os estudantes se reúnem para a realização do Primeiro Conselho Nacional dos Estudantes, que deu origem à União Nacional dos Estudantes – UNE. Os estudantes, em dezembro de 1938, se reúnem para a realização do Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, onde, a partir da discussão de dezenas de teses, lançam o Plano de Sugestões para Uma Reforma Educacional Brasileira. Plano este que, para Gurgel (1986), apresenta aspectos contraditórios, passando da proposta inicial de dedicação aos problemas da sociedade à solução de problemas de ordem econômica dos estudantes universitários.

O referido autor reconhece a importância da reivindicação de uma educação funcional para todos, da educação popular obrigatória, no entanto, questiona algumas regalias exigidas sob o discurso do estudante universitário ser pobre e desprotegido, pois, para ele, naquela época, a educação de nível superior era restrita a poucos privilegiados. Além disso, ao comparar o Plano de Sugestões com o Manifesto de Córdoba, identifica diferenças como o perfil do sistema de ensino presente no primeiro e a luta pelas questões políticas presente no segundo (GURGEL, 1986).

O Plano de Sugestões assume a ideia da difusão cultural, também presente no Manifesto argentino, e a extensão passa a receber uma nova interpretação. Sua função é de difundir a cultura e integrar a universidade com o povo, através de cursos de extensão e da divulgação de conhecimento científicos e culturais. Percebe-se, neste documento, o caráter assistencialista e a pretensão de imposição de saber a uma grande parcela da população, pressupondo que estes nada sabem ou conhecem.

Este plano defendia a importância da extensão universitária realizada através de cursos e de divulgação dos conhecimentos ao povo, e defendia, também, a extensão realizada através das universidades populares onde pudessem ser ensinados ofícios manuais e noções de assuntos diversos, como ciências, artes e letras. Seu conteúdo e a luta por uma reforma universitária acabaram influenciando a formulação da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava a forma de organização e funcionamento do ensino superior<sup>13</sup>

Em 1958, a discussão sobre a reforma universitária é retomada com intensidade, ganhando força quando a União Nacional dos Estudantes realiza seu congresso na Bahia, em 1961, além de encontros regionais no nordeste, em Recife, e no Sul, em Porto Alegre.

Para Neto (2001), quando a UNE discute a reforma universitária em seu congresso na Bahia, ela apresenta a extensão como ponto de fundamental importância para as universidades, assim como define que as instituições devem abrir suas portas para o povo e assumir um compromisso com a classe trabalhadora. A proposta era levar os estudantes até a realidade e possibilitar uma formação voltada para a defesa das reivindicações operárias, da participação na gestão pública e o apoio aos movimentos de massa.

A UNE em sua proposta afirma:

Universidade e sociedade se interpenetram e influenciam ineludivelmente. Uma sociedade deformada conterà, certamente, uma universidade mutilada e, *reciprocamente*, uma universidade infiel a suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível a autocrítica, vedada à evolução (UNE, 1961:XVII).

---

<sup>13</sup> Esta Lei foi revogada, entrando em vigor a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, onde em seu artigo 43, inciso VII a educação superior tem por finalidade: *promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.* (BRASIL, 1996).

Na declaração formalizada no congresso da Bahia, fica evidente a proposta de uma universidade democrática, com intensa relação entre universidade e sociedade, claramente explícita em seu texto. Gurgel (1986) acredita que algumas das diretrizes do documento já eram colocadas em prática em algumas instituições de ensino superior, porém, a relevância dada à extensão é uma coisa nova.

A ideia básica era abrir a universidade ao povo e levar os estudantes à realidade. Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB – em 1961 e, no decorrer do governo de João Goulart, de 1961 a 1964, passa a ser implementada uma extensão com conceito ampliado, conforme era considerado por seus elaboradores, e existe, neste período, a exigência do movimento estudantil de que houvesse o comprometimento do ensino superior com as necessidades dos setores populares urbanos e rurais.

Em seu artigo 69, a LDB nº 4024/61 - refere-se à extensão na forma de cursos a quem estivesse preparado e possuísse os requisitos exigidos. Torna-se claro que, apesar dos debates e reivindicações por uma universidade mais democrática e por uma extensão voltada à transformação social, a extensão permanecia sendo reconhecida apenas como atividade de divulgação cultural e destinada às classes dominantes, ou seja, privilegiadas.

A partir da década de 1960, a ideia de uma universidade voltada às classes populares começa a ganhar força. Neste período, são instituídos os Centros Populares de Cultura - CPCs -, os Movimentos de Cultura Popular - MCPs -, surge o Movimento de Educação de Base - MEB - e ocorre uma grande campanha de alfabetização de adultos, utilizando como base o método Paulo Freire que buscava assumir o compromisso com a conscientização e a politização dos indivíduos, abordando, inclusive, lições sobre povo, voto e pão. A proposta deste método de educação era propiciar aos indivíduos o poder de transformação social, a partir do conhecimento e compreensão da realidade.

O Centro Popular de Cultura foi criado pela UNE com o objetivo de consolidá-lo em uma grande universidade popular. Desta forma, a União Nacional dos Estudantes começa um trabalho de conscientização, pois, acreditava que a escola pública poderia desempenhar um papel progressista na resolução dos problemas nacionais. O Centro Popular de Cultura atuava através de teatro de rua, cinema, arquitetura, música, literatura, educação de adultos (GURGEL, 1986). A arte e a cultura eram utilizadas como instrumentos de conscientização e

politização da sociedade, a proposta era levar ao público o conhecimento sobre sua condição social.

O movimento estudantil permanece na luta pela reforma universitária, criticando esta por sua falta de comprometimento com as questões culturais e sociais, além de criticar a formação profissional limitada e individualista. No entanto, este propósito foi interrompido com a chegada da ditadura militar ao poder, em 1964 (ROCHA, 2005).

É importante ressaltar que, embora a proposta da UNE tenha sido importante para os movimentos sociais e trabalhistas, ela não deixava de ter um caráter impositivo e paternalista ao entender que os estudantes detinham o conhecimento, e este deveria ser transmitido para a população.

A partir de 1964, a ditadura militar desfaz o sonho de uma universidade democrática e passa a exercer um forte controle sobre o movimento estudantil, proíbe greves e institui a obrigatoriedade de voto nas eleições dos diretórios acadêmicos e cancela algumas atividades de extensão. A UNE, a partir de então, passa a agir na clandestinidade combatendo as posições do governo.

O governo militar reage com duras medidas de repressão e a extensão reassume um caráter totalmente assistencialista e de segurança nacional, como a criação do Projeto Rondon, criado em 1968<sup>14</sup> pelo Ministério do Interior, e do CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – criado por uma iniciativa do reitor da Universidade do Rio Grande do Norte e baseada em ideais americanos. O objetivo do Rondon era acalmar os ânimos dos estudantes e aproximar a juventude universitária da realidade, mas sem se desviar da filosofia militar. Já o objetivo do CRUTAC era o treinamento dos estudantes e a assistência às comunidades rurais, além de mascarar uma relação de preocupação e dedicação às comunidades rurais (RODRIGUES, 2003).

Outros organismos foram criados em distintos ministérios como a Operação Osvaldo Cruz, no Ministério da Saúde, a Operação Mauá no Ministério dos Transportes e a Operação da Ação Cívico-Social do Ministério do Exército. O governo ainda incentivou e apoiou a

---

<sup>14</sup> Conforme dados do Ministério da Defesa (2012), o Projeto Rondon foi criado em 1967. O Projeto teve seu marco inicial em junho de 1967 com a Operação Zero que contou com a participação de 30 estudantes sobre a coordenação do Prof. Omir Fontoura. A ação foi idealizada pelo Professor Wilson Choeri da Universidade da Guanabara, e a equipe ao retornar da atividade decide homenagear o Marechal Cândido Rondon dando seu nome ao Projeto (PROJETORONDONDF, 2012)

criação de ações extensionistas por entidades privadas como o Instituto Euvaldo Lodi, o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE - e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES (GURGEL, 1986). Atualmente, as referidas instituições apresentam como objetivo a captação de vagas de estágios para estudantes cadastrados em seus bancos de dados.

É importante observar a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras<sup>15</sup> - CRUB - em 1966, durante a ditadura militar, pois este órgão assumiu a responsabilidade de tornar a extensão universitária uma peça importante das instituições, difundindo aspectos e características que favorecessem a institucionalização da extensão. Este processo foi realizado por meio de seminários e encontros, dentre os quais um, em 1973, resultou na constituição da primeira Comissão Mista entre o Ministério da Educação - MEC - e o Ministério do Interior - MINTER (GURGEL, 1986).

Em 02 de julho de 1968, como consequência da pressão por uma reforma das instituições de ensino superior, foi instituído por Decreto Presidencial<sup>16</sup> o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária com o propósito de apresentarem ao governo um projeto de reforma. Em relação à extensão o Grupo de Trabalho expressa em seu relatório final que ela estava sendo realizada de várias formas com estágio curricular, prestação de serviços técnicos, atendimento à população carente, e isto parece ser visto até os dias de hoje (LERCHE VIEIRA, 2009).

O referido estudo deu seguimento ao processo de reforma do ensino superior organizado pelo governo militar e, em 28 de novembro de 1968, foi aprovada a Lei 5.540 – nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Alguns pontos fundamentais contidos na Lei representavam, de certa forma, reivindicações do Plano de Sugestões elaborado pelo movimento estudantil anos antes, porém estavam presentes de forma discreta e direcionadas

---

<sup>15</sup> Para Gurgel (1986) a criação do CRUB teve grande influência do modelo norte-americano de extensão. Segundo o autor, foi com a chegada de Rudolph Atcon ao Brasil que se constituiu o Conselho de Reitores. Atcon foi o primeiro secretário executivo do CRUB, no período de 1965 a 1968.

<sup>16</sup> Decreto Presidencial nº 62.937, criado em julho de 1968, período em que teve início o denominado milagre brasileiro. Com uma nova política liberal e crédito disponível para a economia, o país precisava se recuperar dos anos de recessão que deixaram como herança baixa capacidade de produção, altos índices de desemprego, reduzida qualificação profissional. Em decorrência deste contexto, o Decreto cria um grupo de trabalho que deveria apresentar resultados sobre a situação das universidades. No relatório do grupo e posteriormente na Lei 5.540 de 1968, resultante do estudo realizado, fica evidente a mistura de ideias de grupos que defendiam interesses empresariais, do movimento estudantil da década de 1960 e ideias oriundas dos acordos entre MEC e Estados Unidos - MEC/USAID -, porém o foco era na estruturação de uma universidade ajustada às necessidades técnicas do desenvolvimento e com o mercado de trabalho (GURGEL, 1986)

exclusivamente para questões acadêmicas, ficando excluída a participação em questões políticas.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB – de 1968, por influência do movimento estudantil, passou a adotar o conceito de extensão universitária com a inclusão da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. A reforma universitária designou para a extensão a participação na realização das políticas de governo, como a captação de recursos para as instituições de ensino superior, e estabeleceu que o papel social das universidades passaria a ser responsabilidade da extensão universitária.

A LDB tornou a extensão universitária obrigatória no âmbito do ensino superior, porém, observa-se que não houve mudanças quanto à atuação da extensão, pois esta permaneceria sob a forma de prestação de serviços à sociedade. A universidade, pela extensão, cumpriria, assim, seu papel social a serviço do Estado.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases de 1968 tenha sido o primeiro documento oficial a definir a extensão como uma das atividades fins da universidade e deva ser considerado como um marco importante, ela atribuiu as atividades de extensão um cunho assistencialista que desconsiderava os ideais defendidos pelos idealizadores dos movimentos populares. O processo de conscientização e politização fica estagnado durante o período de repressão política.

A LDB mencionada estabeleceu em seu artigo 40 que as instituições de ensino superior, através das atividades de extensão: [...] *propiciarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento* (BRASIL, 1968).

Ainda em seu artigo 20, a Lei atribui às universidades a função de estender à comunidade atividades de ensino e resultados de pesquisa que forem pertinentes, presumindo que as instituições são as detentoras do saber e que esta função deve ser desempenhada pela atividade acessória que é a extensão universitária.

Contrastando com o que estava previsto na Lei, a extensão ganha algum espaço para que possa se institucionalizar, no entanto, é importante destacar que ela é utilizada pelas classes dominantes e pelo Estado como instrumento de controle social por meio da prestação de serviços.

Gurgel (1986) refere-se à LDB, de 1968, como um mecanismo criado para colocar a educação superior a serviço do Estado, mas, ao mesmo tempo, reconhece, apesar de todas as implicações, sua importante contribuição para a formação do perfil da universidade brasileira e a consequente abertura dos debates sobre a relação universidade e sociedade:

A extensão universitária na década de 70 não inclui somente a perspectiva colonizadora de levar serviços. Ela parece ter ido adiante, num esforço de estabelecer um processo de comunicação com as classes subalternas, tentando, a partir da iniciativa institucionalizada, dar continuidade ao que fizera anteriormente, no início da década de 60, através de iniciativas dos estudantes, professores e outros grupos intelectuais (1986:87).

Em 16 de maio de 1974, foi constituída pelo MEC a Coordenação de Atividades de Extensão - CODAE - cuja finalidade era analisar e propor o entrosamento entre o CRUTAC e Campus Avançado<sup>17</sup>, este último surgiu a partir do Projeto Rondon. A instituição deste órgão foi estabelecida a partir do relatório gerado pela Comissão Mista entre MEC e MINTER, onde também foi recomendada a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a articulação da extensão com os estágios curriculares e com a assistência estudantil. Foram feitas outras recomendações como a definição da carga horária dos docentes destinada à extensão, a necessidade de embasamento profissional dos estudantes para participarem das ações, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas para que fosse garantido que a população poderia assumir os projetos e, paradoxalmente, havia também a recomendação de redução dos custos operacionais destas ações.

Com a instituição da Coordenação de Atividades de Extensão, as universidades passam a ser responsáveis apenas pela execução das atividades de extensão, ficando todo planejamento e organização a cargo do MEC/CODAE. Entretanto, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras se posicionou mostrando considerar a extensão como uma atividade intrínseca à universidade.

A todo o momento, a trajetória da extensão parece demonstrar uma preocupação com a relação universidade-sociedade, ao mesmo tempo que demonstra acreditar ser a

---

<sup>17</sup> Com a institucionalização do Projeto Rondon, estudantes passaram a acreditar em seu potencial de transformação e reivindicaram uma atuação mais sistematizada e permanente. Deste processo surgiu a proposta dos Campi Avançados que representavam uma fase mais madura do Projeto Rondon. A proposta previa uma reestruturação do ensino superior através da inserção das instituições em comunidades carentes, áreas de interesse estratégico para o governo. Gurgel (1986) refere-se às experiências de campi avançados como uma ação desenvolvimentista que possibilitou às universidades a prática de extensão.

detentora do verdadeiro saber, enquanto a sociedade é apenas receptora. O Relatório da Comissão Mista recomendava o planejamento das ações extensionistas, entretanto, não se preocupou em questionar, investigar o que a universidade encontraria além de suas portas. A ausência de análise, planejamento e reflexão sobre as ações induz à criação de atividades de extensão pouco interessante e atrativa para a população.

Entretanto, a criação da CODAE imputou ao MEC a responsabilidade de uma relação mais ampla com a extensão universitária, e deste órgão, resultou um dos documentos mais importantes em relação à operacionalização da extensão universitária na época: o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, lançado em abril de 1975.

Anteriormente a isso, em 1974, a Universidade da Bahia, contratada pelo MEC, emitiu um relatório com a situação da extensão universitária nas universidades. O documento demonstrava a baixa institucionalização de coordenações de extensão, ficando, na maioria dos casos, sob a responsabilidade dos departamentos. O relatório evidenciou que as áreas de artes, ciências agrárias e letras eram as que mais desenvolviam atividades como cursos, seminários, difusão cultural, prestação de serviços e ações comunitárias.

Com o lançamento do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, em 1975, a proposta de extensão universitária passa a ser de troca de saberes entre a universidade e a sociedade, insere-se, neste momento, um novo componente no conceito de extensão que seria o *feedback*, ou seja, a retroalimentação do ensino e da pesquisa, por meio do resultado das ações desenvolvidas junto a comunidade. O Plano de Trabalho define a forma como a extensão seria realizada: por cursos, ações comunitárias, divulgação de resultados de pesquisas, ou outras formas que pudessem ser exigidas pelo contexto da instituição (BOTOMÉ, 1996).

O Plano de Trabalho foi seguido, aproximadamente, até 1976. A partir de então, em razão da diversificação dos projetos que vinham sendo desenvolvidos e da discordância por parte da CODAE em relação à proposta de planejamento para as universidades que o MEC estava discutindo, internamente, a proposta do Plano de Trabalho deu lugar a uma nova visão do relacionamento entre ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, as instituições de ensino superior começam a adotar a extensão universitária como uma prática de estágio nas comunidades urbana e rural. A CODAE passa

então a considerar o processo de integração da universidade com a sociedade como uma atividade secundária, sendo importante observar que esta já se desenvolvia com poucos recursos financeiros, e o estágio curricular passa a ser considerado como sua estratégia mais importante (GURGEL, 1986).

Durante 1979, o governo inicia um ciclo de reforma administrativa, realizando modificações no MEC, e a CODAE é extinta dando lugar a uma nova estrutura onde a extensão não estava prevista. Este cenário de desinteresse, por parte do governo, por ações realizadas junto à sociedade permanece até o fim da ditadura militar.

Entretanto, as universidades buscam, nesse período, discutir o processo de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e seus departamentos começam a ampliar o campo de atuação com projetos em áreas como saúde, educação, tecnologia, economia, entre outras. Este processo ganha força com a organização dos quadros de servidores das instituições de ensino superior. São criadas a Associação dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - e a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA.

Com o processo de fortalecimento da sociedade civil e enfraquecimento da sociedade política, instala-se um período de redemocratização, e a partir de 1985 os espaços para discussão começaram a ganhar algum fôlego. Além do fortalecimento da categoria dos docentes algumas instituições públicas do Brasil começaram a discutir extensão com o MEC, reagindo à imposição de programas e projetos elaborados em nível nacional, reivindicando autonomia e apoio financeiro. Foi um momento de busca por uma extensão que estivesse além do modelo tradicional de disseminação de conhecimentos e prestação de serviços, uma extensão cujo eixo central seja o comprometimento com a população e com o processo de transformação da sociedade.

Inspirado pelos movimentos de organização dos docentes e servidores e da mobilização de órgãos da sociedade civil pelo fim do autoritarismo, o CRUB passa por mudanças e começa a assumir uma posição mais crítica em relação ao papel que a universidade estava desempenhando e sua autonomia.

Para Fagundes (1986), a luta do CRUB pela autonomia da universidade e por seu compromisso com a sociedade foi desdobrada na forma de extensão. Porém o Conselho de

Reitores não imprimiu uma ideia própria à luta e a relação da instituição de ensino superior com a sociedade seguia a ótica do governo e desconsiderava a realidade social, a desigualdade e as diferentes classes sociais.

Em meados de 1983, o CRUB ressalta que a universidade deveria buscar meios para a transformação da sociedade, dando ênfase para o enfrentamento dos problemas vivenciados pelas classes menos favorecidas. A partir deste período, o órgão defende a extensão universitária como instrumento de interlocução entre universidade e sociedade e inclui, em seu discurso, a afirmação de que a verdadeira universidade só existira com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cabe salientar que a forma como ocorreria a indissociabilidade e o porquê isto era necessário não são temas presentes nos espaços de debate e documentos deste órgão, criado, inicialmente, para aplicar a política do Estado ao Ensino Superior.

Para Tavares (1996), a segunda metade da década de 1980 possibilitou o surgimento de um modelo de universidade [...] *em que a extensão universitária deixa de ser mais uma função desarticulada do projeto acadêmico global desenvolvido nas IES públicas para se transformar em instrumento de autonomia e democratização dessa mesma universidade.*

Em 29 de março de 1985, é criado o Decreto 91.177, que institui uma Comissão Nacional cujo objetivo era fornecer subsídios para a formulação de uma nova política para a educação superior. Do trabalho realizado internamente, no MEC, nasce o Programa Nova Universidade - PNU -, defendendo em seus propósitos a qualidade do ensino de graduação para que a dependência tecnológica e científica do país fosse reduzida. Além disso, defendia a avaliação institucional como critério para repasse de recursos às instituições e o relacionamento da universidade com a sociedade, especialmente em relação à população marginalizada. No entanto, a extensão permanece sendo entendida como prestação de serviços à comunidade e como instrumento capaz de permitir a transferência de conhecimento aos que não estão dentro da universidade.

Segundo Tavares (1996) a Comissão Nacional deixa explícito em seu relatório a ideia de privatização da extensão universitária, pois, para ela a prestação de serviços passa a ser defendida como mecanismo de captação de recursos financeiros necessários a manutenção das instituições de ensino.

Com a elaboração do relatório que deu origem ao Programa Nova Universidade a extensão é considerada como atividade fim da universidade e como um importante instrumento para a concretização da integração entre a instituição e sociedade. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para o Programa, estava diretamente relacionada a uma formação profissional consciente e comprometida com as questões sociais. Este tema estava presente nos debates do CRUB e das organizações de servidores e docentes.

A partir deste período e da defesa destas questões, as universidades passam por algumas mudanças e são criados, nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES - órgãos, departamentos, unidades e comissões para que as propostas de extensão universitária fossem concretizadas.

No período pós 1985, com o avanço do processo de democratização, as universidades enfrentam o processo de eleição para dirigentes universitários e, além disso, a reorganização do movimento docente abre espaço para o início da discussão sobre o compromisso social que a instituição de ensino superior deveria ter. As discussões começam a ocorrer nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo país e são realizados encontros regionais para tratar de um tema central: a relação entre universidade e sociedade.

Neste contexto de debate, sobre a função social da universidade e de defesa da necessidade do estabelecimento de uma relação permanente com a sociedade, a extensão ganha forças para efetivar sua institucionalização e redefinir seu conceito. Para Sousa (2001), o movimento docente teve grande contribuição neste momento, pois, considerava a universidade uma instituição social aberta à sociedade e defendia a necessidade de rompimento com o modelo tradicional de ensino e de reprodução de um saber extremamente compartimentado, muito mais comprometido com o mercado e sem qualquer compromisso com a grande parcela da sociedade que fica além dos muros das Instituições de Ensino Superior.

Foi neste período de reflexão e defesa de novas propostas para a política de ensino superior que começam a surgir fóruns regionais e, em 06 de novembro de 1987, ocorre o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Deste encontro originou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, que culmina até os dias de hoje como um espaço para debate acerca de novos conceitos e diretrizes para a extensão

universitária. Foi através do Fórum que surgiu o conceito de extensão, em vigor até a elaboração da Política de extensão 2011-2020:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. “Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (RENEX, 2001).

O novo conceito de extensão transforma esta em atividade indispensável à universidade, rompendo com a forma secundária a qual ela era tratada. Para Nogueira (2001) os debates travados pelo movimento estudantil, na década de 1960 e o Plano de Trabalho da Extensão Universitária estão presentes em alguns traços do novo conceito de extensão.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão contribui em grande escala para o fortalecimento das instituições universitárias em relação à sociedade e ao governo, além de contribuir para a materialização do conceito de extensão, da forma de registro das ações, dos instrumentos de avaliação e metodologias adequadas.

Em 1988, com a declaração da nova Constituição Federal, a extensão universitária volta a aparecer em documentos legais. Conforme previsto no artigo 207 da referida Constituição *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* (BRASIL, 1988). Em relação a documentos anteriores, o que ocorre é uma afirmação constitucional da permanência da extensão universitária na organização das instituições de ensino superior.

Na década de 1990, com o apoio do movimento docente em busca da democratização da universidade, a extensão volta a aparecer na estrutura do Ministério da Educação, tendo sido criado, através do Decreto nº. 99.678, de 08 de novembro de 1990, o Departamento de Política de Ensino Superior - DPES - da Secretaria Nacional de Educação Superior - SeNESU

-, onde as atividades de extensão universitária passaram a ser coordenadas pela Divisão de Extensão e Graduação - DIEG.

Apesar deste reconhecimento a extensão desenvolvida à época apresenta características assistencialistas e enfrenta a falta de recursos financeiros, problema decorrente da ausência do Estado. Algumas universidades passaram a utilizar a extensão como forma de captação de recursos, atendendo a proposta política de autonomia universitária do Governo Collor.

O período compreendido entre 1993 e 1994 caracteriza-se como uma fase de diálogo e forte articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior – SESU – do Ministério da Educação e Desporto – MEC –, em especial por meio do Departamento de Política do Ensino Superior.

A SESU criou, em abril de 1993, através da Portaria nº. 66, a Comissão de Extensão Universitária, composta pelos coordenadores do Fórum de Pró-reitores de Extensão, pelo diretor do Departamento de Política de Ensino Superior, e pelo chefe da Divisão de Graduação e Extensão. O objetivo desta comissão era elaborar programas específicos que definissem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas Instituições de Ensino Superior. Esta Comissão organizou então o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE –, que se constitui, de fato, como uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras (MEC/SESU, 2007).

É importante observar que o PROEXTE foi interrompido durante o governo Fernando Henrique - 1995 a 2002 - e retomado no governo Lula a partir de 2003, sendo institucionalizado como Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT - apenas em 30 de junho de 2008 com a promulgação do Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008. Este foi o primeiro instrumento legal de criação do Programa. Destacamos que esta interrupção de programas e implantação de outros é uma característica recorrente a cada novo governo que assume.

Outro ponto importante foi a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº9.393 - em dezembro de 1996, após anos de debate entre partidos políticos, governo, entidades educacionais, empresários, políticos, etc. No entanto, a nova LDB demonstra a desresponsabilização do Estado com a política educacional, principalmente ao que se refere à

educação superior pública, sua manutenção e financiamento. A LDB de 1996 estabelece inclusive que as atividades de extensão poderão receber recursos do Poder Público, demonstrando assim o descompromisso do Estado em relação as atividades de extensão.

A restrição orçamentária imposta durante o Governo Fernando Henrique impôs às universidades a necessidade de encontrar formas alternativas de financiamento, e isto inclui a venda de serviços através da extensão universitária. Esta situação transforma a extensão em um apêndice da universidade, não estando relacionada ao ensino, nem sendo considerada como atividade fim das instituições, situações que impediriam a cobrança de taxas no ensino superior público e gratuito.

Neste contexto, as universidades públicas, através de seus gestores e docentes, aderiram à cobrança de serviços como, por exemplo, cursos de aperfeiçoamento, consultorias, etc., e o fizeram como forma alternativa à manutenção de suas atividades.

Os investimentos em extensão, tanto por parte de governos quanto por terceiros, sempre foram muito escassos, em virtude até do descaso que as próprias universidades e seus integrantes tiveram sobre a extensão durante a história das universidades brasileiras.

Já os investimentos realizados em pesquisa cresceram vultuosamente nas últimas décadas e continuam crescendo com grandes investimentos dos setores públicos e privados, e isto se torna um fator motivador para que as universidades pesquisem.

Considerando a realidade das instituições, se elas dependerem apenas de recursos próprios para elaborarem e executarem uma política de extensão, voltada para uma nova finalidade que esteja integrada com a realidade política, social, cultural e econômica, torna-se, praticamente, inviável realizar programas, projetos e ações de caráter continuado e, assim, em muitos casos, continuam praticando apenas o assistencialismo com ações focalizadas e isoladas e a prestação de serviços em substituição ao setor privado.

É preciso buscar integração com outros setores como o público, o privado e o terceiro setor, para que de forma associada possam contribuir e ajudar no enfrentamento das desigualdades sociais do Brasil.

Os debates acerca do conceito e das funções da extensão universitária tem sido constantes e, a partir de uma reflexão sobre a responsabilidade social das universidades para

com a sociedade, os debates tentam integrar o ensino e a pesquisa para caracterizar de forma determinante o compromisso social do ensino superior. Este é, então, o desafio de todos que atuam com extensão universitária, a contar de quem escreve, pensa a política de extensão e executa as ações.

### 2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU COMPROMISSO SOCIAL

O Brasil vive um raro momento em que o ensino superior estatal é criticado em nome da justiça social. As universidades dos estados são ocupadas, gratuitamente, pelos filhos das classes média e alta; nas universidades particulares ficam os demais.[...] A injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só entram os filhos dos ricos — isso é injustiça social. A injustiça da universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalham apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social (BUARQUE, 1994:117)

Nas últimas décadas, o Brasil sofreu grandes transformações em função da política econômica e social desenvolvida, passando por um imenso período de descaso do poder público e de tantos outros setores da sociedade. Os problemas sociais só aumentaram, embora a economia e os índices de inflação tenham sido alvo de maior controle por parte do Estado nos últimos anos.

A implementação de políticas não distributivas, que favoreceram a economia para os poucos detentores do grande capital, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais do Brasil, criando um poço cada vez maior entre ricos e pobres.

A política neoliberal e o controle excessivo do mercado deixou por anos a sociedade de fora das decisões políticas e sociais. Os ideais do neoliberalismo, expressos através das políticas de governo e orientações de organismos internacionais, ignoram a existência e o potencial de contribuição da sociedade (VIEIRA, 2001). As questões sociais, que antes eram responsabilidade do estado, acabam caindo nas mãos da sociedade já que o mercado se preocupa apenas com questões econômicas.

Esta afirmação pode parecer descabida, se considerarmos que vivemos, como é o caso do Brasil, em um regime democrático e constituído de direitos, inclusive direitos sociais. No entanto, a democracia presente no Brasil ocorre apenas no cenário político. No cenário

econômico e social, a democracia é completamente perversa e desigual, apresentando dados que apontam o país como um dos mais desiguais em relação à distribuição de renda, acesso à serviços básicos como saúde, educação, saneamento e informação (PNUD, 2010).

A mobilização e a participação popular não são vistas com tanta frequência e ênfase como à época do processo de luta pela redemocratização e fim de um governo ditatorial (ARROYO, 2010). A participação da sociedade e de movimentos sociais pode ser de grande importância e contribuição na busca pela verdadeira democracia, pois, o que se tem, hoje, é o direito a eleger um representante que deveria lutar pelos anseios da sociedade, e o que se pode e deve fazer vai muito além disso. A sociedade tem poder de transformar as estruturas de dominação, de exclusão e de desigualdade e de reivindicar direitos, e isto se dá a partir da sua própria reorganização (VIEIRA, 2001).

Nestas circunstâncias, o papel do Estado deveria ser o de buscar melhores condições de vida e de igualdade para a sociedade. Com o não cumprimento de suas responsabilidades, é necessário que a sociedade encontre fontes alternativas de sobrevivência com o mínimo de dignidade.

Para Minayo (2007), a primeira tese da dialética ou teoria crítica é a da especificidade histórica da vida humana, onde nada está totalmente definido e absoluto, ou seja, a vida humana e as condições sociais que estão dadas em determinado momento podem ser alteradas. Ainda fazendo referência à interpretação de Minayo em relação as ideias de Marx e Engels sobre a *Sagrada Família* (1967): “os fenômenos econômicos e sociais são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos”.

Em razão disso, se faz necessário um repensar das atitudes individuais, para que elas caminhem em busca de alternativas coletivas em prol de uma perspectiva mais humana e inclusiva, e a universidade pode participar deste processo.

O poder público é considerado responsável pelo desenvolvimento de um país, pelo cumprimento dos direitos sociais, e pela redução da pobreza e das desigualdades sociais. Para o atendimento destas demandas sociais, os governos utilizam recursos públicos e realizam investimentos em políticas públicas e programas sociais. No caso do Brasil, as disparidades econômicas e sociais são imensas, e estes investimentos têm vital importância para a população menos favorecida e para a redução da miséria.

Desta forma, as Universidades Públicas podem e necessitam usufruir de seu potencial intelectual e estrutural para, em conjunto com a sociedade e com o próprio poder público, desenvolver alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento social e para a melhoria de vida da sociedade como um todo, possibilitando o acesso à alguns de seus direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e alimentação.

A política econômica dos anos 1990 levou os países a buscarem um ajuste econômico-financeiro através de estratégias que incluíam a reforma do Estado, e as universidades também precisaram se adaptar às novas regras, passando por reformas políticas e sociais. Neste período, as instituições de ensino superior enfrentaram um verdadeiro descaso por parte do Estado, que, além da implantação de uma política reformista e de redução da máquina estatal, seguia orientações dos organismos internacionais.

A política posta em prática tinha como objetivo forçar as universidades a ampliar suas fontes de financiamento, através da prestação de serviços e das pesquisas, buscando parcerias com o mercado e desresponsabilizando o Estado.

Desta forma, a universidade, foi sendo reformulada com o objetivo de atender a demanda das políticas econômica e social vigentes. A universidade que, inicialmente, era considerada como um espaço cultural, enfrenta uma grande crise de hegemonia e é transformada em uma mera produtora de mão de obra qualificada e de pesquisas tecnológicas com o objetivo de servir ao mercado. É a chamada transnacionalização do mercado de serviços universitários, defendida por organismos multilaterais, aliada à redução de investimentos nas universidades, justificada pelos governos como não sendo um gasto essencial. (SANTOS, 2010).

Diante deste contexto, a universidade precisa estar apta e preparada para buscar respostas alternativas como forma de enfrentar os problemas herdados por anos de descaso em relação às questões sociais. Ela deve buscar uma educação transformadora com qualidade, mas deve ter como foco principal a formação humana, permitindo a quem faça parte dela ter uma compreensão da realidade. Esta compreensão da realidade vai possibilitar que o homem consiga identificar os desafios e apontar alternativas para seu enfrentamento (FREIRE, 1989).

Para isso, acredita-se que a universidade deve primar por um ensino interdisciplinar e integrado com a pesquisa e a extensão, de forma a desfazer a característica mercadológica

da pesquisa, o caráter tecnicista do ensino e a visão assistencialista da extensão. A universidade estará, então, preparada para exercer sua responsabilidade social.

No início da história das universidades, no século XII, seu compromisso social se apresentava sob a forma de ensino apenas. Com a chegada da revolução industrial, e o novo modo de produção, as universidades precisaram se adaptar e atender a necessidade de formação técnica e continuada, produzindo mão de obra (FAGUNDES, 1986).

Historicamente, a universidade está vinculada aos anseios de cada época, sendo o resultado de esforços empreendidos por uma parcela da sociedade. Apesar desta característica, a universidade tinha como propósito servir aos interesses de grupos sociais dominantes. A ampliação desta abrangência ocorria de forma isolada e, em casos específicos, a partir da pressão exercida por alguns setores da sociedade que reivindicavam uma maior democratização e socialização do que era produzido pelas instituições de ensino superior (FAGUNDES, 1986)

A função e o grau de comprometimento da universidade com a sociedade sofrem mudanças de acordo com o contexto histórico, político, social e econômico em que estão inseridos. O ensino, por exemplo, função mais tradicional das universidades, transita pelas funções de formação profissional como forma de possibilitar a socialização do indivíduo, e pela formação cultural como meio de ascensão social. No entanto, ambas deveriam ser aplicadas em conjunto para que a formação cultural possibilitasse uma profissionalização ampla e o desenvolvimento de novos saberes.

A pesquisa, outra função da universidade, começa a esboçar seus primeiros traços com a chegada da Revolução Industrial e a consequente necessidade de descoberta de novos conhecimentos. Nesta função de produtora de conhecimento, a universidade passa a realizar a transmissão do saber produzido através da prestação de serviços e cursos destinados aos que não pertenciam ao seleto grupo dos bancos escolares. Mas este saber não era produzido nem disseminado ao acaso, mas de forma intencional em razão dos interesses das classes dominantes (FAGUNDES, 1986).

As funções de disseminação do saber produzido na universidade e controle às pressões das camadas populares foram destinadas a terceira função das universidades, posteriormente, denominada extensão universitária. As experiências desta área surgem sobre a

forma de cursos, palestras e prestação de serviços técnicos e são consideradas como o cumprimento da função social da universidade.

Para Jezine (2001), a extensão universitária representa a forma que a universidade encontrou para responder aos anseios e desejos de classes socialmente desfavorecidas. Para a autora esta seria a dimensão social da universidade.

Neste sentido, é fundamental conhecer e analisar a função da universidade em relação à sociedade, assim como debater para que e para quem serve o conhecimento produzido e disseminado.

O surgimento da extensão universitária, conforme analisado no início do capítulo, está relacionado às Universidades Populares do século XIX e ao modelo norte-americano de extensão rural, e no Brasil a extensão tem início no século XX tendo como influência os dois modelos.

O primeiro registro oficial de extensão universitária no Brasil aconteceu apenas em 1931, com a promulgação do Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. Historicamente, a extensão no Brasil desempenhava um papel de prestação de serviços aos menos favorecidos, transmitindo o saber técnico aos "desinformados". Desta forma, os professores e alunos apenas prestavam serviços à sociedade, assumindo o papel do setor privado.

O Decreto Lei 19.581 de 1931, define a extensão universitária como um instrumento da vida social da universidade, apresentando como dever a elevação do nível cultural geral do povo, assim como a ampliação do espaço universitário por meio de cursos e palestras, que apresentavam como propósito, entre outros objetivos, o controle social e a propagação dos ideais da classe que se mantinha no poder.

Evidentemente, é inegável o destaque dado à extensão universitária na legislação da época, porém, o Estatuto das Universidades demonstra ter recebido a influência liberal, que defendia a modernização da educação no Brasil. A prática do que estava previsto em lei resultou na manutenção do benefício das classes privilegiadas que tinham acesso à universidade, e ampliou a exclusão das camadas populares que já eram desprovidas de poder político e econômico.

A primeira referência legal à extensão universitária no Brasil, ao limitar a prática extensionista a cursos, palestras e conferências exime as universidades de participarem da solução dos problemas sociais e de trabalharem em prol de benefícios coletivos para a sociedade.

Novos decretos e leis surgiram, e a ideia de extensão permanecia estabelecida sob a forma de cursos, conferências e prestação de serviços para a população, enfatizando o caráter assistencialista e caritativo. Os propósitos dos cursos são a qualificação dos estudantes e a ampliação do ensino para aqueles que não conseguem se inserir nas universidades, já a prestação de serviços está voltada ao atendimento da população, atribuição do Estado delegada às instituições de ensino.

A extensão é tratada como uma atividade opcional e acessória às universidades, e conforme destaca Demo (2001) o próprio termo extensão sugere a ideia de excrescência ou resíduo. Para o autor, a extensão nunca foi tratada em condições de igualdade ao ensino e à pesquisa, consideradas como funções principais das instituições de ensino.

Para Botomé (1996), as práticas extensionistas desenvolvidas, a partir das universidades populares pouco evoluíram, e a aproximação da teoria com a prática não foi por ele encontrada. Desta forma, passado e presente não apresentaram grandes modificações e a extensão que surgiu, também como uma crítica ao isolamento e aos limites das universidades, não conseguiu afirmar seu verdadeiro papel nas instituições de ensino. Botomé (2001) defende que em alguns momentos a extensão, ao longo de sua história nas universidades brasileiras, [...] *passa a ser utilizada como aparência de compromisso social, camuflando mais do que comprometendo o trabalho da universidade com a sociedade* (BOTOMÉ, 2001:162).

Botomé (2001) vai além ao salientar que a transformação social parece não ter acontecido como o esperado, e procura relacionar a isto a forma de manifestação da extensão, limitada a prestação de serviços que buscavam compensar a ausência do Estado, serviços estes, na maioria das vezes, de caráter assistencialista e temporário que, ao seu término, causam frustrações e desamparo. Para o autor, a extensão deve possuir três dimensões: pioneirismo, pesquisa e ensino, ou seja, deve respeitar as funções da universidade e os que realizam e coordenam estas atividades; devem conhecer claramente seus propósitos e sua natureza.

A falta de comprometimento das universidades com a extensão universitária e com sua inserção social resulta na prática extensionista analisada até o momento: assistencialista, esporádica, remediadora, acessória, instrumento de controle social. A extensão, até pouco tempo, era considerada como atividade extracurricular dos cursos de graduação, demonstrando o caráter acessório que ela representava ou ainda representa para algumas instituições de ensino superior e para o próprio Estado.

A relação social da universidade com o meio onde está inserida parece ficar clara nas concepções propostas, o que não aparece de forma evidente é a forma como esta relação deve ser estabelecida e possa, realmente, tornar-se uma instituição social comprometida com as necessidades da sociedade.

Para Freire (2006:36), a relação entre universidade e sociedade não deve se dar de forma messiânica, autoritária e superior: *O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.* Ao fazer extensão se considerando superior ao outro, a universidade ignora sua cultura e desconsidera a realidade da população que é alvo das ações de extensão.

A capacidade da universidade, através de seus docentes e discentes, de lidar com o conhecimento trabalhado nos bancos escolares poderia ser percebida por meio da extensão universitária. Ao se aproximar e interagir com a sociedade, principalmente com camadas excluídas, a universidade precisa saber observar, escutar e aprender para que, então, a união dos conhecimentos adquiridos dentro da instituição e na comunidade possa ajudar na construção de um novo saber que, efetivamente, contribua para aquele contexto.

Para Santos (2010:73):

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A universidade, por princípios, deve ser um espaço democrático, de produção de conhecimento e disseminação de saberes. No entanto, conforme a contextualização histórica apresentada anteriormente, fica evidente a cultura autoritária que a permeou durante muito tempo.

Com as reformas sociais que surgiram no século XX, os movimentos sociais e estudantis, a ideia de universidade passou a compreender cidadania, democracia e espaço para reflexão crítica sobre a realidade. A universidade passa a ser cobrada a exercer sua responsabilidade social.

Essa posição estava sendo reforçada durante os anos 1990, a partir de encontros de docentes de diversas universidades latino-americanas. No primeiro encontro realizado em Cuba, os participantes reconheceram ser necessária a existência de um projeto participativo por parte da universidade e da comunidade, e a extensão é considerada como instrumento de projeção social.

Desta forma, o senso comum de que a universidade era para uma elite intelectual, produtora de recursos humanos qualificados e produtora de conhecimento teve que ser repensado, assim como as funções da universidade para que esta se tornasse uma instituição social com o objetivo de trabalhar de forma articulada as políticas públicas e sociais.

No entanto, a universidade não deve substituir as funções de responsabilidade do Estado, mas sim, tornar acessível à sociedade todo e qualquer conhecimento científico, tecnológico, cultural e filosófico que produza, sempre os adequando às realidades individuais, para que estes possam ser, efetivamente, benéficos sem causar um ‘choque cultural’ em seus participantes. Esta é uma das tarefas da extensão, saber escutar e interpretar as necessidades da sociedade, sem impor o que pensa ser ideal, preocupando-se sempre com a relevância e a ética do que a universidade está produzindo.

Diante da conjuntura política, econômica e social do Brasil, nas últimas décadas têm ocorrido intensas discussões sobre que papel a extensão deveria cumprir e como definiria seu espaço de atuação. Os debates têm se centrado na definição de uma função social cuja responsabilidade é a de ajudar a transformar a sociedade.

Conforme Santos destaca em seu livro *A universidade no século XXI: para um reforma democrática e emancipatória da universidade* (2010), as universidades estão

assumindo uma nova responsabilidade sobre a qual sofrem certa pressão, pois, são consideradas como as únicas capazes de fornecer uma resposta comprometida e criativa como forma de enfrentar os desafios da responsabilidade social. Ao tratar dos problemas sociais, o contexto e a cultura presente devem ser sempre levados em consideração.

A universidade é uma instituição que está, diretamente, conectada com os anseios e necessidades da sociedade, e isto acontece de forma mais intensa, através da relação que é estabelecida entre a universidade e a população de determinada região onde a instituição está inserida. A integração ocorre, principalmente, por necessidade e interesse de ambas as partes, seja por iniciativa de movimentos sociais regionais, associações de bairro, sindicatos, movimento estudantil, etc. O que ocorre é que todos estão percebendo a imensa gama de oportunidades que pode surgir deste relacionamento.

A educação superior, no Brasil, passou por um processo de estagnação, baixos investimentos e sucateamento das instituições. Nos últimos anos, foram realizados alguns investimentos que voltaram a trazer certa credibilidade e confiança às universidades. Hoje, a educação superior é considerada como um direito da sociedade e dever do Estado. A universidade não deve ser um espaço apenas para quem ingressa no vestibular, e sim um espaço aberto a toda sociedade, embora por formas distintas.

A extensão, dentro do contexto atual do capitalismo global e da forma como este trata a universidade e a extensão e como pretende utilizá-las a seu serviço, terá um significado muito peculiar e importante. A universidade deve passar por uma reforma e deixar de ser uma agência produtora de tecnocratas<sup>18</sup> e, deve dar um novo rumo às atividades de extensão para que elas façam parte das carreiras dos docentes e discentes e possam ajudar na investigação de meios alternativos ao contexto político, econômico e social do Brasil.

Desta forma, a universidade passaria a ter uma participação mais efetiva no processo de aprofundamento da democracia e na construção de uma sociedade mais igualitária, lutando contra qualquer tipo de exclusão social, degradação ambiental e a favor da diversidade cultural, lutando pela redução das desigualdades e da pobreza, para que todos tenham iguais condições de participar e construir um mundo melhor. Todos estes são fatores fundamentais para a concretização e preservação dos direitos humanos dos indivíduos (SANTOS, 2010).

---

<sup>18</sup> Tecnocratas tem origem na tecnocracia, que é entendida aqui como a ciência da produção o governo dos técnicos, deixando a filosofia, a ideologia e a política de lado.

A partir de novas premissas e funções da universidade, a extensão passa a fazer parte do plano de desenvolvimento do país. Com isso, passam a existir novas regras que exigem das universidades a vinculação da extensão ao projeto pedagógico dos cursos de graduação. E, além disso, que as faculdades façam da extensão uma atividade permanente.

Alguns autores discutem sobre o tema da extensão universitária e seu papel ao longo dos anos, entre eles Paulo Freire (2006), Roberto Mauro Gurgel (1986), Pedro Demo (2001), Sílvio Botomé (1996), Boaventura de Sousa Santos (2010) entre outros professores pesquisadores.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão também traz para sua agenda esta discussão, retomando parte do trabalho iniciado ainda na década de 1980 quando da criação deste Fórum. Ao longo de anos trabalharam em busca da institucionalização da extensão e de um sistema de avaliação, da autonomia universitária e pelo reconhecimento de um Plano Nacional de Extensão. Em 1998, foi aprovado o I Plano Nacional de Extensão que trazia como conceito de extensão a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relação entre universidade e sociedade (NOGUEIRA, 2000).

Para Demerval Saviani (1981:73):

[..] a função de extensão deveria significar a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando se formar numa determinada profissão. Ao contrário, cabe à Universidade socializar seus conhecimentos difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade. A extensão não pode ser vista como algo caritativo, mas como uma obrigação, e tem que ser desenvolvida em caráter permanente em atendimento às exigências da classe menos favorecida.

Em razão de intensas discussões e pesquisas sobre a diferença que a extensão universitária apresenta entre a teoria e a prática (FARIA, 2001), o conceito de extensão universitária vem sendo rediscutido e a proposta sugere atribuir e/ou reafirmar à extensão a responsabilidade de contribuir para a solução dos problemas sociais e para o desenvolvimento social do país, através de ações conjuntas elaboradas e realizadas entre os professores, alunos, técnicos e a sociedade em geral.

A universidade deve ser um espaço de discussão, aberto ao diálogo, de geração de novos conhecimentos e experiências, para que não fique restrita apenas à formação técnica de profissionais necessários ao mercado de trabalho proveniente da globalização e do capitalismo.

Sobre isso, Pedro Demo (2005:191) afirma:

Entretanto, conhecimento como vantagem comparativa encobre facilmente sua pecha neoliberal, através da qual é aprisionado no mercado, distanciando-se dos reclamos da cidadania. Quem sabe pensar, muitas vezes não aprecia que outros também saibam pensar. É preciso por isso educar o conhecimento, para que sirva à cidadania coletiva, não apenas ao lucro competitivo.

A proposta do Fórum de Pró-Reitores segue em parte o proposto por Boaventura de Sousa Santos em seu livro *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Santos (2010) sugere a união da universidade, do Estado e da própria sociedade, para que busquem uma reforma alternativa à globalização, uma nova política nacional. Para o autor, é preciso encontrar novas soluções, já que o passado não volta atrás:

A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais (SANTOS, 2010:62).

Durante o período que compreendeu a elaboração do Plano Nacional de Extensão, com encontros anuais e até semestrais, onde os representantes da área de extensão se reuniam para debater sobre o tema, uma das questões defendidas por eles foi a responsabilidade que a universidade tem em participar da transformação social brasileira:

Assumindo posição na transformação da sociedade brasileira, a universidade deve ser um espaço aberto às discussões que viabilizem o pleno exercício da cidadania para a superação de toda sorte de exclusão ou marginalização que ainda mantém grande parte da população alheia ao exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos e afastada do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano (NOGUEIRA, 2000:62).

A cidadania pode ser considerada como uma das estratégias da transformação social e, este último não pode ser considerado apenas sob a ótica econômica e sobre a análise do crescimento de um país. É preciso tratar a transformação social de forma relacionada à busca

por condições de igualdade, pois, embora se diga viver em uma democracia, isto não significa dizer que se viva em condições de igualdade (DEMO, 2001).

Para Arroyo (2010), embora a população “comum” tenha participado de forma importante na luta pela constituição de direitos, hoje, sua participação não é mais a mesma. Costumeiramente, diz-se que o problema é educação ou a falta dela, mas, para o autor, o verdadeiro problema está enraizado na condição de vida que lhes é imposta, no sistema político e econômico, e na repressão que sofrem, nos mais diversos espaços de participação.

Para a constituição da cidadania, é preciso organização, é preciso um espaço para que os indivíduos atuem como sujeitos políticos e possam reivindicar suas necessidades coletivas e sua liberdade. *A luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão* (ARROYO, 2010:88).

A universidade precisa estar voltada para questões de interesse comum, ou seja, precisa estar atenta aos anseios da comunidade e estar preparada para participar ativamente da vida em sociedade.

Segundo dados do MEC, o Brasil possui hoje, aproximadamente, 1,2 milhão de estudantes em universidades públicas, sendo que se este contingente se articulasse em conjunto com o corpo docente, técnico administrativo e outros setores da sociedade, o país teria um mutirão voltado à superação dos problemas sociais. Esta intervenção não deve substituir a responsabilidade do Estado perante a sociedade, mas sim permitir que a universidade mantenha suas portas abertas a todos e que cumpra o seu papel social.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, como já abordado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, estava elaborando uma nova proposta para o Plano Nacional de Extensão e discutindo o conceito e a finalidade da extensão. O órgão que representa a área de extensão das universidades brasileiras busca novas alternativas e formas de investimentos para o financiamento das atividades e, além disso, empenha-se para que a extensão possa ter maior autonomia com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da sociedade e para a implementação de ações que visem o desenvolvimento social.

A busca por financiamento continuado para atividades de extensão é uma alternativa muito importante para a efetivação da função social da extensão universitária, pois, as instituições públicas passam, constantemente, por escassez de recursos e as escolhas administrativas tendem a priorizar a parte acadêmica que é o objetivo fim das universidades. Além disso, com outras possibilidades de financiamento para atividades de extensão, as instituições não necessitam se limitar a ações que o governo deseja executar através do PROEXT e, sim, implantar outros programas, com características próprias, que entenda serem relevantes para o desenvolvimento social.

### **2.3.1 História da Política Nacional de Extensão das Universidades Brasileiras**

Embora o surgimento da extensão universitária no Brasil tenha ocorrido em 1931, por meio de Decreto, a primeira proposta de Política de Extensão, segundo Nogueira (2001), foi articulada apenas em 1975 pelo MEC. A elaboração do primeiro Plano de Trabalho de Extensão representa uma tentativa do próprio MEC em reconquistar um espaço que havia perdido para outros ministérios, como o MINTER, que era responsável pelo Projeto Rondon. Esta fase ocorreu em meio a diferentes opiniões entre membros das universidades e membros do MEC. No entanto, foi a garantia de que o Ministério da Educação iria definir, para as universidades, a política de extensão a ser seguida.

As universidades apresentavam em seus quadros profissionais com distintas linhas ideológicas, e isto, por sua vez, transformou a elaboração e implementação do Plano em um processo um tanto turbulento, tendo que enfrentar algumas tensões.

O Plano de Trabalho proposto não se preocupou em redefinir a proposta de extensão e manteve concepções já adotadas como a relação entre ensino, pesquisa e extensão e a interação com a sociedade, mas se preocupou em definir as formas de organização e coordenação, para que as ações fossem centralizadas e controladas, assim como indica a quem esta atividade deveria ser direcionada, estipulando, ao menos no discurso, que as ações deveriam ser estendidas a organizações e a população de forma geral (NOGUEIRA, 2001). Mesmo sendo uma posição conflitante, esta etapa é considerada como um marco importante para a reconquista de espaço pelo MEC, pois, este ficou responsável pela proposição de uma política de extensão.

Ao final da década 1970, mais precisamente em 1979, como já referido no item que aborda a história da extensão universitária, o Plano de Trabalho da Extensão Universitária perde seu espaço e sua força em decorrência de políticas governamentais. No entanto, Nogueira (2001) defende que, apesar dos problemas enfrentados e de alguns retrocessos em relação ao que havia sido conquistado, as ideias de relação entre ensino, pesquisa e extensão e de troca de saberes, apresentadas no referido Plano foram semeadas e reaparecem mais adiante, quando a extensão volta a buscar sua afirmação e institucionalização nas universidades.

Logo em seguida se instala, na década de 1980, um contexto permeado por movimentos que buscam a democracia política e que, em muito, contribuíram para a retomada das discussões sobre a necessidade de uma transformação do sistema de ensino superior, especialmente, das instituições públicas. A autonomia universitária e o comprometimento social eram os temas centrais da ideia de transformação das universidades.

É neste momento que nasce o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com o objetivo de orientar a institucionalização destas atividades nas universidades e reivindicar do MEC um programa de financiamento para a extensão e a presença de um interlocutor entre o Ministério e as Instituições de Ensino Superior (NOGUEIRA, 2001).

Ao longo de sua existência, o Fórum definiu o que entendia por extensão universitária, estabeleceu as diretrizes que deveriam servir de orientação para a política de extensão de cada universidade, buscou a criação de uma política própria de financiamento e debateu a importância da sistematização e a avaliação destas atividades.

Como importantes resultados desta caminhada percorrida pelos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ao final da década de 1980, e durante a década de 1990, destacam-se a criação do Programa de Fomento à Extensão, em 1994, suas reformulações, em 2003 e 2008, e a aprovação do Plano Nacional de Extensão Universitária - aprovado em 1998 e publicado em 1999 (NOGUEIRA, 2000).

A Política Nacional de Extensão Universitária é pactuada pelas instituições integrantes do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras e utiliza, como referência, o Plano Nacional por eles elaborado. A seguir serão abordados de forma mais

aprofundada e específica a consolidação do Fórum, suas propostas e a Política Nacional de Extensão desenvolvida pelo Ministério da Educação nos últimos anos.

### **2.3.2 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**

O surgimento do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX - está diretamente relacionado à necessidade de criação de um espaço para debate sobre o compromisso social da universidade. Após a reorganização da ANDIFES, FASUBRA e legalização da UNE, a comunidade acadêmica passa a levantar uma série de questionamentos em relação à gratuidade do ensino superior público, autonomia das instituições, questões salariais e de carreira dos servidores. Além destas questões, a universidade era criticada por não cumprir sua função social e por dedicar suas atividades ao Estado e a classes privilegiadas (NOGUEIRA, 2000).

Neste contexto, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão passa a ser defendida pelas instâncias acadêmicas, assim como a questão da relação social da universidade com a sociedade. Nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste são criados Fóruns Regionais para discutir o papel da Universidade Pública Brasileira e, em novembro de 1987, durante a realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, foi criado o Fórum. Sua composição contou com representantes das 33 universidades públicas presentes no encontro.

O objetivo principal do FORPROEX era assumir a responsabilidade em relação ao estabelecimento e definição do conceito, das diretrizes e da Política de Extensão a serem desenvolvidas pelas universidades públicas. O Fórum dos Pró-Reitores apresentava também como propósito ser reconhecido como órgão articulador entre as universidades e o governo.

A partir de sua criação, e até os dias de hoje, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão reúne-se, anualmente, para discutir e avaliar a extensão universitária. Para melhor compreensão do contexto atual da extensão, torna-se importante analisar o caminho percorrido por este órgão que representa as áreas de extensão das universidades públicas brasileiras e, para isso, far-se-á uso dos documentos elaborados ao final dos encontros disponíveis no site do Fórum e outros documentos que originaram o livro *Extensão*

*universitária: diretrizes conceituais e políticas - Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 - 2000*, organizado por Maria das Dores Pimentel Nogueira.

Durante o encontro que deu origem ao Fórum, os participantes definiram a extensão como o processo capaz de articular o ensino e a pesquisa e de propiciar a relação transformadora entre universidade e sociedade. Esta relação foi considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, e estes deveriam levar de volta à universidade o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produzisse um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática. Este encontro traçou diretrizes para a institucionalização e para o financiamento da extensão, defendendo que as universidades deveriam direcionar suas atividades acadêmicas a questões de relevância social, recuperando, desta forma, uma das funções essenciais da instituição.

O segundo encontro de Pró-Reitores de Extensão ocorreu no ano seguinte, em 1988, e, neste momento, definiram que:

O compromisso social da universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política. [...] Desta forma, o projeto extensionista poderá ser uma resposta permanente aos anseios da sociedade (NOGUEIRA, 2000:19).

Neste II Encontro os Pró-Reitores defenderam a relação da extensão com a pesquisa e a relação destas com o compromisso social da instituição, sob o argumento de que assim seria possível definir o que deve ser pesquisado, qual será a utilidade e a quem servirão os novos conhecimentos. O estágio curricular também foi debatido e entendido como indispensável a todos os cursos de graduação e à prática extensionista. Outra recomendação e sugestão realizada, neste ano, diz respeito à criação de um órgão representativo no MEC.

No encontro seguinte, ocorrido em 1989, o tema central foi a prestação de serviços e a relação universidade sociedade (NOGUEIRA, 2000). Embora tenha sido debatido que os serviços ofertados deviam estar vinculados à proposta pedagógica, não apresentar um caráter assistencialista e não servir de justificativa para a falta de comprometimento do Estado para com as universidades públicas e sociedade, a prática de extensão permaneceria sendo realizada nesta modalidade, podendo ser remunerada ou não, desde que claramente definido.

Com as eleições diretas em 1989 e a posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990, o Fórum leva a debate as incertezas em relação à política educacional do novo governo. O IV Encontro do Fórum de Pró-Reitores elegeu como tema principal *As perspectivas da Extensão Universitária nos anos 90* e discutiu a questão da autonomia como primordial para a efetividade das ações de ensino, pesquisa e extensão. O encontro abordou ainda a importância, para a institucionalização da extensão, da participação da universidade no processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos, e a socialização do conhecimento por metodologias bem definidas que não caracterizassem a ação de extensão como substituta às funções do Estado (NOGUEIRA, 2000).

É importante lembrar que o governo Collor empregou um discurso de privatização das universidades e da autonomia, mediante busca de recursos extra-orçamentários através da pesquisa e da extensão. Com isso, parece ficar evidente o receio dos integrantes do Fórum de que para o estado a extensão universitária fosse percebida como comércio e instrumento de financiamento das universidades públicas. A proposta de autonomia das universidades, apresentada por este governo, retirava a responsabilidade do Estado em relação à manutenção das instituições, inclusive no que diz respeito à gestão dos recursos humanos, propondo a desvinculação dos docentes e técnicos administrativos do Regime Jurídico Único.

O V Encontro de Extensão ocorreu em um contexto de crise e greve dos servidores das universidades, e apresentou, como conclusão, a necessidade de maior integração da universidade com a sociedade para o enfrentamento das propostas governamentais. Foram feitas sugestões para uma maior institucionalização da área de extensão nas universidades, para a definição de estratégias de divulgação das ações desenvolvidas, com o objetivo de demonstrar a importância destas para a sociedade e sugestões para a garantia de dotações orçamentárias junto aos órgãos públicos de fomento e ao orçamento da união (NOGUEIRA, 2000).

Em 1992, acontece o VI Encontro do Fórum de Pró-Reitores - *Universidade e cultura* - que teve como base de debate os trabalhos desenvolvidos por grupos temáticos das áreas: patrimônio cultural; música; artes plásticas; editoração e difusão cultural; artes cênicas; práticas esportivas, recreativas e lazer; cinema, vídeo e TV; criação literária; gestão do setor artístico-cultural. O encontro elaborou uma série de sugestões e recomendações para a área artístico-cultural, para o papel político que o Fórum representaria e aprovou alterações

regimentais na constituição do Fórum, com o processo eleitoral aberto a todos representantes credenciados presentes na ocasião da eleição.

A realização do VII Encontro, em 1993, levou a debate a necessidade de criação de um instrumento de avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária e apontou, como indicadores importantes, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a relevância social das atividades pelo ponto de vista da universidade e pela participação da comunidade na definição das ações. Alguns princípios para a avaliação da extensão foram destacados como: articulação com ensino e pesquisa, preocupação com questões sociais importantes para a comunidade, o impacto destas ações, grau de institucionalização da extensão, formalização e operacionalização dos programas de fomento, o grau de envolvimento dos docentes, discentes e técnicos e a valorização desta participação e a definição de políticas institucionais e extensão universitária (NOGUEIRA, 2000).

É importante observar que o Fórum estabeleceu entre suas recomendações para o processo de avaliação da extensão universitária que, tanto a avaliação da extensão, quanto da universidade deve estar em consonância com as demandas da sociedade e balizada pelos princípios e diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Isto demonstra, claramente, o interesse deste órgão em ser o principal responsável pela definição da política de extensão universitária.

Neste sentido, destaca-se a importância do Fórum na criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE - em 1993. O programa foi elaborado pela Comissão de Extensão Universitária, criada pelo MEC no mesmo ano, tendo como integrantes os coordenadores do FORPROEX e representantes do Ministério.

Uma das principais reivindicações do Fórum, criação de um programa de fomento à extensão, foi atendida com a organização do PROEXTE que veio a ser definida como uma política de extensão para as universidades públicas. Além disso, o programa instituiu programas de bolsas de extensão e distribuiu questionários às universidades com o objetivo de traçar o perfil da extensão, sendo estes adotados como pré-requisito à participação das instituições no programa de fomento.

Em 1994, foi realizado o VIII Encontro do Fórum, e seus representantes demonstraram preocupação em relação ao papel da universidade na construção da cidadania,

enquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais, e na afirmação da soberania nacional. Neste encontro, foi fortalecida a ideia de que a avaliação da universidade e o autoconhecimento da instituição como um todo, inclusive da extensão, é crucial para o efetivo desempenho de seu papel social. O Fórum salienta que a universidade não pode ser a única responsável pela questão da cidadania, mas pode contribuir com o tema através de ações extensionistas que provoquem uma crítica reflexiva ao saber acadêmico e criatividade, na construção de novos conhecimentos (NOGUEIRA, 2000).

O IX encontro, realizado em 1995, teve como título a *Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais*, e foi concretizado em um período de mudanças políticas, econômicas e sociais com a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro do mesmo ano. Neste encontro, torna-se evidente, mais uma vez, as incertezas em relação à política que será implementada para o ensino universitário e para a extensão. Em resposta a este contexto, o FORPROEX recomenda às universidades um maior direcionamento das ações de pesquisa e extensão para as questões sociais como miséria e fome, e recomenda, também, sua articulação com outros fóruns para garantir às instituições de ensino superior espaço na definição das políticas públicas (NOGUEIRA, 2000).

Neste mesmo ano, como já aludido, o Governo Fernando Henrique encerra o PROEXTE e institui o Projeto Universidade Solidária, vinculado ao Programa Comunidade Solidária<sup>19</sup>, cuja proposta teórica era o combate à fome e à miséria. Além disso, as universidades são incentivadas a obter recursos para sua manutenção e investimento através da prestação de serviços que deveria ser cobrada, e isto levou, novamente, as instituições à prática de uma extensão assistencialista e autoritária, deixando de lado todo esforço empreendido na luta por um novo conceito de extensão.

A universidade assume, de certa forma, a responsabilidade de encontrar formas alternativas de sobrevivência para a sociedade brasileira que atravessa, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, um momento de distanciamento do Estado para questões primordiais como saúde e educação.

---

<sup>19</sup> Por meio da Medida Provisória nº813 de 01/01/1995 o Presidente Fernando Henrique cria o Programa Comunidade Solidária, atribuindo a ele o objetivo de coordenar as ações governamentais que visassem o atendimento da parcela da população que não possuísse recursos para prover suas necessidades básicas. O programa tinha como objetivo o combate à fome e à pobreza.

Os objetivos que nortearam o X Encontro Nacional de Pró-Reitores, em 1996, foram assim definidos: definição da forma como as universidades públicas participariam das políticas sociais e governamentais, bem como a forma de atuação com movimentos sociais e estabelecimento de uma política de extensão universitária, preocupada com situação do país. Neste encontro, foi debatida, em grupos temáticos, a proposição de uma política de extensão, o relacionamento da extensão com o ensino fundamental, a universidade e o desenvolvimento do Brasil e a conjuntura do Ensino Superior Brasileiro, bem como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (NOGUEIRA, 2000).

Como tentativa de resistir às novas condições impostas pelo governo, em 1997, foram realizados dois encontros de Pró-Reitores de Extensão: o primeiro para debater sobre a autonomia e extensão universitária, avaliação e extensão, onde foram propostos critérios e indicadores para a avaliação da extensão; e o segundo para propor a elaboração do Plano Nacional de Extensão e definição dos indicadores quantitativos para avaliação das ações extensionistas (NOGUEIRA, 2000).

Deste primeiro encontro, cabe destacar a proposição do Programa Universidade Cidadã decorrente da busca contínua pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e como tentativa de viabilizar um programa nacional de financiamento para as atividades extensionistas. Esta proposta apresentava como diretrizes a especial atenção para setores da população, socialmente excluídos; atuação junto a educação básica para que seu fortalecimento contribuísse para a difusão e compreensão de valores de cidadania; difusão dos saberes produzidos, principalmente, aqueles em que esta população foi sujeito da pesquisa acadêmica; e articulação com a sociedade civil e política e com demais instituições e organismos nacionais, comprometidos com a luta pela transformação do quadro de exclusão social do país.

Desta forma, o Fórum volta a defender e realçar que a universidade deve estar preocupada com a transformação da sociedade e, com isso, precisa ser um espaço aberto a discussões que contribuam para superação da situação de exclusão e o exercício pleno da cidadania, entendida pelo Fórum como o conjunto de direitos civis políticos e sociais.

No segundo encontro de 1997, surgiram algumas deliberações como a constituição da Comissão Nacional de Extensão do Fórum, cujo objetivo principal era a elaboração do Plano Nacional de Extensão, e, além desta comissão constituíram os comitês temáticos do

FOPROEX, assim como definiram suas atribuições mais imediatas, dentre as quais estava incluso o apontamento de órgãos, programas e instituições que pudessem financiar projetos de extensão.

O texto base do Plano Nacional de Extensão foi apresentado no XIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores, em março de 1998, onde o mesmo foi discutido e recebeu sugestões de alteração. Logo a seguir, no XIV encontro, ocorrido no mesmo ano, foi aprovado o texto final do Plano, publicado em 1999 (NOGUEIRA, 2000).

Ao analisar o caminho percorrido pelo Fórum até a elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária, reconhece-se sua importância e contribuição no processo de construção de um novo conceito de extensão universitária, embora este se encontre, ainda, permeado de incoerências e vivencie avanços e retrocessos.

O Plano de Extensão reafirma o conceito de extensão, enquanto processo educativo, cultural e científico que atua, de forma indissociável do ensino e da pesquisa, tornando viável a relação transformadora entre universidade e sociedade. No documento, a extensão é reconhecida como primordial para a formação dos universitários, contribuindo para uma formação cidadã e para o reconhecimento da realidade que os profissionais terão que enfrentar ao sair dos bancos escolares. É reconhecida, também, como importante ferramenta para a solução dos problemas sociais do país (NOGUEIRA, 2000).

Para os Pró-Reitores, que elaboraram o Plano, o estágio curricular representa a prática profissional realizada sob a forma de extensão e permite a construção de consciência social e política nos universitários. Porém, para a concretização e efetivação dessa prática, eles defendem ser necessária a institucionalização da proposta de extensão universitária nos departamentos e a definição das linhas de pesquisa e de ensino precisam estar direcionadas às exigências da realidade.

Embora esteja explícito a todo o momento, o reconhecimento da função social da universidade por parte do Fórum de Pró-Reitores, cabe observar que as instituições públicas de ensino superior não podem e nem devem assumir as funções de responsabilidade do Estado. No entanto, podem, em conjunto com a sociedade, produzir novos saberes e práticas culturais, científicas, tecnológicas que sejam acessíveis a todos e a partir disto reivindicar do Estado uma postura mais democrática e igualitária.

Após a publicação do Plano Nacional de Extensão, o FORPROEX voltou a discutir sobre autonomia, avaliação e extensão universitária e, no XV Encontro, realizado em 1999, foram criados o Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e o Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão Universitária. O Primeiro grupo propôs a sistematização e o registro das ações de extensão, como forma de uniformizar as nomenclaturas utilizadas para o estabelecimento das áreas temáticas e linhas de programas, assim como uniformizar a caracterização e a forma de identificação das ações (NOGUEIRA, 2000).

O grupo de trabalho responsável pela questão da avaliação universitária publicou, em 2000, a proposta de Avaliação Nacional da Extensão Universitária onde ficou definido que a avaliação da extensão deve considerar de forma inter-relacionada o compromisso institucional com as atividades de extensão, o impacto destas ações e sua forma de organização, execução e avaliação. No documento apresentado, os integrantes do grupo salientam que o objetivo da avaliação não é apenas fiscalizar, e sim, identificar ações de sucesso e encontrar subsídios para a correção de atividades ineficazes. Além disso, a avaliação da extensão deve estar integrada ao processo de avaliação da universidade.

O Fórum de Pró-Reitores permaneceu realizando encontros anuais para debater a extensão universitária, porém, durante a pesquisa, não foram encontrados documentos detalhados com resumos provenientes destes encontros.

No entanto, ao analisar os resumos dos últimos debates, ocorridos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão, pode se perceber que, apesar da contribuição deste órgão para o fortalecimento da extensão, as inquietações e reivindicações dos representantes da área de extensão permanecem com o mesmo foco: institucionalização em nível ministerial, governamental e nas próprias instituições de ensino superior, regulamentação e implementação de formas permanentes de financiamento, valoração das atividades de extensão ao mesmo nível da pesquisa, inclusão da área no processo de avaliação das universidades.

Nos últimos anos, o Fórum tem se empenhado na busca por uma política nacional de extensão permanente, pois, seus membros acreditam que a dependência de editais impossibilita a prática de atividades extensionistas de forma contínua. Em relação a esta questão, o MEC parece sinalizar com a proposta de uma política denominada Programa Josué de Castro, cujo objetivo será a erradicação da fome e da miséria, e acena, também, com a

possibilidade de descentralizar recursos orçamentários para que as Instituições desenvolvam sua própria política de extensão.

Segundo o documento do Fórum de Pró-Reitores sobre a proposta do Programa Josué de Castro, acredita-se que o mesmo deve ser aprovado de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária e gestado pelo Ministério da Educação em parceria com o FORPROEX e com o Ministério do Desenvolvimento Social. O documento projetava ações já para o período de 2012 a 2015. No entanto, até o momento, o programa não saiu do papel, permanecendo no mundo das boas ideias do governo e dos gestores de extensão universitária (RENEX, 2011).

Em relação à possibilidade do governo definir uma política em nível governamental, com definição de dotação orçamentária, diretrizes, objetivos e metas, o que se tem até o momento é a única manifestação concreta do governo, presente na proposta do Plano Nacional de Educação - PNE - 2011/2020, de garantir um mínimo de 10% dos créditos curriculares da graduação para a extensão. A política pública que será executada para a efetivação desta meta ainda não foi apresentada.

### **2.3.3 Política Nacional de Extensão**

Com a institucionalização do Fórum de Pró-Reitores de extensão, ao final dos anos 1980, e a criação do PROEXTE - Programa de Fomento à Extensão Universitária - em 1993, logo a seguir, em 1998, foi aprovado o Plano Nacional de Extensão que definiria a Política de Extensão a ser seguida pelas universidades públicas brasileiras (NOGUEIRA, 2000).

Conforme já relatado, o PROEXTE foi extinto em 1995 e, apenas na primeira gestão do Presidente Luis Inácio, foi retomado sob uma nova roupagem. O Programa passou a ser denominado de Programa de Extensão Universitária - PROEXT -, mas o objetivo principal permanecia sendo o auxílio financeiro às atividades de extensão.

Com a criação do Programa de Apoio à Extensão Universitária, durante o Governo Lula, pode-se inferir que as propostas surgidas, ao longo da existência do Fórum de Pró-Reitores, estão em vigência até os dias de hoje, e a extensão universitária continua sendo

financiada com escassos recursos destinados ao PROEXT, uma vez ao ano, e com recursos próprios das instituições.

Outro programa desenvolvido pelo governo, entre os anos de 2005 e 2006, através de parceria entre a Secretaria de Educação Continuada - SECAD - e a SESU, denomina-se Conexões de Saberes e, recentemente, foi integrado ao Programa de Educação Tutorial - PET. O programa tem como objetivo proporcionar maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, por meio da troca de saberes e experiências realizadas por jovens universitários, oriundos destas comunidades. A proposta desta ação é permitir ao jovem estudante que desenvolva sua capacidade de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, possa interferir, positivamente, em seu território de origem. O papel da instituição é dar suporte financeiro e metodológico.

É importante observar que não havia uma política nacional de extensão formalizada, documentada e sancionada pelos órgãos competentes, mas ela estava implícita nos documentos elaborados pelo FORPROEX, ao longo de seus encontros, desde sua criação em 1987. A Política Nacional de Extensão, expressa em *Extensão Universitária: organização e sistematização* (MEC/SESU, 2007:17) foi pactuada pelas Instituições públicas de Ensino Superior e utilizou como base o Plano Nacional de Extensão, aprovado em 1998.

Deste modo, o Plano Nacional de Extensão definia extensão universitária como sendo [...] *o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade* (NOGUEIRA, 2000:117). O plano apresentava quatro diretrizes para a política de extensão:

- impacto e transformação: está relacionada à relação entre universidade e sociedade e a atuação transformadora que deve refletir em mudanças sociais para a sociedade;
- interação dialógica: esta diretriz enfatiza a importância da extensão e da universidade se reconhecerem enquanto parceiras da sociedade na construção de saberes, e não como detentora de um conhecimento que precisa ser distribuído à população;
- interdisciplinaridade: fica estabelecida a necessidade de inter-relação entre as diversas áreas de formação, profissionais, organizações e pessoas para a construção e descoberta de alternativas para as demandas da sociedade;

- indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão: esta diretriz objetiva garantir que a extensão faz parte do sistema universitário assim como a pesquisa e o ensino. A extensão, segundo o Plano de Extensão, torna-se o elo entre as demandas da sociedade e as atividades de ensino e pesquisa que a universidade realiza. Esta diretriz é percebida como essencial para a formação do profissional cidadão (MEC/SESU, 2007:17-18).

Ao longo dos anos, o conceito de extensão e as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Extensão estiveram em permanente debate pelo Fórum de Pró-Reitores, MEC e sociedade em função da realidade de nosso país e do questionamento sobre a função social das universidades. As discussões e propostas procuravam indicar a necessidade do desenvolvimento de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão que pudessem vir a contribuir para a melhoria nas condições de vida da sociedade brasileira.

Ainda hoje, em muitas situações, as universidades realizam uma política de extensão, baseada na prestação de serviço e no assistencialismo, considerando que a universidade é quem sabe definir o que é melhor para a sociedade. A política de extensão desenvolvida por grande parte das Instituições de Ensino Superior é baseada em uma proposta definida por gestores da área de extensão das universidades e pelo MEC, sem a participação da sociedade como um todo.

A política de extensão definida no Plano Nacional de Extensão Universitária, em 2000, permaneceu em vigor até início de 2012, quando foi editada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão a nova Política Nacional de Extensão Universitária. Esta longa demora em reavaliar e reformular a antiga proposta demonstra o quanto a política de extensão deixou de evoluir, pois, os princípios defendidos, ainda no início do processo de redemocratização, são muito importantes, mas não representam de forma concreta a função social da universidade.

O texto final da Política Nacional de Extensão (RENEX, 2012), publicado pelo Fórum, foi desenvolvido ao longo de três anos e de muitos debates entre os representantes da área de extensão das universidades públicas. O ponto de partida para a elaboração deste documento foi o Plano Nacional de Extensão e, após considerações feitas pelas instituições participantes do Fórum de Pró-Reitores, ou seja, por seus representantes, a Política Nacional

foi aprovada em maio de 2012, durante o XXXI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão em Manaus.

O novo conceito de extensão universitária, pactuado no âmbito do FORPROEX e estabelecido na nova Política de Extensão, apresenta alterações com a inclusão de temas como interdisciplinaridade<sup>20</sup>, política e a previsão constitucional da integração entre os três pilares da educação superior:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (RENEX, 2012).

Outra novidade diz respeito à ampliação das diretrizes da extensão universitária. A interdisciplinaridade passa a abranger a interprofissionalidade e ambas representam a interação de várias disciplinas e áreas do conhecimento, já a diretriz de impacto e transformação divide-se em impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Em relação às mudanças, destaca-se o reconhecimento da transformação que as atividades de extensão podem proporcionar aos estudantes e em sua formação acadêmica, profissional e pessoal. De certa forma, isto reflete a conscientização do compromisso que as universidades, principalmente as públicas, tem perante a sociedade.

A proposta de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também apresenta novidades em seu escopo, como a proposição de inclusão de extensão na pós-graduação para qualificar os alunos e os próprios programas, e o incentivo à produção acadêmica, a partir das ações extensionistas. Esta produção ocorre, porém, não tanto quanto na área da pesquisa.

Para os representantes do FORPROEX, as ações extensionistas orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Extensão [...] *surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham* (RENEX, 2012:20).

Dentro da nova proposta de Política, os princípios norteadores das ações extensionistas definidos pelo FORPROEX, em 1987, permanecem inalterados no recente

---

<sup>20</sup> Embora o tema interdisciplinaridade estivesse presente nas diretrizes do Plano Nacional de Extensão, é apenas com a nova Política que ele aparece no conceito da extensão universitária.

documento. Com isso, as prioridades locais, regionais e nacionais devem servir de base para as ações extensionistas e para a universidade, enquanto membro da sociedade deve ser sensível a seus apelos, integrar-se aos movimentos sociais, buscando contribuir para a superação das desigualdades.

A Política Nacional de Extensão segue defendendo como princípio a atuação cidadã e responsável das instituições de ensino superior e, assim, a população deve ter acesso ao resultado dos trabalhos acadêmicos, e a prestação de serviços precisa ser percebida como um trabalho social. O ensino público também deve ser alvo da atuação das atividades de extensão, focando principalmente no fortalecimento da educação básica e na [...] *construção e difusão dos valores de cidadania* (RENEX, 2012:22).

O processo de avaliação da extensão universitária também ganhou destaque central no Fórum de Pró-Reitores de Extensão, nos últimos anos, mas esta ainda é uma questão indefinida, principalmente, pela dificuldade de definição dos indicadores. A falta de avaliação da extensão nas universidades impede a proposição de avanços e melhorias na prática da extensão, e avaliar apenas a gestão dos recursos empreendidos não é o suficiente para identificar o alcance das ações em relação à função social que a universidade deve desempenhar, através da inter-relação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No documento que trata sobre a avaliação da extensão, o Fórum definiu que a avaliação deveria considerar o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto das atividades de extensão em relação aos segmentos sociais participantes das ações e a forma como é realizada a avaliação da extensão, seus métodos e instrumentos (MEC, 2001).

O impacto social deveria ser mensurado através de indicadores como:

- relevância econômica, social e política das questões abordadas pela instituição;
- os segmentos sociais envolvidos nas ações;
- interação com outros setores organizados da sociedade, públicos e privados;
- objetivos e resultados alcançados;
- utilização e reprodução do conhecimento envolvido nas atividades;
- efeito das ações extensionistas sobre as atividades acadêmicas (MEC, 2001:30)

Para a avaliação do compromisso institucional, o Fórum recomendou os seguintes indicadores:

- grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- definição das políticas institucionais, metas e prioridades;
- conceituação e tipologia das ações extensionistas;
- existência de um sistema de informações;
- grau de orçamento destinado à extensão pela instituição;
- grau de valorização da carreira dos servidores docente e técnico-administrativo;
- existência de programas institucionais de financiamento das ações de extensão;
- nível de participação dos docentes;
- interação da extensão com o ensino e a pesquisa e o comprometimento dos departamento com as atividades extensionistas (MEC, 2001:29).

No documento da nova Política, o tema avaliação tem sua importância reafirmada, no entanto, esta questão ainda não está definida claramente. O texto aborda a avaliação como uma importante ferramenta para a ampliação da contribuição, proveniente das ações extensionistas e, ao mesmo tempo, convoca os extensionistas para que se dediquem intensamente à tarefa de aprimorar e consolidar o sistema nacional de monitoramento e avaliação da extensão universitária.

O reconhecimento da importância de avaliar e qual avaliação deve ser institucionalizada e permanente, nas instituições, é um grande passo. Porém, é preciso que o Fórum de Pró-Reitores e o governo ofereçam suporte financeiro, técnico e estrutural às instituições. A mera geração de relatórios, ao final das ações extensionistas, pouco contribui para a qualificação dos projetos de extensão executados nas universidades.

O fortalecimento da extensão universitária e as conquistas em relação a sua institucionalização, nas universidades, não impediram que os Pró-Reitores de Extensão, ao desenhar a nova Política de Extensão apontassem desafios a esta caminhada.

De acordo com o documento, é preciso garantir a dimensão acadêmica da extensão, contrariando a prática de mera prestação de serviços e de atividades isoladas da pesquisa e do ensino, estabelecer continuidade aos projetos e programas com o permanente financiamento,

eliminar atividades reprodutoras de *status quo* e incentivar ações que contribuam para a mudança social. Soma-se a estes o desafio de atualizar os sistemas de informação e de avaliação da extensão e atualizar as áreas temáticas, de forma a acompanhar os desafios da atualidade. Sobre este último desafio, o FORPROEX tem se reunido e discutido novos temas.

Ao mesmo tempo em que apresenta alguns desafios, a Política Nacional de Extensão define ações políticas capazes, segundo seu entendimento, de contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária.

A institucionalização de normas para aprovação de atividades extensionistas, monitoramento e avaliação das ações, financiamento, concessão de bolsas, participação dos discentes, participação dos técnico-administrativos, valorização da participação docente e a participação da comunidade externa em processos decisórios das atividades de extensão corroboram para a afirmação da extensão nas Instituições de Ensino Superior. A flexibilização curricular e a integralização de créditos por participação em projetos de extensão, também, constituem-se em importantes instrumentos para o fortalecimento da extensão (MEC, 2001).

O Fórum de Pró-Reitores defende, ainda, a articulação da extensão universitária com as políticas públicas, movimentos sociais, setores produtivos e ações que apoiem a ampliação e democratização do ensino superior. Em relação à articulação com as políticas públicas, esta já é uma prática presente, ainda que, forçosamente, em razão da dependência, quase total, de financiamento por meio de editais do governo.

A política de extensão desenvolvida pelo Ministério da Educação, e que está em evidência pelo considerável aporte orçamentário que passou a receber em suas três últimas edições, é o PROEXT. Foi com sua retomada e reformulação, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, que ele passou a ser apresentado de forma integrada a diversos ministérios e não mais vinculado apenas ao Ministério da Educação.

Sobre o programa, o Secretário de Educação Superior do MEC, na época, Nelson Maculan Filho, em texto editorial da Revista PROEXT n° 1 afirmou que:

Os programas de extensão universitária, conduzidos por diversas universidades públicas brasileiras, trazem a marca da inclusão social, são geradores de conhecimentos importantes para a formulação de políticas públicas e promovem significativa interação entre a universidade e as comunidades de seu entorno. O

Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Superior, considerando a relevância social dessas atividades, lançou em 2003 o PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado para as Políticas Públicas -, visando potencializar os esforços das universidades públicas no desenvolvimento de ações nas universidades comprometidas com a extensão e voltadas para o resgate da cidadania, a solidariedade e o comprometimento social (MEC/SESU, 2005:3).

O programa foi criado para apoiar as ações extensionistas, principalmente, aquelas voltadas para a inclusão social, e para consolidar a institucionalização destas ações nas Instituições de Ensino Superior. Além disso, o programa tinha como propósito tornar mais eficazes os esforços empreendidos pelo Ministério da Educação para a área de extensão universitária e fortalecer, incentivar o apoio das instituições, no desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento social.

Segundo dados publicados na Revista PROEXT SESU/MEC n°2 (MEC/SESU, 2007) e de acordo com os editais do Programa de Apoio à Extensão Universitária, o programa contou em sua primeira edição - 2003 - com o aporte financeiro de R\$4,5 milhões, distribuídos entre 89 programas/projetos de Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2004, o Ministério da Educação publicou dois editais, ampliando o programa às universidades estaduais e destinando um total de R\$ 6 milhões para a execução de 159 programas/projetos de extensão, distribuídos entre 49 Instituições Federais de Ensino Superior e 14 universidades estaduais. O PROEXT de 2005 incluiu em um edital único as instituições federais e estaduais, mantendo o investimento de R\$6 milhões em 178 programas/projetos de 53 instituições federais e 28 estaduais.

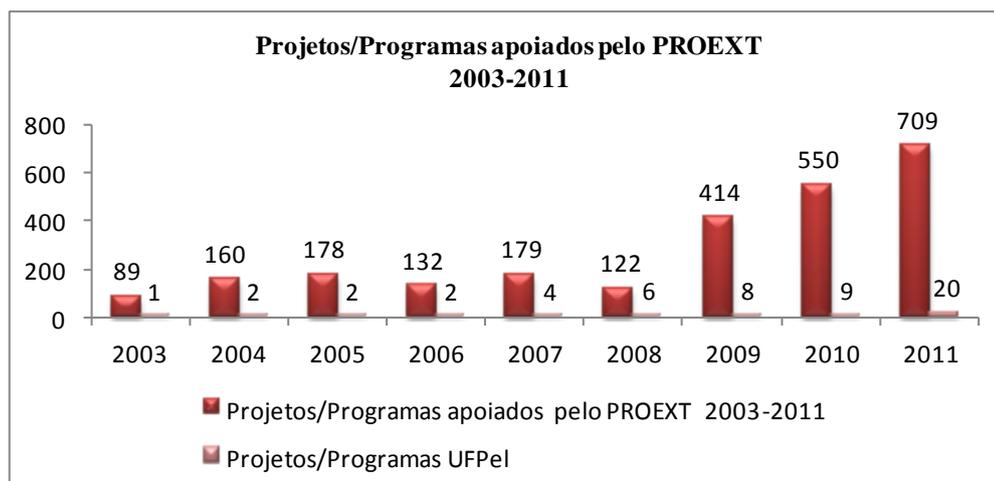
Em 2006, em razão da lei eleitoral - Lei 9.504 de 1997 -, o programa foi novamente disponibilizado apenas para as instituições federais. O investimento realizado foi de R\$4,5 milhões para o desenvolvimento de 99 programas/projetos de 57 Instituições Federais de Ensino Superior. Neste mesmo ano, em uma ação articulada entre os Ministérios das Cidades e da Educação foi publicado edital dedicado a programas e projetos que apoiassem as políticas públicas, desenvolvidas pelo Ministério das Cidades. O investimento realizado foi de R\$1,5 milhão em projetos destinados à implantação de sistemas de informações que auxiliassem estados e municípios no planejamento e desenvolvimento urbano. Este edital contemplou 34 programas/projetos de 27 Instituições federais.

O edital PROEXT MEC/Cultura, proveniente da parceria entre Ministério da Educação e Ministério da Cultura, em 2007, aprovou 50 projetos e investiu o total de R\$ 1.219.761,48 milhão em projetos destinados à temática cultura. Neste mesmo ano, o MEC lançou edital PROEXT/2007/SESU onde investiu R\$6 milhões em programas/projetos de extensão distribuídos entre universidades federais e estaduais, passando para R\$8 milhões em 2008, distribuídos em 122 projetos/programas. O edital PROEXT MEC/Cultura de 2008 aprovou 97 projetos e investiu, aproximadamente, R\$3,5 milhões.

A partir de 2009, houve o reconhecimento da importância do Programa de Apoio à Extensão Universitária com o aporte orçamentário de R\$19 milhões, oriundos de uma ação conjunta entre os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Cultura e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além desta opção para financiamento de projetos de extensão, foi publicado pelo Ministério da Educação e Ministério das Cidades edital para financiamento de ações que visassem à capacitação dos municípios, em relação ao uso de sistemas de informações geográficas fornecido pelo governo. O edital PROEXT SESU/MEC aprovou 411 programas/projetos e o edital MEC/Cidade investiu, aproximadamente, R\$900.000,00 em 18 projetos.

Em 2010, o Ministério da Educação buscou apoio, do Ministério da Cultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para a publicação de edital com a previsão de investimentos no montante de R\$30 milhões. O referido edital aprovou 473 programas/projetos de instituições federais e 77 de instituições estaduais. O edital MEC/Cidade de 2010 investiu, aproximadamente, R\$1 milhão em projetos.

O governo seguiu a proposta de grandes investimentos no PROEXT, possibilitando que as Instituições de Ensino Superior concorressem, em 2011, com projetos e programas, ao total de R\$5 milhões para cada instituição. Nesta proposta, além dos Ministérios e Secretarias envolvidos em 2010, foram incluídos o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Secretarias dos Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O edital aprovou 709 programas/projetos.



Figural - Projetos/Programas apoiados pelo PROEXT

Fonte: Elaboração própria - com base nos dados do MEC (2012) e da UFPEL(2012).

Segundo dados publicados pelo Ministério da Educação, em relação à Gestão da Educação, no período de 2003 a 2011, o Programa de Apoio à Extensão Universitária apoiou, no referido período, 2.533 programas/projetos de extensão.

O relatório de gestão, publicado pelo MEC em relação ao período de 2003 a 2009, apontou o investimento total de R\$ 41,7 milhões em extensão, até o ano de 2009 (MEC, 2010). Estes valores foram ultrapassados com a política implementada nos anos seguintes, pois, segundo dados divulgados no site do MEC (2012), em conjunto com outros órgãos e Ministérios investiu no Proext 2010 o montante de 35 milhões, dobrando este valor para 70 milhões no edital de 2011.

A proposta do Programa de Extensão Universitária, conforme edital lançado em março de 2012, conta com a participação de outros Ministérios como Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações e Ministério dos Esportes. Cada Instituição de Ensino Superior poderá concorrer ao total de R\$6,4 milhões a serem aplicados em projetos e programas de extensão universitária.

Em relação às áreas temáticas abrangidas pelo programa, foram identificadas algumas variações ao longo de suas edições. O quadro abaixo representa as temáticas centrais dos editais do PROEXT, a partir de seu novo formato lançado em 2003:

Quadro 1 - Áreas temáticas do PROEXT

PROEXT	Áreas temáticas
2003	Alfabetização de jovens e adultos, locais e regionais; atenção integral à família, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas; articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada e produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas, priorizando a alfabetização e o letramento; formação e educação permanente de pessoal para o sistema educacional.
2004	Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento; formação permanente de pessoal para o sistema educacional, com articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações; políticas de desenvolvimento social: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, às populações indígenas e quilombolas.
2005	Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento; formação permanente de pessoal para o sistema educacional, com articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações; políticas de direitos humanos e desenvolvimento social tais como: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, geração de trabalho e renda em economia solidária, promoção e/ou prevenção à saúde, violência urbana, desenvolvimento urbano, atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas.
2006	Formação de professores para o sistema educacional; atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; educação de jovens e adultos; atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas.
2007	Qualificação de professores que atuam no sistema educacional, educação de jovens e adultos; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas.
2008	Qualificação de professores que atuam no sistema educacional, educação de jovens e adultos; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas.
2009	Educação, desenvolvimento social e saúde; gestão cultural, economia da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas; preservação do patrimônio cultural brasileiro; trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários.
2010	Educação; cultura e arte, pesca artesanal e aquicultura familiar promoção da saúde; desenvolvimento urbano desenvolvimento agrário; redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva; geração de trabalho e renda por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários; preservação do patrimônio cultural brasileiro; garantia de direitos das mulheres em situação de violência e acesso aos serviços da rede de atendimento às mulheres.
2011	Educação; tecnologias para o desenvolvimento social; cultura e arte; pesca artesanal e aquicultura familiar; promoção da saúde; desenvolvimento urbano; desenvolvimento rural; redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; geração de trabalho e renda

	por meio do apoio e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; preservação do patrimônio cultural brasileiro; direitos humanos; promoção da igualdade racial; mulheres e relação de gênero.
2012	Educação; cultura e arte; pesca e aquicultura; promoção da saúde; desenvolvimento urbano; desenvolvimento rural; redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; geração de trabalho e renda por meio de empreendimentos econômicos solidários; preservação do patrimônio cultural : direitos humanos : promoção da igualdade racial; mulheres e relações de gênero; esporte e lazer; integração nacional; comunicação; justiça e direito dos indivíduos privados de liberdade.

Fonte: MEC/SESU (2012).

A extensão universitária também contribui para o desenvolvimento de outras políticas do MEC, como a proposta de Educação Continuada entre outras ligadas à SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criada em julho de 2004. Seguindo o propósito deste trabalho, não será aprofundada a pesquisa nesta área, apenas a elencando como uma das vertentes da Política de Extensão desenvolvida pelo governo.

A Secretaria de Ensino Superior do MEC - SESU - idealizou um novo programa para financiamento e institucionalização de ações extensionistas e, para isso, incumbiu ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão a tarefa de construir e desenvolver a proposta do Programa Josué de Castro em consonância com a Política de Extensão.

A ideia central do governo é de que o referido Programa deve favorecer a formação acadêmica de estudantes universitários e a formação profissional de recém-formados que, em conjunto com suas Instituições de Ensino Superior, podem atuar na erradicação da fome e da miséria no país, apresentando, como foco principal, municípios considerados pelo governo como prioritários.

A Proposta inicial desenhada pelo FORPROEX estabelece que:

Garantir os direitos sociais e econômicos à população brasileira na sua universalidade implica, assim, erradicar a pobreza e a fome dos mais vulneráveis e excluídos de modo que eles participem e usufruam dos ganhos do processo de desenvolvimento.

Educação, Segurança Alimentar e Direitos Humanos são conceitos basilares que estruturam as áreas temáticas a serem contempladas pelo Programa Josué de Castro, cuja abrangência será desenvolvida neste documento.

[...] O que se espera do trabalho acadêmico a ser realizado a partir do Programa, corresponde a extensa pauta de intervenção/ação formativa, comprometida com o alcance de resultados objetivos na superação das condições de fome e miséria no país, fazendo valer inúmeros e eficientes esforços de conhecimento dessa realidade, condensados em diagnósticos acessíveis a toda comunidade acadêmica brasileira. Deste modo, o Programa não apoiará outros processos investigativos da realidade, mas a intervenção direta na solução dos problemas verificados ou na dinamização de potencialidades conhecidas (RENEX, 2011:5-6).

O documento define o Programa, segundo entendimento do Fórum de Pró-Reitores, como importante instrumento para a estruturação da extensão universitária nas universidades brasileiras, além de proporcionar aos estudantes participantes uma formação em questões pouco desenvolvidas em sala de aula. Conforme relatado no documento que define a proposta para o Programa Josué de Castro, questões como conhecimento da realidade, autonomia intelectual, desenvolvimento de pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, solidariedade e justiça social não são desenvolvidas e abordadas amplamente em disciplinas acadêmicas, ficando de fora do currículo e da formação acadêmica dos universitários.

O escopo do referido Programa estabelece que os temas a serem abordados pelas Instituições participantes deverão seguir os diagnósticos realizados pelo próprio governo, em relação aos municípios incluídos no Programa. Desta forma, as ações deverão priorizar a resolução de problemas relacionados à fome e à miséria, enquadrando-se nos seguintes temas:

- Segurança alimentar e nutricional.
- Produção de alimentos: Inovação tecnológica.
- Educação: Alfabetização, leitura e escrita; Formação de professores; Crianças, Jovens e adultos; Educação profissional; Empreendedorismo.
- Saúde: Grupos sociais vulneráveis, Infância e adolescência, Saúde e proteção no trabalho.
- Saúde humana, Saúde animal, Saúde da família, Endemias e epidemias.
- Cultura: Música, teatro, dança, organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares.
- Trabalho e geração de renda: Desenvolvimento produtos Emprego e renda, Desenvolvimento regional rural e urbano; Desenvolvimento questão agrária, Desenvolvimento tecnológico, Gestão do trabalho Gestão informacional Gestão institucional Gestão pública.
- Inclusão digital: Mídias-arte, Mídias, Tecnologia da informação.
- Esporte: Esporte e lazer.
- Vulnerabilidade por questões ambientais: enchentes, desmoronamentos, soterramentos, incêndios, secas, lixo, acesso à água, saneamento e urbanização.

- Vulnerabilidades sociais: Uso de drogas e dependência química; Segurança pública e defesa social, Desenvolvimento humano, violência urbana, chacinas, atingidos por barragens, atingidos por remoção.
- Direitos humanos: Direitos individuais e coletivos.

### 3- EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

#### 3.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Em 08 de agosto de 1969, pelo Decreto-Lei nº 750, foi criada a Universidade Federal de Pelotas e, em 16 de dezembro do mesmo ano, seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 65.881. Para a consolidação da universidade, foram incorporadas faculdades e instituições existentes à época, como as Faculdades de Direito e de Odontologia e o Instituto de Sociologia e Política, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>, o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões e a Faculdade de Medicina, da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado - IPESSE.

Hoje, com 43 anos, a UFPEL possui em sua estrutura acadêmica unidades centenárias como a Faculdade de Agronomia, Faculdade de Odonto, e este ano a Faculdade de Direito. Além destas unidades, a universidade foi constituída, por meio da aprovação de seu estatuto, pelos Institutos de Biologia, de Ciências Humanas, de Física e Matemática, de Química e Geociências, e de Sociologia e Política e pelas Faculdades de Agronomia Eliseu Maciel, Odontologia, Direito, Conservatório de Música, Veterinária, Ciências Domésticas, Medicina, Escola Superior de Educação Física e Faculdade de Educação.

A criação da universidade contou, ainda, com a integração do Colégio Agrícola Visconde da Graça e do Colégio de Economia Doméstica Rural, além de órgãos auxiliares como a Estação Experimental de Piratini, o Centro de Treinamento e Informação do Sul, a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu e a Casa para Estudante.

Ao longo de seus 43 anos, a UFPEL expandiu de forma expressiva a sua oferta de cursos e vagas. A instituição ofertava, até 2006, 47 cursos de graduação, tendo alterado este quantitativo para 92 cursos, até janeiro de 2012.

---

<sup>21</sup>Conforme dados disponíveis no sitio da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, em 1889 o *Lyceu* de Agronomia, Artes e Officios e a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica foram transformados em curso superior, dando origem ao Instituto Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária. Em 1960 é criada a Universidade Rural do Sul, composta pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel (nova denominação após a separação dos cursos de veterinária e agronomia em 1967), um escola de veterinária, uma escola de pós-graduação, um centro de treinamento e informação do sul, um curso de sociologia rural e um curso de ciências domesticas.

Este processo de expansão está diretamente relacionado à adesão da universidade ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais<sup>22</sup> - REUNI. A UFPEL possui, hoje, 92 cursos de graduação na modalidade presencial e 4 cursos na modalidade EAD - Educação à Distância - e sua estrutura acadêmica está constituída por 23 unidades acadêmicas, onde são desenvolvidas atividades de ensino, (graduação e pós-graduação<sup>23</sup>), pesquisa e extensão.

As unidades acadêmicas da universidade abrangem 5 áreas:

- a) Ciências Agrárias;
- b) Ciências Biológicas;
- c) Ciências Exatas e Tecnologia;
- d) Ciências Humanas;
- e) Letras e Artes.

A expansão da UFPEL e, como consequência, o aumento da comunidade acadêmica, amplia as possibilidades de atuação da instituição no que tange ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e o comprimento de sua função social. Com o Programa REUNI, a universidade teve um aumento, também, no quadro de servidores docentes e técnico administrativos, dispondo, hoje, de 2.334 servidores: 1131 docentes e 1202 técnicos administrativos.

A UFPEL é uma das principais instituições públicas do município de Pelotas e, por ser uma instituição de ensino superior, apresenta especial importância para o desenvolvimento da cidade e da região de abrangência. A universidade possui uma estrutura de recursos humanos qualificada e infraestrutura para a realização de atividades importantes para o ensino como a pesquisa e a extensão e, desta forma, pode trabalhar no sentido de estabelecer uma troca positiva entre a instituição, o município e região.

---

<sup>22</sup> O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (MEC, 2012).

<sup>23</sup> Os cursos de pós-graduação não estavam diretamente relacionados à extensão. Apenas recentemente a atividade extensionista passou a dispor de espaço específico dentro do *lattes*, ampliando e incentivando as possibilidades de atuação para pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

### 3.1.1 O município de Pelotas

Pelotas está localizada na região do extremo sul do Estado, a 270 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, e às margens do Canal São Gonçalo, elo entre as duas maiores lagoas do Brasil - Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

Conforme dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística - FEE -, em relação a 2011, Pelotas possui uma área de 1.608,8km<sup>2</sup> e uma população de 329.173 mil habitantes, sendo 154.701 mil homens e 174.472 mil mulheres. Para a Fundação, o município de Pelotas apresentou, em 2009, um PIB - Produto Interno Bruto - de R\$3.847.928 milhões e um PIB per capita de R\$ 11.148 mil.

Pelotas disponibiliza aos jovens do Rio Grande do Sul, assim como de outros Estados e Regiões, cinco instituições de ensino superior, sendo três de origem privada e duas federais: Universidade Federal de Pelotas e Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.

Segundo dados publicados no site *Banco de Dados da Zona Sul*, o município de Pelotas possuía, até 2009, 197 estabelecimentos de ensino, distribuídos entre 52 instituições estaduais, 2 federais, 90 municipais e 53 particulares, nas redes Estadual, Federal, Municipal e particular. As instituições abarcam diversos níveis como creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, educação especial e educação de jovens e adultos.

Conforme dados da FEE, em 2009, havia 60.820 mil alunos matriculados no ensino fundamental e ensino médio, entretanto, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, em 2010, era de 4,13 %. Destaca-se esta informação na tentativa de realçar a importância que a atuação da Universidade Federal de Pelotas representa para o município. Além da educação, a UFPEL atua em áreas como saúde, política, meio-ambiente, economia, cultura, etc. e, desta forma, cumpre sua responsabilidade, enquanto instituição pública.

Como já referido anteriormente, o presente trabalho procurou analisar o cumprimento desta responsabilidade e identificar os desafios e as perspectivas para que a função social da universidade possa refletir, positivamente, na vida da sociedade pelotense e região.

### 3.2 EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

As atividades de extensão na UFPEL ultrapassam sua data de fundação, 1969, e isto se deve às ações realizadas pelas instituições centenárias que foram integradas à universidade, quando ocorreu sua criação.

Através de registros e documentos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, torna-se evidente a atuação do Centro de Treinamento e Informação do Sul, criado em 29 de outubro de 1960, na qualidade de um Projeto do Escritório Técnico de Agricultura – ETA. O Centro integrava as ações de um acordo entre Brasil e Estados Unidos, cujo propósito era provocar o desenvolvimento da agricultura e o aproveitamento dos recursos naturais, através da integração do sistema de ensino e pesquisa da Universidade Rural do Sul com os Serviços de Extensão Rural. Estes, por sua vez, deram origem à criação da Emater.

O referido projeto visava o treinamento dos trabalhadores rurais e a conscientização para o uso de tecnologias, segundo o pensamento da época, necessárias para o desenvolvimento da agricultura. Em relação a essa questão, Paulo Freire (2006) tecia críticas ao processo de extensão rural por entender que as ações de treinamento e capacitação eram impositivas, e defendia que deveria ser um processo de comunicação dialógico, ou seja, de troca de saberes entre o técnico extensionista e o produtor rural.

A partir da criação da UFPEL, o Centro de Treinamento e Informação do Sul segue suas atividades e assume a coordenação da área de extensão da universidade, ampliando a atuação para cursos de treinamento e capacitação em apoio aos cursos de graduação.

#### **3.2.1 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas**

As ações destinadas à comunidade passaram a ser intensificadas na universidade, levando o então Reitor, Prof. Delfim Mendes da Silveira, a criar a Pró-Reitoria de Extensão, em abril de 1971. A partir deste momento, todas as atividades de extensão realizadas de forma isolada pelos órgãos da instituição passam a ser coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, inclusive, as ações do Centro de Treinamento e Informação do Sul (UFPEL, 1996).

No período de institucionalização da extensão na UFPEL, as parcerias com municípios e organizações públicas e privadas locais vinham sendo ampliadas. Neste contexto, a UFPEL aderiu ao CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária -, uma proposta criada pelo Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de oferecer estágio e vivência profissional aos acadêmicos e, ao mesmo tempo, proporcionar a integração da universidade com as comunidades rurais da região. A integração, nesta fase da história da extensão universitária, pode ser melhor traduzida como prestação de serviço à sociedade.

A universidade estabeleceu parcerias com diversas instituições ligadas ao setor rural como sindicatos e cooperativas, com a Legião Brasileira de Assistência - LBA -, Ministério do Interior através do Projeto Rondon, Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e da Agência da Lagoa Mirim. Desta forma, ocorre a estruturação e ampliação da extensão na UFPEL que, em conjunto com outras instituições de ensino superior, participou da organização de um campus avançado em Cárceres, no Mato Grosso.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFPEL desenhou sua política de extensão na forma de cursos, assistência nas áreas rural, urbana, artístico-cultural e comunicação. Os cursos buscavam aperfeiçoar e qualificar profissionais de todos os níveis, assim como os estudantes universitários. Em relação à cultura, foi criado o Coral da universidade, inserindo a instituição nas manifestações artísticas da comunidade.

A ênfase à prestação de serviços permeava a realidade extensionista da época. Em decorrência disso, os departamentos da UFPEL passaram a prestar atendimentos médicos, odontológicos, veterinários e assistência jurídica. Serviços estes realizados até os dias de hoje.

A prática extensionista na universidade, no período de 1977 a 1981, apresentou como meta o desenvolvimento integral do homem. Para alcançar seu propósito, a instituição defende um processo de planejamento rigoroso e a busca pelo espírito de união para a realização das tarefas, união esta concretizada através de parcerias com outras instituições de ensino superior.

A UFPEL proporcionou cursos de formação para professores da área rural, ajudou na formação de grupos de música, teatro de marionetes, apresentações tradicionalistas e contribuiu para a formação de artesãos (UFPEL,1996). Este trabalho foi desenvolvido no

município de Canguçu, mas existiram outros trabalhos realizados em Pelotas, Pinheiro Machado, etc. que procuravam contribuir para o processo de desenvolvimento sociocultural do país, segundo a visão da Pró-Reitoria.

Em 18 de agosto de 1982, foi instituído o Decreto-Lei nº 87.497, que regulamenta os estágios curriculares dos estudantes e complementa as normas de extensão universitária. Neste mesmo período, o governo federal institui o III Plano Nacional de Desenvolvimento do qual o III Plano Setorial de Educação e Cultura do MEC 1980/1985 faz parte:

[...] continua o ensino superior excessivamente elitista e seus esforços de ensino, pesquisa e extensão desconhecem geralmente as necessidades básicas da população mais carente. Ademais, não se constata tendência suficiente da Universidade a se comprometer com o desenvolvimento nacional e regional, sobretudo em termos de liderança política, científica e tecnológica (MEC/SESU, 1982: 16).

Com este plano, o governo impõe às universidades o compromisso com a educação no meio rural, nas periferias urbanas, com a valorização do desenvolvimento cultural e valorização dos recursos humanos ligados à educação, à cultura e ao esporte. A parcela de responsabilidade da universidade em relação à redução da pobreza, das desigualdades socioeconômicas e desenvolvimento local, regional e nacional, exige a concepção de estruturas administrativas comprometidas com as atividades extensionistas.

A partir deste compromisso, as ações de extensão da UFPEL são incrementadas através dos programas de estágio, de forma a acompanhar o cenário nacional de extensão universitária. Os estudantes, quando próximos de sua formação, atuam, diretamente, na resolução dos problemas da comunidade, ao mesmo tempo em que estariam adquirindo experiência profissional. Este era um conceito criticado, influenciou e ainda influencia as atividades de extensão de muitas instituições no Brasil.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas aprovou, ao final de 1982, seu Plano de Desenvolvimento para o período 1983-1986, estabelecendo como metas a melhoria e ampliação da ação extensionista, levando a universidade à comunidade; priorizar como campo de atuação as áreas pobres, a zona rural e periferias urbanas, proporcionando a transferência de tecnologias, oferecendo atendimento médico, odontológico e nutricional; estabelecer para a extensão um caráter de ensino que envolva, de forma pedagógica, discentes e docentes, rejeitando a ação paternalista; divulgação e ampliação das ações culturais.

A integração com outras instituições permanece sendo incentivada, assim como a prestação de serviços e a disseminação de conhecimentos e de novas tecnologias. Esta época foi considerada como de forte ação extensionista (UFPEL,1996).

É importante ressaltar a participação da UFPEL no Projeto Rondon, durante o período de sua criação, em 1968, e sua extinção, em 1985, com as reformas institucionais realizadas pelo governo.

A extensão universitária, durante os anos de 1985 e 1988, continuou sendo institucionalizada na Universidade Federal de Pelotas, através da criação de um Conselho de Extensão formado por representantes eleitos em suas unidades, para a definição da política de extensão, elaboração de regimento dos órgãos vinculados à Pró-Reitoria e aprovação, pelo COCEPE - Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão -, das primeiras normas reguladoras das atividades extensionistas da UFPEL. Houve a retomada de ações ligadas à cultura como instalação dos museus Leopoldo Gotuzzo e Carlos Ritter, a retomada do Teatro Universitário e do Coral.

A partir dos anos 1990, a área da Cultura passou a receber uma atenção especial. Foi neste período que a Pró-Reitoria de Extensão assumiu o nome de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, em 1991, e passou a contar com dois departamentos: Departamento de Arte e Cultura e Departamento de Extensão e Treinamento, este por sua vez englobava a Editora e Gráfica Universitária, a Rádio Cosmos FM Educativa - hoje Federal FM - e a Divisão de Planejamento e Apoio Técnico - hoje Coordenadoria de Planejamento e Apoio Técnico (UFPEL,1996).

As ações de extensão foram separadas das atividades culturais, os museus, o coral e os grupos artísticos foram devolvidos a suas unidades de origem, concretizando a descentralização administrativa proposta pela gestão da época. De outro modo, a universidade formalizou uma política de extensão com a aprovação dos programas executados no COCEPE e com a primeira iniciativa de concessão de bolsas de Arte e Cultura.

Em 1995, com a criação do programa Universidade Solidária, vinculado ao Programa Comunidade Solidária, criado pelo decreto nº 1.366 de 12/01/1995, sob a coordenação direta do Gabinete da Presidência da República, a UFPEL volta a participar das ações propostas pelo governo. Na ocasião, de 1995 a 2002, este passa a ser o único espaço de atuação das

Instituições de Ensino Superior, onde professores e estudantes puderam atuar de forma voluntária e engajada com os problemas das comunidades carentes do Brasil.

Nos últimos anos, mais especificamente em 2005, o Projeto Rondon foi relançado pelo Ministério da Defesa atendendo uma demanda dos estudantes universitários. Desde então, a universidade tem participado ativamente do Projeto e hoje a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura dispõe do Núcleo do Projeto Rondon, organizado por um grupo de professores extremamente dedicados à causa.

A participação da UFPEL no Rondon tem despertado grande interesse nos acadêmicos da instituição, e a cada edital lançado pelo Ministério da Defesa o Núcleo organiza e realiza uma intensa seleção em virtude do elevado número de inscritos, pois, o governo tem limitado a participação das universidades com, no máximo, duas propostas.

Outra característica importante adotada pelo Núcleo do Projeto Rondon na UFPEL é a capacitação e qualificação dos rondonistas selecionados para cada operação, e, somado a isso, destaca-se o trabalho de preparação realizado anteriormente ao início do Projeto. E, nesta etapa, a proposta é adaptada às reais demandas da comunidade do local, onde será executada a ação.

O Departamento de Extensão e Treinamento - DEXT - possui a função de identificar as demandas locais e regionais e traduzi-las de forma que as unidades da universidade identifiquem possibilidades de atuação e as transformem em projetos e/ou programas de extensão. Este departamento é responsável pelo Centro de Lazer e Atividade Física e pelo Centro de Treinamento. O primeiro diz respeito ao local destinado ao lazer da comunidade acadêmica e dispõe de espaço para atividade física, com orientação de um educador físico, e de espaço para jogos e acesso à internet. Entretanto, o Centro de Treinamento não possui espaço físico e conta apenas com um servidor. Este departamento é responsável pelo projeto de divulgação da universidade por meio de passeio guiado às instalações da Instituição.

O Departamento de Arte e Cultura - DART - é responsável pelas ações culturais e artísticas da Instituição, integrando e ampliando os conceitos produzidos na universidade com os oriundos da comunidade em geral. Sob este aspecto, ressalta-se que a cultura é um dos direitos do cidadão previsto na Constituição Federal. O DART, embora com uma acanhada

equipe, contribui, ativamente, com os projetos culturais da Instituição, projetos que envolvem desde exposição de arte, apresentações artísticas, recuperação de prédios históricos, etc.

A COPLAN - Coordenadoria de Planejamento e Apoio Técnico -, órgão de assessoria do Pró-Reitor de Extensão, é responsável pela análise, registro, acompanhamento e certificação das ações de extensão, procurando preservar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a compatibilidade com a política de extensão da universidade e demais normas. A Editora e Gráfica também desempenha importante função para a área de extensão, disponibilizando para a comunidade publicações com o conhecimento produzido e a experiência vivenciada pelas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Dentro da estrutura, além dos departamentos já mencionados, existe o Núcleo de Administração de Bolsas de Extensão, cuja responsabilidade é contribuir para o desenvolvimento das atividades extensionistas e da política de extensão da universidade por meio do auxílio financeiro concebido em forma de bolsas. A secretaria de Promoção e Divulgação de Eventos Internacionais está ligada ao DEXT e a Assessoria e a Secretaria estão vinculadas, diretamente, ao Gabinete da Pró-Reitoria.

Ainda em relação à estrutura da PREC, como resultado da atual política de extensão da universidade<sup>24</sup>, e por iniciativa de docentes atuantes na área de extensão, incluiu-se, aqui, o já mencionado Núcleo do Projeto Rondon e os novos núcleos interdisciplinares de estudo e extensão, criados ao final de 2011:

- a) Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar – NUPEAR.
- b) Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social de Empreendimentos e Arranjos Produtivos Locais de Micro, Pequena e Média Empresa.
- c) Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária – TECSOL (PREC, 2011).

Tomando como base os documentos de institucionalização dos núcleos, identifica-se, nesta proposta, a integração das unidades acadêmicas em prol de um interesse em comum, a busca por conformidade com as políticas públicas e o aumento de chances em obter financiamento para a execução das atividades.

---

<sup>24</sup> Embora a PREC ainda não tenha formalizado a nova Proposta de Política de Extensão, neste momento será tratada por política a prática extensionista adotada pela atual gestão.

Sob este aspecto, identificou-se como uma tendência do governo a utilização das instituições de ensino superior para a realização de projetos que contemplem em seu escopo ideias políticas, econômicas e sociais do governo. Desta forma, as instituições tem o desenvolvimento de suas políticas e seus projetos atrelados a propostas do governo. Isto reflete, especialmente, nas atividades de extensão, sucateadas por muitos anos e que, atualmente, tem como sua principal fonte de recursos o Programa de Extensão Universitária - PROEXT -, realizado pelo MEC em parceria com outros Ministérios.

No âmbito das políticas adotadas ao longo dos últimos anos pela Pró-Reitoria, é importante registrar projetos institucionalizados como o curso pré-vestibular Desafio, idealizado em meados dos anos 1990 que atende, aproximadamente, 300 alunos de baixa renda por ano. A proposta visa contribuir para a democratização do ensino superior, e o curso é organizado, coordenado e realizado por um grupo de professores, alunos estagiários e alunos voluntários dos cursos de licenciatura da universidade com apoio financeiro e institucional da PREC.

O projeto Desafio proporciona o acesso a curso preparatório para o vestibular e, no caso da UFPEL, para a realização do ENEM. Os estudantes que ingressam no projeto não teriam condições financeiras de frequentar um curso semelhante, tendo, assim, a oportunidade de se preparar para concorrer a uma vaga na universidade. Ousa-se pensar que, talvez o resultado mais concreto e positivo deste projeto, seja o trabalho voluntário desenvolvido por alunos da universidade que, anteriormente, tiveram acesso ao projeto e conseguiram ingressar nos bancos escolares, evidenciando que a função de um projeto de extensão é muito mais ampla e ultrapassa o que está desenhado em seu escopo.

Igualmente importante é o Programa Vizinhança, criado em março de 2009, a partir da compreensão do importante papel que a universidade representa em relação à comunidade em que ela está inserida. A ideia surgiu com a transferência da Reitoria para o Campus Porto, localizado no antigo Frigorífico Anglo, e com a proposta de transferência de algumas unidades acadêmicas para o local.

O Programa tem como objetivo principal atender as demandas da população do entorno do Campus Porto e, para isso, reúne várias áreas de conhecimento e procura trabalhar com a proposta de interdisciplinaridade, incluindo ações dirigidas à organização dos espaços urbanos, qualidade de vida, saúde, educação, arte, esportes, prevenção à violência, mediação

de conflitos, patrimônio cultural, memória social da comunidade, organização comunitária, geração de renda e meio ambiente.

A partir de uma pesquisa inicial, foi realizado um diagnóstico sobre a região, servindo de base para a definição de ações a serem desenvolvidas no sentido de atender as demandas apontadas pela comunidade. As necessidades identificadas requerem ações em diversas áreas como:

- Projetos culturais
- Projetos de geração de trabalho e renda
- Apoio em cursos técnicos, capacitação
- Prevenção em saúde e violência
- Promoção do esporte, com apoio a prática local
- Qualificação das lideranças
- Ações que contribuam para a criação de um espaço e/ou ambiente para atividades coletivas, culturais, artísticas, de lazer;
- Ações que contribuam para o desenvolvimento das atividades culturais da comunidade em espaços da cidade
- Projetos de formação artística, cultural
- Inclusão digital
- Apoio jurídico
- Suporte educativo
- Ações que contribuam para o resgate do patrimônio histórico, cultural e da memória da comunidade (UFPEL, 2012).

Em resposta a estas questões, o programa abrange, hoje, diversos projetos que desenvolvem atividades de atendimento odontológico, veterinário, atividades de palestra e conscientização sobre empreendedorismo, coleta de lixo, manipulação de alimentos, reutilização de resíduos orgânicos, ginástica para mulheres, aulas de futebol, teatro, flauta e curso de línguas para as crianças da comunidade, etc.

Traçando um paralelo entre a proposta do programa Vizinhança e o discurso presente nos documentos do Fórum de Pró-Reitores, percebe-se a materialização da Política Nacional de Extensão com a proposta de um trabalho interdisciplinar e idealizado sobre o diagnóstico que aponta as demandas e expectativas da comunidade com a qual o trabalho será realizado.

Outra característica importante em relação à proposta do FORPROEX e, também, da UFPEL é a continuidade do programa, ponto crucial para a efetivação das atividades extensionistas. Há, aqui, um exemplo real, ainda que inicial, do novo pensamento sobre extensão universitária.

A arte e a cultura são cogitadas, a partir do trabalho realizado pelo Núcleo de Teatro, criado em 1995 e pelo Coral da Universidade, fundado em 1973. O Núcleo de Teatro tem como principal objetivo difundir o conhecimento artístico-cultural do teatro e faz isso ao tornar acessível à comunidade uma apresentação de peça-teatral, uma performance, ou ainda ao garantir sua participação em uma oficina de teatro, etc. Da mesma forma, o Coral, que através de suas apresentações contribui para a ampliação do acesso à cultura.

Além dos projetos institucionalizados sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura até aqui mencionados, a universidade vem apresentando um constante crescimento no número de programas e/ou projetos de extensão registrados. Ao final de 2011, a PREC contabilizou 19 programas e 753 projetos; em 2010, foram registrados 645 projetos e 13 programas; e, em 2009, os registros do SIEX - Sistema de Informação e Gestão de Projeto - indicam a formalização de 319 projetos e 8 programas, distribuídos entre oito áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho.

O gráfico abaixo demonstra mais claramente a diferença quantitativa entre as áreas temáticas, assim como a evolução ou retrocesso de cada uma delas, ao longo dos últimos três anos:

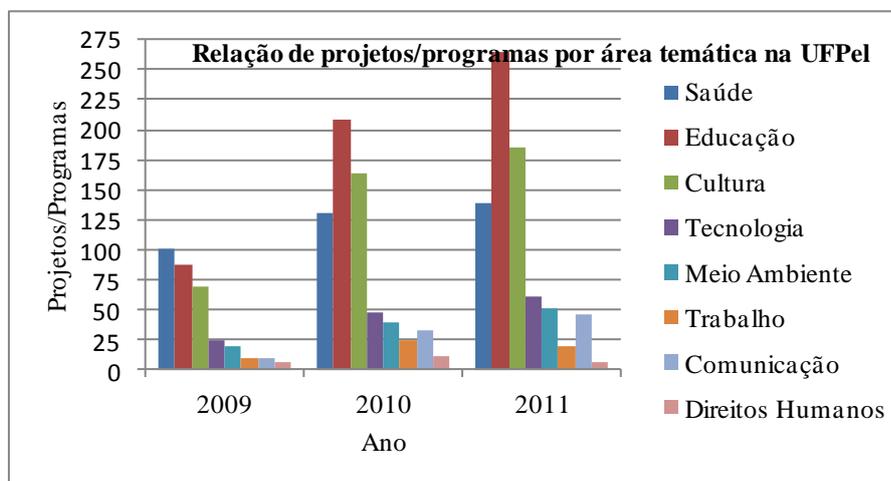


Figura 2: Projetos/Programas por área temática na UFPEL

Fonte: Elaboração própria - com base nos dados do SIEX/PREC (2012).

As áreas temáticas de educação, saúde e cultura representam, aproximadamente, 76% dos projetos registrados, durante o período de 2009 a 2011, enquanto isso, os outros projetos distribuem-se, em ordem decrescente, entre as áreas de tecnologia, meio ambiente, comunicação, trabalho e direitos humanos.

É importante observar que esta análise é realizada em relação ao cadastro de área temática principal de cada projeto, indicada pelo coordenador na proposta e referendada pela Pró-Reitoria. Entretanto, os projetos possuem uma área temática secundária e são classificados em uma das linhas de extensão que será vista mais a frente.

Com base nos relatórios gerenciais fornecidos pelo SIEX, 56% dos projetos de 2011 referem-se a cursos e eventos. Este percentual em 2010 e 2009 foi, respectivamente, de 53% e 34,6% (UFPEL 2012). Considerando o incremento no número de projetos e programas cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, este índice aponta a cultura e a tendência da extensão da UFPEL em priorizar eventos como semanas acadêmicas, congressos, seminários e cursos de aperfeiçoamento e capacitação, na grande maioria dos casos para professores e alunos da própria instituição.

Este ponto corrobora para a prática da soberania do saber acadêmico sobre o saber popular e, apesar do discurso dos gestores de extensão, do Fórum de Pró-Reitores e extensionistas rebaterem essa ideia ela ainda é presente em muitas instituições. É evidente que não se pode afirmar que os eventos e cursos possuem menor valor que outras atividades. No entanto, a preocupação com a ênfase nestas duas modalidades diz respeito à exclusão da sociedade dos processos de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação da extensão universitária. Ou seja, a sociedade participa apenas de atividades que a Instituição percebe como importantes e necessárias.

O que se observa com este trabalho é que o discurso não condiz com a prática. Embora existam ações importantes, exercendo verdadeiro sentido da extensão universitária, ainda há um longo caminho a ser percorrido para o alcance da verdadeira função deste elo do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Enquanto a pesquisa e o ensino, em nível institucional, possuem suas funções bem definidas e claras para a comunidade acadêmica, a extensão é uma incógnita para muitos. Esta análise será discutida mais a frente, na abordagem sobre a Proposta de Política de Extensão da UFPEL.

Ao analisar a questão de aporte de recursos para as atividades de extensão na Universidade Federal de Pelotas, identificou-se um incremento no valor destinado ao orçamento da Pró-Reitoria de Extensão nos últimos anos. Segundo dados obtidos nos relatórios financeiros da Instituição (UFPEL, 2009; 2010; 2011), a dotação orçamentária da PREC, nos anos de 2009 a 2011, apresentou-se conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Recursos orçamentários da PREC

<b>Orçamento/Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Orçamento previsto	R\$270.000,00	R\$369.000,00	R\$1.080.903,00
Orçamento executado	R\$269.994,78	R\$286.999,40	R\$957.942,40

Fonte: UFPEL (2012).

A principal justificativa, presente no último relatório, para o salto nos valores destinados à extensão faz referência à expansão das universidades, a partir da adesão ao REUNI e o incremento de políticas públicas de fomento à extensão. Esta realidade aparece, também, no número de projetos registrados neste período conforme já exposto.

Parte dos recursos do orçamento da UFPEL, destinados à PREC, são utilizados para o financiamento de bolsas de extensão e, de acordo com a Resolução nº1/2011 do COCEPE, elas podem ser de demanda anual - DA - e espontânea - DE. O documento garante a oferta mínima de 450 bolsas no valor de R\$365,00, sendo 70% para as bolsas anuais e 30% para as de demanda espontânea. Estes percentuais podem ser alterados de acordo com a demanda da Instituição e disponibilidade orçamentária.

Nos últimos anos, a PREC tem recebido, aproximadamente, 450 solicitações de bolsas de DA, e a distribuição é realizada de forma a contemplar cada projeto solicitante com pelo menos uma bolsa. Além desta oferta anual, os coordenadores de projetos podem solicitar, no decorrer do ano acadêmico, bolsas de DE para atender o surgimento de novas ações extensionistas.

Ainda em relação ao orçamento da Pró-Reitoria, ressalta-se que ficam incluídas as despesas de manutenção de toda sua estrutura administrativa, além do curso Desafio, do Núcleo de Teatro e demais programas e ações institucionalizadas no âmbito da PREC.

Alguns projetos e programas são contemplados com recursos adicionais por meio de sua participação no PROEXT. Nos últimos anos, a UFPEL tem garantido valores consideráveis para a execução de propostas na área de educação, saúde, cultura, desenvolvimento urbano e agrário, trabalho e produção, direitos humanos entre outras.

No ano de 2009, a UFPEL foi contemplada com R\$ 310 mil do Programa de Extensão Universitária para a execução de sete projetos e um programa, e recebeu aproximadamente R\$ 45mil do Ministério das Cidades para a realização de um projeto de capacitação municipal em gestão ambiental. No ano seguinte, a universidade contou com o aporte financeiro de R\$ 560.903,00 para a realização de 7 projetos e 2 programas nas áreas de Cultura e Arte (3), Promoção da Saúde (3), Desenvolvimento urbano (2) e Desenvolvimento Agrário (1).

Em 2011, a universidade obteve êxito em 14 programas e 6 projetos no edital PROEXT, garantindo um total de R\$ 2.288.853,02 para as atividades. E recentemente foi divulgada a aprovação de 12 programas e 6 projetos da Instituição para execução em 2012 com o aporte financeiro de R\$1.958.301,26. Estes valores demonstram o esforço do governo federal em proporcionar oportunidade de fomento às atividades de extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, entretanto é sabido que não são suficientes para atender a demanda e permitir que as Instituições cumpram sua função social.

Ao mesmo tempo em que o PROEXT é uma oportunidade de financiamento para as ações de extensão, ele representa a proposta de políticas públicas do governo com alguma contribuição dos debates ocorridos no FORPROEX e na ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Retoma-se, aqui, a afirmação de que ocorre a exclusão da sociedade civil, discentes, servidores técnico-administrativos e até mesmo docentes do processo de planejamento e elaboração de políticas públicas para a área da educação, saúde, trabalho, cultura, desenvolvimento social, etc.

Embora esta seja uma crítica à forma do processo, entende-se o PROEXT como uma importante fonte de financiamento, pois sem ela as condições seriam ainda mais precárias. A grande maioria dos projetos executados na UFPEL não possui financiamento, sendo este um dos maiores entraves para a efetivação de ações contínuas. Desta forma, adverte-se quanto à necessidade de se discutir alternativas para uma participação mais efetiva dos atores em todas as fases da ação extensionista e na elaboração e definição de políticas públicas, garantindo, assim, um espaço no cenário nacional para a extensão universitária.

Esta discussão será levada para a Política de Extensão da Universidade Federal de Pelotas, abordando as propostas idealizadas nas últimas décadas.

### 3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

A última proposta de Política de Extensão, formalizada na UFPEL é de 1992, sancionada através da Resolução n° 4 do COCEPE, assim como o regimento da Pró-Reitoria e os critérios para concessão de bolsas. Neste documento, artigo 1°:

Extensão Universitária é o procedimento educacional, necessariamente articulado com o Ensino e/ou a Pesquisa que, sem se confundir com um ou outro, desenvolve-se curricularmente ou não em processo pedagógico caracterizado por atividades acadêmicas de educação não-formal e informal, de promoção comunitária e de prestação de serviços (UFPEL, 1992:1-2).

Observa-se que as atividades eram na forma de educação não formal e informal, prestação de serviços e promoção comunitária, diferentemente da caracterização de hoje. Mas, a expectativa de resultados assemelha-se, em alguns pontos, com a relação de integração e transformação entre universidade e sociedade, a formação de cidadãos comprometidos com a realidade e aptos a enfrentar os desafios e as demandas da sociedade, a produção e difusão do conhecimento, a renovação e ampliação dos conceitos ensinados em sala de aula e, por fim, o estímulo à vivência social, política e profissional de forma interdisciplinar.

A arte e a cultura aparecem como atividades independentes, não precisando estar vinculadas ao ensino ou à pesquisa. Esta defesa aponta a função destinada à extensão que se encontra camuflada nos discursos, ou seja, a extensão não é reconhecida como parte integrante da formação oferecida pela universidade, ela é apenas uma possibilidade de representação do ensino e da pesquisa. O contraditório nesta situação é que, não raro, as atividades culturais e artísticas da UFPEL são formalizadas sobre o formato de um projeto de extensão universitária.

Em 2006, foi aprovada pelo COCEPE, a Resolução n° 10 que dispõe sobre o regulamento geral das atividades de extensão e de cultura na Universidade. O termo 'Política de Extensão' não aparece neste documento, pois, o mesmo define como normas e diretrizes o Plano Nacional de Extensão, adotadas pelas Universidades Públicas.

Esta proposta define extensão universitária como [...] *ações e procedimentos indissociáveis com o Ensino e/ou a Pesquisa que se desenvolvem, curricularmente ou não, em processo pedagógico, envolvendo docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e em interação com a comunidade em geral* (UFPEL, 2006).

A Resolução nº 10 define que as ações extensionistas são desenvolvidas por programas ou projetos, na forma de cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos. Após análise e aprovação, as ações são classificadas dentro de uma das oito áreas temáticas:

- I – Comunicação
- II – Cultura
- III – Direitos Humanos e Justiça
- IV – Educação
- V - Meio ambiente
- VI – Saúde
- VII - Tecnologia e Produção
- VIII - Trabalho

Além do enquadramento em uma área temática, as atividades são classificadas em uma das 52 linhas de extensão:

- I – Alfabetização, leitura e escrita
- II - Artes cênicas
- III – Artes integradas
- IV – Artes plásticas
- V – Artes visuais
- VI – Comunicação estratégica
- VII – Desenvolvimento de produtos
- VIII – Desenvolvimento regional
- IX – Questão agrária
- X – Desenvolvimento tecnológico
- XI – Desenvolvimento urbano
- XII – Direitos individuais e coletivos
- XIII – Educação profissional
- XIV – Empreendedorismo
- XV – Emprego e renda
- XVI – Endemias e epidemias XVII – Divulgação científica e tecnológica
- XVIII – Esporte e lazer
- XIX – Estilismo
- XX – Fármacos e medicamentos

- XXI – Formação de professores
- XXII – Gestão do trabalho
- XXIII – Gestão informacional
- XXIV – Gestão institucional
- XXV – Gestão pública
- XXVI – Grupos sociais vulneráveis
- XXVII – Infância e adolescência
- XXVIII – Inovação tecnológica
- XXIX – Jornalismo
- XXX – Jovens e adultos
- XXXI – Línguas Estrangeiras
- XXXII – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem
- XXXIII – Mídias-arte
- XXXIV – Mídias
- XXXV – Música
- XXXVI – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares
- XXXVII – Patrimônio cultural, histórico e natural
- XXXVIII – Pessoas com deficiências incapacidades, e necessidades especiais
- XXXIX - Propriedade intelectual e patente
- XL – Educação Ambiental
- XLI – Recursos hídricos
- XLII – Resíduos sólidos
- XLIII – Saúde animal
- XLIV – Saúde da família
- XLV – Saúde e proteção no trabalho
- XLVI – Saúde humana
- XLVII – Segurança alimentar e nutricional
- XLVIII – Segurança pública e defesa social
- XLIX – Tecnologia da informação
- L – Terceira Idade
- LI – Turismo
- LII - Drogas e dependência química

Para o registro das atividades de extensão, o projeto ou programa precisa ser submetido à aprovação da unidade acadêmica de origem para, então, ser apreciado pela comissão de extensão e COCEPE. Com a aprovação, o projeto é registrado no Sistema de Informação e Gestão de Projeto da PREC, onde ao final do ano acadêmico ou com o encerramento da proposta é elaborado relatório de atividades. Esta é uma etapa importante para as ações extensionistas, pois, hoje, é a única forma de acompanhamento das atividades de extensão da UFPEL.

Diante da retomada de discussões pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão e do novo contexto nas Instituições Federais de Ensino Superior a UFPEL reabre esta questão e dá início ao processo de análise da configuração atual de sua política de extensão, normas e procedimentos adotados. Com isso, a administração apontou a necessidade de elaborar uma nova proposta, de acordo com o novo cenário e com a função social da Instituição, pois, ao longo dos anos, a prática extensionista foi sendo limitada ao mero cumprimento de carga horária e créditos curriculares.

A PREC, então, definiu como missão a retomada do processo de institucionalização da extensão sobre o prisma de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a conscientização do compromisso que a comunidade acadêmica possui perante a sociedade. Várias foram as ações realizadas pela atual administração, no sentido de encaminhar o processo de institucionalização e regulamentação das atividades de extensão na Universidade.

Neste sentido, a Pró-Reitoria construiu um grupo de docentes representantes das unidades acadêmicas com o propósito de construir a Proposta de Política de Extensão Universitária da UFPEL, bem como discutir diretrizes e normas para sua institucionalização de forma a integrar as ações de extensão realizadas, na maioria das vezes, de forma isolada e individual.

Ao longo deste período, algumas dificuldades puderam ser percebidas. Entre elas destaca-se a indisponibilidade de tempo por parte dos docentes, chefes de departamento, coordenadores de cursos e diretores de unidade, para com as atividades de extensão, seu planejamento, execução e acompanhamento. Este é um entrave presente na realidade das instituições públicas de ensino superior, cujas ações de extensão foram esquecidas por anos, recebendo pouco ou quase nada de investimento, estrutura e financiamento.

A partir do estabelecimento do grupo, denominado de Conselho de Extensão, a PREC passou a organizar reuniões sistemáticas para discutir sobre a proposta de extensão da UFPEL, como ela se apresentava na atualidade e o que desejavam que ela se tornasse-representasse dentro da instituição. Como resultado dessas discussões, estabeleceram dois grupos temáticos, o GT Eventos e o GT Política. O primeiro ficou com a responsabilidade de debater, idealizar, organizar, acompanhar e executar ações no sentido de regular a participação da UFPEL em eventos de extensão, sendo eles internos ou externos. Enquanto o segundo grupo, passou a debater sobre a proposta de política de extensão da Instituição.

Dentro desta nova estruturação, foi realizado o IV Salão de Extensão Universitária, em abril de 2011, e foi garantida a participação da Universidade em eventos de extensão nacionais e internacionais. O último Salão havia sido realizado em maio de 2008 e, apesar de todo esforço da equipe de organização e do GT Eventos, o IV Salão apresentou um pequeno índice de participação de discentes, docentes e comunidade em geral. O público restringiu-se aos membros dos projetos participantes.

Diversos fatores podem ser considerados na análise deste fato, como a dificuldade de acesso ao local do evento e o cronograma de programação estendido ao longo do dia. Entretanto, a questão principal está relacionada à ausência de institucionalização das atividades de extensão e a conseqüente exclusão deste tema dos projetos pedagógicos e da formação acadêmica dos estudantes. Torna-se evidente o papel acessório que a extensão universitária desempenhou, durante alguns anos, em especial na Universidade Federal de Pelotas.

Prefere-se declarar que a extensão desempenhou este papel, no passado, por entender que a UFPEL, assim como o Fórum de Pró-Reitores e o Ministério da Educação, tem se empenhado, cada um a seu modo com erros e acertos, para mudar este cenário. A avaliação ocorre, adotando por base a política nacional de extensão que está sendo delineada ao longo dos últimos anos.

Ao mesmo tempo, o GT Política reunia-se para traçar as linhas da Política de Extensão da Universidade, que será analisada logo a seguir. Torna-se oportuno ressaltar que, até o final do período de coleta de dados para a realização deste trabalho, a nova Política de Extensão da UFPEL não havia sido finalizada e normatizada. Portanto, tratar-se-á o documento como Proposta de Política de Extensão.

### 3.3.1 Atual proposta de política de extensão da UFPEL

A proposta de política de extensão para a universidade, como já mencionado, ainda não foi formalizada e institucionalizada como normas para as atividades extensionistas da universidade. No entanto, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem procurado desenvolver suas ações, adotando como base o documento elaborado durante a atual gestão.

Desta forma, serão destacados, a seguir, aspectos presentes na proposta que demonstram a ideia de extensão para a UFPEL. É importante observar que o GT, responsável pelo debate sobre a política, foi composto apenas por docentes representantes das diversas unidades acadêmicas e não incluiu representantes discentes e servidores técnico-administrativos.

No item anterior, foi relatada a formação de um GT para discutir os parâmetros, diretrizes e normas que norteariam a nova política extensionista da UFPEL e as dificuldades enfrentadas para consolidação deste grupo. Neste sentido, percebeu-se o desinteresse de algumas unidades acadêmicas em indicar seu representante ou a falta de voluntários dispostos a participar deste processo de reformulação.

Entretanto, o grupo foi composto por diversos docentes de variadas áreas e, ao longo de dois anos, desenharam o esboço de política, reformularam o conceito de extensão e reconheceram a limitação da Universidade em trabalhar com a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Outro ponto apontado, como crítico e urgente, diz respeito ao financiamento dos projetos e ao incentivo institucional, em especial da Unidade acadêmica, para a realização destas atividades.

Historicamente, a extensão foi tratada como secundária pelas políticas públicas, pelas instituições e pela comunidade acadêmica que não reconhecia as atividades extensionistas como importantes. Para elas, o ensino e a pesquisa sempre foram essenciais e a extensão acessória usada como forma de garantir carga horária a docentes e no currículo acadêmico, mas, na prática, a lógica é um pouco diferente e, felizmente, as universidades podem contar com verdadeiros extensionistas. Na UFPEL, a história não é diferente, e foram alguns destes docentes extensionistas que se dispuseram a fazer parte do processo de discussão e reformulação da política de extensão.

O Grupo de Trabalho e os gestores da Pró-Reitoria de Extensão elaboraram, então, a Proposta de Política de Extensão para a Universidade Federal de Pelotas, e este documento reafirma a definição de extensão como sendo [...] *o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e fomenta a relação transformadora entre a universidade e a sociedade* (UFPEL, 2010).

O documento reconhece como compromisso institucional da Universidade a indução de um processo de integração e desenvolvimento social e sustentável, desenvolvendo ações extensionistas, de forma indissociável com a pesquisa e ensino, e buscando parcerias com instituições públicas e privadas e com a comunidade, tornando-se capaz de responder às demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais em nível local, regional e global. A proposta defende a superação da velha prática de transferência de conhecimento e tecnologia pela adoção de ações planejadas e sistematizadas de forma coletiva, passando pela compreensão e conhecimento da sociedade com a qual se interage.

Em um segundo momento, o documento enfatiza a necessidade de planejar as ações e atribuir a elas o caráter multidisciplinar, entendendo que, para isso, é preciso estabelecer um ambiente de cooperação, solidariedade e corresponsabilidade, estimulando a ampla participação e superando o descompromisso institucional.

Considera-se este como o principal obstáculo para concretização de uma nova política de extensão. No decorrer deste trabalho, apontou-se o desinteresse pela área, elencou-se o descaso histórico e a distorção sobre a verdadeira função da extensão, e são estes os muros que precisam ser derrubados para o estabelecimento da verdadeira função social da universidade e da integração: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o posicionamento apresentado no documento, as ações de extensão da Universidade Federal de Pelotas serão guiadas pelas normas nacionais que regulam o tema, levando em consideração as orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o plano de ação de cada Unidade Acadêmica da Instituição e as demandas sociais.

O documento define como princípios norteadores para as ações de extensão da UFPEL:

- produção científica e tecnológica: produção de conhecimento e tecnologia a partir da integração entre universidade e sociedade;

- autonomia didática: o processo educacional, embasado na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e vinculado ao projeto pedagógico deve permitir uma reflexão que influa na identificação e significação dos problemas e desafios e que permita transformá-los em oportunidades;
- articulação público-privada: articulação com políticas públicas e privadas amparada em um planejamento estratégico que priorize os propósitos institucionais e sociais;
- competência financeira e institucional: a área da extensão deve possuir competência para gerir os recursos humanos, materiais e financeiros que dispor;
- participação colegiada: participação integral das unidades acadêmicas e administrativas, das instituições parceiras e da comunidade em todas as etapas da extensão - planejamento, execução, acompanhamento e avaliação;
- descentralização: reconhecer a competência das unidades acadêmicas delegando a elas a responsabilidade de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades curriculares vinculadas à extensão (UFPEL, 2010)

Dentro destes princípios, apontou-se como novidade a participação colegiada e a descentralização, pois, apesar destes aspectos estarem presentes no discurso do Fórum de Pró-Reitores e do próprio MEC, na prática, as Instituições não executam nem um nem outro. A participação da comunidade em todas as etapas da extensão é um evento raro, assim como o compromisso institucional e a participação integral da unidade acadêmica que dá origem ao projeto. Costumeiramente, o coordenador em conjunto com discentes desenha uma proposta relacionada a sua área de atuação, a unidade aprova sem qualquer avaliação e comprometimento e o ato é repetido pela comissão de extensão e COCEPE.

Os projetos, em sua grande maioria, são executados graças ao empenho do docente coordenador em buscar recursos materiais, humanos e financeiros e esta prática amplia cada vez mais a falta de comprometimento e participação das unidades acadêmicas na realização das atividades de extensão. Pode-se dizer que a extensão é, muitas vezes, uma ação solitária.

Esta característica vai refletir, diretamente, na competência financeira e institucional, defendida na nova proposta. Os projetos contemplados em programas como o PROEXT

enfrentam dificuldades, a partir do momento em que recebem os recursos, pois, sem o comprometimento e apoio institucional, a realização das atividades necessárias à execução do projeto torna-se muito mais difícil e lenta, comprometendo, às vezes, o bom desempenho do projeto.

A proposta mantém inalterada a política em relação ao registro, acompanhamento e certificação das atividades extensionistas. Já em relação à avaliação, destaca-se a definição de que o procedimento de avaliação deverá fazer parte da rotina acadêmica e garantir a participação de todos os atores envolvidos com a ação. Como indicadores, a proposta aponta a necessidade de avaliar os objetivos e metas propostos na política de extensão da instituição e no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A adoção da avaliação como rotina acadêmica é importante, no entanto, para que este processo contribua para o aperfeiçoamento da prática extensionista da Universidade, não basta apenas analisar se as ações correspondem às metas institucionais, é preciso avaliar, também, se as metas correspondem à expectativa e às demandas da sociedade e, principalmente, que tipo de resultados provém das ações. Ao final de um ano de trabalho ou ao final do projeto, a coordenação preenche alguns formulários no Sistema de Informação e Gestão de Projeto, mas estes dados não são utilizados pela UFPEL como forma de identificar os obstáculos que precisam ser contornados, as falhas que podem ser corrigidas e as oportunidades de novas ações. O processo de avaliação utilizado pela PREC, disponível no SIEEX, e a sua gestão teriam que ser repensados.

Outra questão significativa, presente na Proposta de Política, refere-se à proposição de reestruturação da PREC. O documento sugere a transformação da Pró-Reitoria em Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Social e a criação de comissões de extensão, vinculadas às Unidades Acadêmicas e do Conselho de Integração e Desenvolvimento Social. Este último teve sua estrutura institucionalizada por portaria da administração central com a denominação de Conselho de Extensão e seus membros deverão ser indicados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas pertinentes. Os conselhos de extensão junto às unidades ainda não foram criados.

A partir da proposta de reestruturação, foi instituído o Núcleo do Projeto Rondon. Foram criados três núcleos interdisciplinares de extensão, conforme já relatado anteriormente

e criou-se um grupo de trabalho para atuação junto a municípios da Região, este último para estabelecimento de parceria solicitada pelos próprios municípios.

Analisando a proposta, identificou-se uma preocupação em reformular a estrutura da PREC, o conceito de extensão, a participação integral da instituição, construir o compromisso da comunidade acadêmica com as atividades extensionistas e com a sociedade e, principalmente, estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Recentemente, a Universidade elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - para o período 2011-2015 e a Pró-Reitoria de Extensão apresentou um plano que considera como base a proposta de Política de Extensão da UFPEL. Reproduzindo a prática da elaboração da política, este documento foi elaborado apenas em nível de gestores.

As ideias presentes na proposta de política reaparecem no PDI, sob a forma de objetivos e metas para os próximos anos. Considerando a importância do Plano de Desenvolvimento para a Instituição, transcreve-se, a seguir, os objetivos propostos como prioridade para a área de extensão (UFPEL, 2011:19-29):

1. Consolidar o processo de institucionalização das atividades de extensão aperfeiçoando os processos e as competências gerenciais;
2. Estimular e consolidar os programas e projetos que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
3. Fortalecer e consolidar as relações institucionais e parcerias com o setor privado;
4. Fortalecer e consolidar as relações institucionais e parcerias com o setor público;
5. Ampliar e fortalecer as ações que visem à melhoria do Ensino Básico na Região Sul;
6. Desenvolver ações de inclusão social produtiva em comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social;
7. Intensificar as ações que visem desenvolver atividades relacionadas às políticas afirmativas;
8. Ampliar e difundir conhecimento e tecnologias inovadoras que possam contribuir no desenvolvimento do setor produtivo e na ampliação da competitividade da Região Sul.

9. Estimular a inovação, a expansão e o fortalecimento das atividades de Arte e Cultura na perspectiva de um processo de integração e desenvolvimento social sustentável da Região Sul;
10. Prover a PREC e as Unidades Acadêmicas de infraestrutura, equipamentos e apoios necessários ao desenvolvimento das atividades de extensão;
11. Prover a Editora e Gráfica Universitária de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos capazes de atender as demandas da comunidade universitária;
12. Consolidar o sistema de planejamento, avaliação e monitoramento das atividades de extensão;
13. Fortalecer as ações criativas que visem à formação de redes ou parcerias públicas privadas voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

Para cada objetivo, o PDI estabelece metas a serem seguidas e, entre elas, destaca-se a presença constante da ideia de parceria com instituições privadas e a consolidação da participação da UFPEL nas políticas públicas federais. Tanto a proposta de política, quanto o PDI apontam a intenção da Pró-Reitoria e dos atores extensionistas da UFPEL em buscar a ampliação do orçamento da Pró-Reitoria e a elaboração de um programa próprio de financiamento para as atividades de extensão, mas, ao mesmo tempo, os documentos assinalam, como um dos principais objetivos, a busca de parcerias com o setor privado e o financiamento por meio de editais e demais programas públicos e privados de fomento.

Os pontos positivos referem-se à proposição de criação de grupos de trabalho temáticos, de acordo com a demanda da comunidade e em áreas como inclusão social, inclusão produtiva, acesso à cultura, educação básica, prevenção à violência e políticas afirmativas. Entretanto, apesar do esforço dos gestores da PREC e do GT Política em acompanhar as políticas públicas e a Política Nacional de Extensão Universitária os documentos elaborados não possuem proposições, diretamente, relacionadas à área de direitos humanos e a questões de cidadania. Embora muitas questões atrevessem os temas, ou caminhem paralelamente a eles acredita-se ser importante a criação de uma política específica nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

No decorrer do trabalho, apresentaram-se questões pertinentes à extensão universitária, direitos humanos e cidadania, demonstrando suas trajetórias históricas e significância para a sociedade. No próximo capítulo, será abordada a relação entre estes temas, tentando elencar questões presentes no cotidiano da UFPEL.

#### **4- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Neste capítulo, será tratada a relação entre extensão universitária, direitos humanos e cidadania, procurando identificar a proposta da Universidade Federal de Pelotas para esta temática. Em um primeiro momento, procurou-se estabelecer a relação entre extensão e a defesa dos direitos humanos e direitos do cidadão e, posteriormente, reportou-se o assunto para o contexto da UFPEL.

##### **4.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, FUNDAMENTAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

A participação e a articulação popular são fundamentais para que as mudanças sociais ocorram e, principalmente, para que as garantias e direitos humanos se efetivem. No Brasil, a vivência deu-se, ao final da década de 70, com as lutas sociais em busca dos direitos civis e políticos que foram cassados com a ditadura militar. Já na década de 80, o foco se voltou para a busca por direitos sociais coletivos, e a universidade sempre desempenhou importante papel no processo de conquista da democracia.

Os movimentos universitários organizados e os movimentos civis se uniram pela luta à democracia, sendo muitos estudantes afetados pela repressão militar. Mas isto só deu mais força ao movimento, fazendo com que as universidades se engajassem na luta permanente pela democracia, pelo retorno das liberdades civis e políticas, pois, com a repressão, a autonomia política para produção acadêmica das universidades ficava restrita.

A participação na luta pela democracia foi a forma como as Universidades públicas encontraram para recuperar o direito de participar de importantes decisões para o futuro do país, além disso, era uma forma de recuperar a dignidade humana e a própria liberdade.

Neste processo, de luta pela democracia e por uma vida digna e livre, é que a universidade se associou à sociedade, e disto resultaram várias práticas educativas cujos objetivos eram a proteção e a defesa dos direitos humanos.

Nos anos seguintes, ao fim da ditadura militar e com a conquista da democracia, o contexto brasileiro apresentava a necessidade de uma rápida intervenção social em virtude das

influências políticas e econômicas que haviam sido implementadas, durante as últimas décadas.

A construção de uma cultura em direitos humanos é importante em todos os espaços sociais, pois, a ampliação e qualificação da participação social e popular podem contribuir para a definição de políticas que garantam a cidadania e o cumprimento dos direitos do cidadão.

A extensão universitária, integrada a diferentes saberes e práticas que enfoquem aspectos culturais, políticos e econômicos, pode concretizar ações que promovam, protejam e defendam os direitos humanos. As ações extensionistas, voltadas para a defesa dos direitos humanos, podem ser encontradas, hoje, na forma de assistência jurídica, formação política, educação voltada para a cidadania, educação para a cultura, assistência em áreas precarizadas como a saúde, etc.

Neste sentido, o maior desafio para a criação de espaços democráticos que abordem o tema da educação em direitos humanos é a conscientização de que a educação vai além da escola e da educação formal. Paulo Freire (2006:91) dizia: *A educação que não tente fazer esforço, e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista.* É necessário que se construa uma educação voltada para a reflexão, para que os indivíduos possam decifrar a si mesmos e perceberem que são homens de direito.

Não há como negar o papel das universidades com seu entorno social, pois, esta é uma forma de se demonstrar preocupada e atuante em prol dos que até hoje tem muitos de seus direitos negados, principalmente, o da educação.

Para as instituições que procuram contribuir com o processo de formação de cidadãos conscientes, Benevides (1991:193-195) destaca como grande desafio o rompimento da tradição oligárquica e patrimonialista e dos costumes populares, que se colocaram, durante muito tempo, como obstáculos ao reconhecimento e legitimação da participação popular. Para a autora, a educação política é essencial para o estabelecimento de uma sociedade republicana e democrática, e a criação de espaços públicos onde todo cidadão possa concretizar sua participação política é fator indispensável à democracia.

A Constituição Federal Brasileira, inclusive, estabelece em seu artigo 207 os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, e a extensão vem representar a função social da universidade ao se envolver com os problemas da sociedade, articulando os conhecimentos acadêmicos aos saberes populares, em busca da construção de um projeto de transformação social.

Para Fagundes (1986:157):

Nesta linha de pensar, o que justifica a presença da extensão na universidade não é mais a sua inerência, mas a sua relevância social. E a extensão só será relevante enquanto fizer que a própria universidade seja relevante para o conjunto da sociedade. [...] Se a manutenção da universidade é socializada, parece congruente que a fruição de seus benefícios também o seja.

As universidades possuem responsabilidades para com a formação de personalidades críticas e reflexivas, assim como para a construção de saberes, práticas e valores com visão de mundo ao invés de uma visão individualista. Para Demo (2000:41):

[...] não é qualquer educação que é capaz de motivar tamanho impacto, já que, no contexto do sistema, sua tendência mais imediata é de reproduzi-lo, sobretudo em sua versão instrucionista geralmente predominante. Ainda assim, educação é a política social mais próxima da gestação do sujeito capaz de história própria, porque pode motivar o surgimento da consciência crítica e autocrítica, permanecendo como impulso fundamental do saber pensar e do aprender a aprender; ao mesmo tempo, é a política social mais próxima da politicidade, já que está na raiz da competência política capaz de se contrapor à pobreza política.

Pedro Demo (2000) defende que a educação é uma forma de libertar os indivíduos e fazê-los perceber o quanto sua participação é importante. Diante do contexto e das políticas econômicas e sociais do Brasil, cria-se um estigma de que tanto o setor privado quanto o público, ao oferecer oportunidades e melhorias na condição de vida dos indivíduos, estão fazendo um favor, quando na verdade deveriam oferecer condições de igualdade e de oportunidades a todos e proporcionar a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. A busca é por uma formação que busque o pensamento crítico e reflexivo, de forma a fornecer subsídios para que os cidadãos possam conhecer seus direitos e reivindicá-los.

A extensão universitária, aliada ao ensino e à pesquisa, pode contribuir para construção de uma sociedade mais cidadã. Com isso, a universidade deve ouvir e planejar suas ações extensionistas a partir das necessidades do seu entorno social, que em muitos casos é caracterizado historicamente por desigualdades sociais e econômicas e formas de exclusão social.

Embora, inicialmente, a extensão universitária tivesse o caráter meramente assistencialista, hoje, a extensão universitária pode contribuir, tanto para a concretização dos direitos humanos, quanto para a construção de uma vida mais digna. Os projetos de extensão não devem consistir apenas em prestar assistência a comunidades pobres, mas devem possibilitar que tanto os alunos quanto a sociedade como um todo se tornem indivíduos emancipados<sup>25</sup>, socialmente e politicamente.

A garantia dos direitos para cada indivíduo está prevista em lei. Entretanto, como já analisado no decorrer deste trabalho, a previsão legal dos direitos individuais e coletivos não bastam para a sua concretização. O grande desafio está em apropriar-se da extensão universitária e de sua ampla gama de possibilidades, para modificar este cenário, positivamente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e democrática que faça valer seus direitos já legitimados.

A seguir, será apresentada uma análise da extensão na UFPEL, em relação às temáticas, direitos humanos e cidadania, retomando aspectos já apresentados em relação à prática extensionista na Instituição, a Proposta de Política de Extensão da Universidade e o Plano de Desenvolvimento Institucional proposto pela PREC.

#### 4.2 A EXTENSÃO NA UFPEL E OS TEMAS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Para Catani & Oliveira (1999:186-187), a universidade é, por vocação, um espaço comprometido com a transformação e pela luta por uma sociedade democrática. Contudo, a realidade social, econômica e política torna a universidade um agente a serviço do Estado e do mercado, perdendo sua identidade e autonomia.

---

<sup>25</sup> Ver Boaventura (2010:235-278)

Boaventura de Sousa Santos (2010:66), ao tratar da reconquista da legitimidade das universidades, elenca algumas áreas que precisam ser reformadas: [...] *acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública*. E continua, ao afirmar que julga necessária a responsabilização da universidade para que esta reconquiste sua legitimidade, e, para isso, é preciso que a universidade assuma sua responsabilidade social e que ela escute e receba as demandas sociais, principalmente, as demandas dos grupos que não conseguem se fazer ouvir. A universidade é considerada, hoje, um instrumento capaz de produzir respostas e alternativas para os problemas sociais (SANTOS, 2010:89-90).

Seguindo a ideia defendida por Cristovam Buarque em *Uma Ideia de Universidade [...] a política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social [...]*” (BUARQUE, 1986: 22), acredita-se que a extensão universitária, através de ações participativas, tem um papel muito importante para a melhoria de vida da sociedade brasileira.

Para que as universidades brasileiras possam exercer seu potencial e engajar-se, socialmente, através da extensão universitária, são necessárias algumas mudanças como, por exemplo, a quebra do paradigma de que a universidade é responsável apenas pela produção de conhecimento e mão de obra, a mudança de atitude por parte do Estado e da sociedade, o primeiro no sentido de criar políticas públicas para a extensão universitária e o último no sentido de cobrar uma maior atuação e interação das universidades e do poder público.

Neste sentido, para Santos (2008:66):

A extensão é uma área que, para ser levada a cabo com êxito, exige cooperação intergovernamental entre, por exemplo, Ministros da Educação, do Ensino Superior e Tecnologia, da Cultura e áreas sociais. A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além de serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária.

A Universidade Federal de Pelotas vem construindo a sua história de extensão universitária, acompanhando sempre a proposta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. De acordo com sua trajetória histórica apresentada no capítulo anterior, a Universidade, inicialmente, priorizava a oferta de serviços à sociedade, a transferência de tecnologias e

conhecimentos produzidos nos bancos escolares. Este conceito adotado pelos extensionistas levou as Instituições de Ensino Superior a pensar que eram as donas do conhecimento, do único e verdadeiro conhecimento.

Em decorrência desta política, por muitos anos, as universidades detiveram-se em prestar assistência à comunidade e em propor transformações em seus modos de vida. De certa forma, a extensão era exercida no sentido de levar alguma coisa a alguém. No entanto, estes conceitos foram muito debatidos ao longo dos anos e, com isso, a prática de extensão foi se transformando e incorporando novas práticas como cursos e ações ligadas à arte e à cultura.

Este contexto tem participação direta na prática extensionista de hoje. A Universidade Federal de Pelotas, como já apresentado, possui uma prática historicamente voltada para projetos de extensão na forma de eventos, cursos, atendimentos na área da saúde e assistência técnica, presentes, ainda hoje. Os números demonstram, claramente, que uma parcela considerável da comunidade universitária da UFPEL percebe a extensão como oportunidade do aluno colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e, ao mesmo tempo, utilizá-los para domesticar a comunidade. Será utilizado, aqui, o termo ‘domesticar’, referido por Paulo Freire (2006), em seu livro *Extensão ou Comunicação?* para exemplificar a postura da Universidade, em relação à comunidade em que ela está inserida, pois, a percepção que temos é de que a Instituição, baseada em seus pré-conceitos de certo e errado, algumas vezes tenta impor suas crenças e interferir no modo de vida das pessoas, sem nem ao menos observar e escutar o que elas realmente desejam.

A incorporação do Centro de Treinamento à Universidade e os cursos de capacitação e aperfeiçoamento por ele realizados exemplificam este cenário. A instituição oferecia cursos de treinamento e capacitação a produtores rurais para que se adaptassem às novas tecnologias e processos de produção, porém, desconsideravam a máxima de que a extensão deveria ser um processo construído com diálogo entre a universidade e a comunidade.

A Extensão Universitária enfrenta este obstáculo, diariamente, e na UFPEL não é diferente. Nos últimos três anos, o sistema de informações da PREC registrou um crescimento no percentual de projetos de extensão apresentados na forma de cursos e eventos. Conforme já apresentado, em 2009, 34,6% dos projetos registrados enquadravam-se nestas duas modalidades, em 2010, o valor passou para 53% e, em 2011, para 56%.

Este cenário preocupa, a partir da análise do registro de público alvo dos projetos, pois, segundo relatórios gerenciais do SIEX (UFPEL, 2012) a UFPEL destinou, em 2009, 38% de seus projetos para membros da comunidade universitária como docentes, servidores técnico administrativos, alunos de graduação e pós-graduação. Este valor aumentou para 45%, em 2010, e 50,5%, em 2011. O conceito de extensão universitária defende a integração entre universidade e sociedade, no entanto estes dados demonstram que muitos projetos realizados acontecem apenas no âmbito da UFPEL.

Além das características apontadas, relatou-se, anteriormente, os diferentes índices em relação à principal área temática das ações. As que apresentam maior destaque são saúde, educação e cultura, retendo, aproximadamente, 76% dos projetos registrados, durante o período de 2009 a 2011 e os menores índices cabem à área de direitos humanos e justiça.

Ao direcionar suas ações ao desenvolvimento humano de valores, crenças e atitudes em favor dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, dos direitos sociais, e da cidadania, a educação ganha maior relevância social.

É preciso reconhecer que todas as áreas temáticas perpassam por questões relacionadas aos direitos humanos e direitos fundamentais e, inclusive, são direitos previstos na Constituição Federal como, por exemplo, educação, saúde, cultura, trabalho. Entretanto, entende-se que esta temática precisa de uma abordagem mais direta e focada no propósito de contribuir para a concretização de uma sociedade mais participativa que faça valer seus direitos. Com a prestação de serviços na área da saúde, a universidade contribui em grande escala para a melhoria na qualidade de vida da população, se se considerar que a saúde pública está aquém da demanda, porém a partir do momento que este serviço precisa ser interrompido por qualquer motivo alheio a comunidade deixa de ter esta necessidade suprida e volta a sua condição de exclusão.

Pode-se levar esta perspectiva para outras áreas como arte e cultura, por exemplo. A UFPEL possui projetos que ampliam o acesso à arte e à cultura e contribuem para o despertar de novos interesses, novos conhecimentos e para o sentimento de pertencimento à sociedade. As ações podem ser de várias formas como peças teatrais, apresentações musicais, exposições, etc., porém, muitas vezes, limita-se à oportunidade de conhecimento, sem qualquer garantia de que isto irá se repetir e permanecer em suas vidas. E esta limitação não é culpa da universidade, e sim, da ausência de políticas públicas.

A Instituição de Ensino Superior, entretanto, tem potencial para ajudar a formar uma nova consciência social e política que defenda a participação de toda sociedade na luta por seus direitos e, conseqüentemente, por uma qualidade de vida melhor. Botomé (1996) defende que esta qualidade ou melhora na condição de vida não está atrelada apenas a mudanças de ordem econômica, ela passa por mudanças culturais. Neste caso, volta-se a Paulo Freire, já mencionado, para enfatizar que a mudança cultural não deve ser imposta, ela precisa ser construída em conjunto, através do diálogo, pois, a universidade é parte da sociedade e, logo, ela também passará por mudanças culturais, vai reavaliar seus conceitos e se transformar de acordo com a realidade.

A atuação conjunta da universidade com a comunidade pode resultar na concretização de ações que promovam, protejam e defendam os direitos humanos. A educação política e o estímulo à participação ativa e ao exercício da cidadania são fatores indispensáveis à democracia. A extensão deve colaborar para a promoção de espaços que contribuam para a efetivação da cidadania, pois, tendo acesso a uma educação crítica e reflexiva, ainda que informal, e a espaços de discussão, os indivíduos poderão ter subsídios para cobrar do Estado a efetivação dos seus direitos, através da elaboração e implementação de políticas públicas.

Não se pretende afirmar que os projetos precisam apresentar-se sempre nesta linha de pensamento, mas se defende a existência de uma política, na Universidade Federal de Pelotas, dedicada à construção de espaços e ambientes que propiciem a integração, o debate, a edificação de ideias alternativas para o enfrentamento das questões problemáticas, o autoconhecimento, enquanto cidadãos providos de direitos

A política de extensão desenvolvida pela UFPEL, ao longo de sua vida, e a atual proposta de política abordam aspectos relacionados à saúde, ao desenvolvimento social, à redução das desigualdades, à qualificação técnica, acesso à arte, à cultura, assistência judiciária, entre outros, mas não apresentam diretrizes, objetivos e metas específicas para a temática de direitos humanos e de cidadania. Sentiu-se a ausência de uma política de divulgação e aproximação da Universidade com a comunidade. Embora a rádio universitária, inicialmente, tenha integrado a área de extensão, atualmente, a PREC não utiliza este meio de comunicação para se apresentar e se integrar às pessoas.

Um dos momentos de aproximação com a comunidade é feira do livro, realizada nos municípios de Pelotas e Rio Grande, onde a UFPEL normalmente participa. Entretanto, há um problema: como atingir os objetivos da feira de divulgar livros e incentivar a leitura? Não é o objetivo deste trabalho analisar mais detalhadamente esta questão, mas relatar a situação, apenas, para ressaltar os obstáculos que distanciam a Universidade daquelas comunidades mais carentes que, raramente, tem acesso à leitura.

Observou-se a importância dos projetos institucionais e de grande relevância social como o curso pré-vestibular Desafio, o Programa Vizinhança, Núcleos Interdisciplinares, Núcleo de Teatro, Projeto Rondon, etc. Para o alcance de resultados concretos, os projetos precisam ser contínuos e permanentemente avaliados, e, para isso, torna-se imprescindível o apoio da PREC, e este deve estar institucionalizado na Política de Extensão.

A proposta de política de extensão da UFPEL, alinhada com a Política Nacional de Extensão, não propõe ações de empoderamento à comunidade. Ela apresenta propostas relacionadas à educação, mas nada direcionado à conscientização e ao conhecimento do poder de transformação que cada indivíduo possui. Esta característica representa a manutenção do velho conceito de que as Instituições de Ensino Superior são as detentoras do conhecimento e do poder de transformação, desconsiderando o potencial, ainda que adormecido, presente em cada cidadão.

Desta forma, reitera-se a defesa de uma política de extensão, preocupada com a questão dos direitos humanos e da cidadania, pois, o efetivo exercício desta última representa a esperança de uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual. Tendo uma sociedade melhor, provavelmente, haverá um país, governantes e políticas públicas melhores.

A proposta da UFPEL não demonstra a intenção de criar programas institucionais de financiamento para as ações de extensão, dificultando a realização de muitos projetos. Percebe-se uma acomodação em relação aos financiamentos oferecidos por editais públicos e privados e entende-se que a postura deveria ser diferente. Os números da extensão, hoje, estão incluídos na matriz que define o orçamento a ser destinado para a Universidade Federal de Pelotas, demonstrando que a extensão não pode mais ser considerada como um órgão auxiliar, mas sim, como um dos elos principais da Instituição. A Política da Pró-Reitoria necessita de um plano de financiamento para os projetos da instituição como forma de melhorar as condições de realização das ações, podendo, inclusive priorizar aqueles que se enquadram nas

diretrizes estabelecidas pela Política de Extensão. Os financiamentos externos são extremamente importantes, mas por serem limitados acabam beneficiando apenas uma pequena parcela de projetos da UFPEL.

Outra questão que merece ser apontada como desafio para a Universidade diz respeito ao baixo índice de projetos registrados na área temática de direitos humanos, como mencionado, anteriormente. A Instituição necessita reavaliar este cenário e procurar identificar oportunidades de novas ações que contribuam para a criação de espaços onde os direitos do cidadão e a cidadania sejam o ponto central dos debates. A efetivação dos direitos humanos requer o exercício da cidadania e a atuação dos cidadãos nos espaços públicos.

O enfoque nos direitos humanos e sua efetivação, através do exercício da cidadania, foi o aspecto motivador desta pesquisa e, por isso, enfatiza-se, repetidamente, o baixo índice de projetos de extensão da Universidade que consideram essa como sua área temática principal. A temática de direitos humanos fica renegada à área secundária ou nem sequer é considerada.

Durante a década de 1960, com o movimento estudantil, discutindo a reforma universitária, nasce a ideia de abrir a universidade para o povo. Neste período, são instituídos os Centros Populares de Cultura. Para Gurgel (1986), o propósito destes centros era utilizar a arte e a cultura como forma de proporcionar o acesso à informação, oportunizando a conscientização e politização da sociedade, sobretudo sobre sua condição social.

Diante disto, fica o questionamento, por que esta ideia não aparece na Proposta de Política de Extensão da UFPEL, em suas políticas anteriores e, especialmente, na Política Nacional de Extensão. O caráter impositivo e de soberania também aparecia em alguns momentos do discurso da UNE. Entretanto, a proposta de conscientizar e politizar a população por meio do acesso à informação sobre a realidade, as condições precárias de vida e, principalmente, os direitos negados, poderia contribuir para a construção de uma sociedade capaz de lutar por uma vida melhor.

A sociedade participou da luta pela constituição de seus direitos, mas, conforme destacado por Arroyo (2010), as condições de vida, ou melhor dizendo, a luta pela sobrevivência e o contexto político, econômico e social impostos ajudaram a esvaziar esta participação. Desta forma, concorda-se com a autora sobre a necessidade da população se

organizar e, para isso, é preciso a oferta de espaços públicos onde os indivíduos possam expor, debater e reivindicar as necessidades e as carências da população.

Para Vieira (2001), uma sociedade participativa e organizada pode transformar as estruturas de dominação, de exclusão e de desigualdade. Demo (2001) também defende a cidadania como uma das estratégias para a transformação social. Considerando estas premissas, defende-se o exercício da cidadania como instrumento contributivo para a efetivação dos direitos do homem e credita-se às Instituições de Ensino Superior a sua consolidação, como uma instituição realmente pública em que seu relacionamento com a comunidade resulte em alternativas para a transformação social.

As Universidades enquanto membros da sociedade devem ter suas ações voltadas para as questões de interesse em comum, e isto inclui a participação na luta pela efetivação dos direitos do homem e, conseqüentemente, por melhores condições de vida. Conforme já relatado, o Brasil possui um grande contingente de estudantes universitários no país e, embora estes números não sejam os ideais, eles representam um potencial a ser explorado para o enfrentamento dos problemas sociais. É importante observar, mais uma vez, que as Instituições de Ensino Superior não devem assumir o papel do Estado, mas podem contribuir para a formação de um novo cenário, em que a sociedade sinta-se encorajada a reivindicar um Estado mais participativo, democrático, justo e solidário. Conforme Bobbio (2004), o exercício da cidadania em um sistema democrático está atrelado à conscientização dos indivíduos sobre seus direitos.

A responsabilidade por buscar melhores condições de vida para todos e reduzir as desigualdades é do Estado, mas sua inércia e a precarização dos serviços públicos, decorrente da política do mercado regulatório, impõem à população a necessidade de encontrar formas alternativas para isso. A falta de políticas públicas e o contexto de disparidades econômicas tornam as Universidades Públicas o centro da questão, pois, para a população as instituições de Ensino Superior resultam de uma política pública e devem dar respostas à comunidade.

Estas respostas, durante muito tempo, são materializadas sob a forma de prestação de serviços e assistencialismo, fato este assinalado por Botomé (2001) como um dos fatores para que a transformação social não tenha ocorrido como esperado. Para o autor, a compensação da ausência do Estado na prestação de serviços impediu que as Instituições cumprissem suas funções com respeito à indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, reitera-se a importância da realização permanente de avaliação como forma de identificar os desafios que se colocam, diariamente, na realização dos projetos e as perspectivas de novas propostas mais eficientes, eficazes e efetivas. Além disso, é importante dar um retorno à comunidade e buscar subsídios para a reformulação dos objetivos e metas dos projetos, quando necessário.

A Proposta de Política de Extensão da UFPEL reconhece a importância da avaliação e a define como um processo sistêmico e participativo, devendo fazer parte da rotina acadêmica. Segundo o documento, o processo deve ser implementado de forma a fornecer informações que permitam a avaliação das potencialidades e fragilidades das ações.

Outra crítica que se faz à proposta de política de extensão, e à prática realizada cotidianamente, é a ausência da comunidade nas fases de planejamento e elaboração das propostas de extensão. Embora a nova proposta esboce alguma intenção neste sentido, ela própria, em sua fase de elaboração, não contou com a contribuição da comunidade, excluindo inclusive os servidores e discentes da Universidade. A Instituição precisa se reconhecer como parte integrante da sociedade, para que as relações viciadas cedam espaço a uma relação de parceria, em que os interesses da Universidade sejam direcionados à comunidade da qual faz parte.

Os aspectos positivos da prática extensionista, na UFPEL, precisam ser potencializados e, entre eles, destacamos o grande número de projetos registrados que, apesar de nossa consideração em relação à falta de incentivos financeiros, ao grande número de cursos e eventos e o direcionamento exclusivo de várias ações para comunidade universitária, apresentam-se como indicativo de interesse pela área de extensão. A Universidade necessita apropriar-se deste potencial e utilizá-lo a serviço da sociedade, estimulando a ampliação do número de projetos.

A UFPEL dispõe de um amplo quadro de potenciais extensionistas formado por 1.121 docentes, 350 técnico-administrativos de nível superior<sup>26</sup> e, aproximadamente, 20.000 alunos nas modalidades de ensino presencial e a distância. Se estes dados forem comparados com o número de projetos registrados, anualmente, percebe-se que existe um potencial para o surgimento de novas propostas, cabendo à Instituição estimular e orientar este processo.

---

<sup>26</sup> Destaca-se o quantitativo de técnico em nível superior, pois, de acordo com as normas da UFPEL estes, assim como os docentes, podem ser coordenadores de projetos de extensão.

Não se defende um aumento, simplesmente, baseado em números, mas sim, orientado pelas diretrizes da Política Nacional de Extensão e da Política de Extensão da UFPEL e, para esta última, já se defende o incremento de diretrizes específicas para a questão dos direitos humanos e da cidadania e, principalmente, o estabelecimento de financiamento para as atividades. A Pró-Reitoria de Extensão, as comissões de extensão e a comunidade como um todo devem ter participação neste processo, priorizando ações que abarquem a enorme parcela da população socialmente desprivilegiada.

A Proposta de Política da PREC define algumas questões a serem consideradas para a realização das atividades de extensão. O texto elaborado propõe uma interação entre as unidades acadêmicas e a sociedade para a elaboração das propostas, que devem, ainda, ser aprovadas nos órgãos colegiados como departamento, Conselho Departamental e Colegiados de Curso, entretanto já se ressaltou que esta premissa ainda não foi concretizada pela Instituição.

A ação política prevista para que ocorra esta interação inclui a reestruturação da Pró-Reitoria de Extensão com a criação de um Conselho de Integração e Desenvolvimento Social, Comissões de Extensão, Núcleos de Integração e Desenvolvimento Social e Grupos de Trabalho. Da proposta apresentada, foram criados três núcleos interdisciplinares, alguns grupos de trabalho e o conselho de extensão, tendo sido apenas o primeiro institucionalizado. Os grupos e o conselho estiveram em funcionamento a partir de 2009, mas sem qualquer documento institucional que estabeleça sua criação, entretanto, recentemente, a Universidade definiu por meio de portaria do Gabinete do Reitor a estrutura do Comitê Assessor de Extensão e, mais uma vez, a comunidade externa foi excluída do processo de construção de uma nova extensão universitária na UFPEL.

Diante deste contexto, retoma-se o pensamento de Gramsci (1995), quando se reportava sobre a relação que as Universidades estabeleciam com o povo. Para o autor, as ações e os movimentos provenientes dessa relação foram importantes para o reconhecimento do anseio que o povo possuía de melhorar culturalmente, porém, a elite, mesmo acreditando estar ajudando, exercia um papel dominador. Esta característica, presente nos primórdios da relação universidade e comunidade, aparece de forma evidente na contemporaneidade que, apesar dos intensos discursos em defesa de uma extensão preocupada com o social e com a solução das mazelas do país, esqueceu-se de considerar que, além dos muros da Universidade, existem formas de vida, culturas que precisam ser repetidas por quem se aproxima.

A intenção da UFPEL, ao discutir uma nova proposta de política para a área da extensão é louvável, entretanto, é importante destacar que a extensão universitária carece de um comprometimento de toda Instituição. A experiência vivida durante os anos de trabalho na Pró-Reitoria de Extensão e, durante o acompanhamento da elaboração da Proposta de Política, permitiram identificar a falta de compromisso de alguns atores. As unidades acadêmicas, os departamentos, os colegiados de cursos, as pró-reitorias, os servidores docentes e técnicos e os discentes precisam estar envolvidos com a área e devem, principalmente, conhecer e sentir-se parte integrante da proposta da Universidade.

Este processo engloba algumas questões que ainda precisam ser trabalhadas na Universidade Federal de Pelotas. É preciso melhorar o sistema de comunicação interna e a Política deve ser amplamente divulgada e debatida para que todos se sintam convidados a desenvolvê-la.

O sistema de submissão e aprovação dos projetos, igualmente, precisa ser revisto, evitando a duplicidade de ideias e o desvio em relação às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária e pela Política da UFPEL. Atualmente, a quase totalidade das propostas é aprovada sem uma análise mais detalhada de seu escopo, o que dificulta o aprimoramento e a qualificação das ações extensionistas realizadas pela Universidade. Esta realidade pode ser, em parte, percebida através da identificação do número de ações destinadas, exclusivamente, para membros da comunidade universitária, ou seja, para docentes, servidores técnicos administrativos e discentes, sendo que a proposta extensionista da Instituição deveria sempre incluir a participação da comunidade em geral.

A partir do momento em que a Instituição dedicar uma atenção especial para a área da extensão, a reconhecer como parte da formação acadêmica o processo de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, e a extensão ocorrer naturalmente, a integração com a comunidade, certamente, refletirá em melhorias nas condições de vida da sociedade e na construção coletiva de novos conhecimentos e alternativas para o enfrentamento das questões sociais. Encontra-se, nas ideias de Paulo Freire (1989), a defesa de que a educação deve procurar oferecer uma formação de qualidade, mas a preocupação com a formação humana é essencial, para que os profissionais possam ter uma compreensão da realidade e identificar alternativas para seu enfrentamento.

As instituições de Ensino superior devem buscar a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão como forma de romper a compreensão de que a extensão, por sua natureza, possui caráter assistencialista, a pesquisa um caráter voltado para os interesses do mercado e o ensino se resume a uma formação técnica. Para asseverar esta ideia, busca-se retomar o pensamento de Cristovam Buarque (1994) quando o autor refere-se que a injustiça da Universidade não está ancorada, exclusivamente, no ingresso aos bancos escolares, mas, encontra-se presente na formação que as instituições oferecem e que levam os novos profissionais a atuarem de forma individualista, servindo apenas aos economicamente privilegiados.

Pode-se dizer que a UFPEL, hoje, não possui uma Política de Extensão Universitária institucionalizada, formalizada e aprovada pelos órgãos colegiados competentes, entretanto, ela segue as normas e regulamentos vigentes para a realização destas atividades e aplica uma política de gestão que vai surgindo, de acordo com as demandas diárias. Se, por um lado, isto poderia indicar um aspecto de democracia e de abertura ao diálogo constante, por outro, demonstra a falta de comprometimento da Instituição com um propósito coletivo que poderia ser representado pela Política de Extensão. Já se defendeu, em outros momentos, a elaboração desta proposta, através de uma ação conjunta entre Universidade e comunidade, para que a Instituição, quando de sua materialização, possa cumprir sua função social.

Acredita-se que, para a concretização de uma política extensionista verdadeiramente preocupada com a melhoria na qualidade de vida e com a transformação para uma sociedade mais justa e democrática, a comunidade universitária da UFPEL precisa reavaliar seus verdadeiros objetivos e repensar seus conceitos e formas de ver a extensão universitária. Além disso, é preciso aprender a compreender as demandas que chegam até as Instituições e desmistificar a ideia de assistencialismo, estabelecida na relação histórica entre comunidade e Universidade.

Depreende-se das ideias de Boaventura de Sousa Santos (2010), e compartilha-se a defesa de que a concretização e preservação dos direitos humanos passariam pela atuação efetiva de uma Universidade verdadeiramente comprometida com o processo de aprofundamento da democracia e com a construção de uma sociedade menos desigual, com condições de participar da luta por um mundo melhor. Este ideal de instituição exige um novo arranjo curricular para a formação dos discentes, uma nova carreira docente e uma reforma

universitária, onde a educação esvazie-se do discurso de transmissão de conhecimento do sabedor ao ignorante e de formação de tecnocratas.

A extensão universitária precisa contribuir com o processo de conscientização e estímulo à participação popular, superando a ideia clássica de que a educação é uma forma de controlar e organizar a sociedade. A proposta é contrariar esta cultura e travar um processo de união da comunidade com as Instituições de Ensino Superior para que, juntas, tomem consciência da liberdade de participação política que possuem e iniciem um processo de reivindicação da efetivação dos direitos do cidadão.

Para finalizar, reafirma-se a importância da extensão universitária em realizar políticas e ações que reavivem o sentimento de cidadania na sociedade e se faz referência a uma citação de Pedro Demo (2005) transcrita no item que aborda a responsabilidade social da universidade: o autor afirma que, ao usar o conhecimento como vantagem, podem-se camuflar os vícios do neoliberalismo como o atrelamento da formação profissional às necessidades de mercado. Portanto, o autor defende que o conhecimento precisa ser reeducado, para que passe a servir à luta pela cidadania e não mais à lógica do capital.

Antes de qualquer coisa, a Universidade, assim como a vida, forma homens. Homens que transformam o mundo e vivenciam as consequências destas transformações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas presenciaram o crescimento da discussão sobre a defesa dos direitos humanos e, no Brasil, a principal conquista para a garantia e defesa dos direitos do cidadão foi a promulgação da Constituição Federal. Entretanto, apesar dos avanços, a efetivação dos direitos para todos os cidadãos ainda não se tornou realidade.

O contexto econômico, social e político do Brasil tem desafiado o processo de democracia e cidadania, e o Estado tem mantido uma postura de priorização das questões econômicas, em detrimento da precarização das questões sociais. Neste cenário, as desigualdades sociais foram se agravando e a participação da população, na vida política do país, foi sendo reduzida apenas ao direito de voto.

A participação da sociedade foi fundamental para a conquista da democracia e dos direitos do cidadão e, hoje, esta atuação já não ocorre nas mesmas proporções. É neste contexto que se estabeleceu a defesa de uma participação mais efetiva das Instituições de Ensino Superior, já que estas representam uma pequena parcela da população que teve acesso aos bancos escolares e a uma formação.

A cidadania abrange os direitos políticos, sociais e civis do indivíduo, ou seja, está relacionada à participação do indivíduo nas decisões do país e da vida em sociedade. Desta forma, o exercício da cidadania implica na conquista de espaços de lutas como os movimentos sociais, as organizações sindicais, os movimentos de trabalhadores, estudantes, entre outras oportunidades de manifestação e reivindicação. A conquista dos direitos não basta, é preciso conhecê-los para poder exigir que sejam cumpridos. O dever da sociedade é lutar e impor resistência à desigualdade e à injustiça social.

Com as transformações vivenciadas pelo Brasil e a implementação da política neoliberal, o Estado passou a adotar ações que agravaram as desigualdades sociais e que excluam a sociedade das decisões políticas e sociais. Enquanto isso, o Estado rejeita seu papel de buscar melhores condições de vida à população delegando esta responsabilidade para a sociedade.

As Universidades, enquanto membros da sociedade e representantes de uma política pública, sentem-se pressionadas e acabam assumindo algumas funções do Estado. Desta forma, utilizam a extensão universitária para a realização desta tarefa.

A conjuntura econômica, social e política do Brasil contribuiu, nas últimas décadas, para a intensificação do debate sobre o papel da extensão universitária e como deveria ser sua atuação. Somando-se a isso, a ausência de políticas públicas e a cobrança sobre a universidade, para que exerça um papel que é do estado, as Instituições Públicas vem sendo sobrecarregadas e chamadas a enfrentar as questões sociais da sociedade.

Como resposta a esta cobrança, na maioria das vezes, as atividades extensionistas acabam priorizando a prestação de serviços à comunidade, como por exemplo, atendimento médico e odontológico, e a realização de cursos e eventos de qualificação da própria comunidade universitária, reafirmando o pressuposto de que a comunidade universitária é a detentora do conhecimento e do saber necessário à solução dos problemas e dos anseios da sociedade. Esta característica pode ser percebida em nossa pesquisa, a partir dos dados coletados nos relatórios gerenciais fornecidos pelo Sistema de Informação e Gestão de Projetos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Os relatórios apresentaram um crescimento no número de projetos registrados no período de 2009 a 2011, entretanto, o percentual de ações na modalidade de cursos e eventos cresceu, paralelamente, demonstrando a tendência cultural da UFPEL em priorizar ações destinadas para docentes, discentes da própria Instituição.

Como uma alternativa para compensar sua inércia, o governo utiliza as Instituições de Ensino Superior para realizar algumas políticas públicas, eximindo-se da responsabilidade para com a sociedade. O governo descentraliza recursos para a execução de projetos e programas de extensão em determinadas áreas, como o PROEXT, mas o apoio que oferece em relação à estrutura é limitado, cabendo às Universidades disporem de estrutura física, humana e, muitas vezes, material para que o recurso possa, efetivamente, contribuir para a realização das ações.

A revisão bibliográfica realizada e a experiência profissional junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFPEL contribuíram para a reflexão sobre a prática extensionista da Universidade em relação à temática de direitos humanos e a para a construção de algumas considerações.

Inicialmente, a consideração que se faz refere-se à falta de comprometimento da instituição com uma proposta de extensão universitária, sendo esta característica percebida

por três aspectos: o primeiro está relacionado à implantação de uma nova política de extensão, executada a cada mudança de administração e, em todas as situações, sem uma participação efetiva da comunidade universitária e da comunidade em geral, ou seja, a definição da proposta para a área de extensão era realizada apenas por docentes. O único documento que conta com alguma participação de discentes e técnicos administrativos é o Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado no âmbito do Conselho Universitário sem uma maior oportunidade de debate.

O segundo aspecto refere-se à ausência de um programa institucional de financiamento para as ações de extensão da Universidade Federal de Pelotas. Durante a história da extensão na Universidade, existiram recursos disponíveis, contudo, nunca houve uma política definida sobre a distribuição destes recursos, sendo esta uma decisão da gestão da Pró-Reitoria.

O terceiro aspecto foi possível identificar através da experiência concretizada, durante a atuação na Pró-Reitoria de Extensão, o que possibilitou a percepção da falta de interesse dos gestores das Unidades Acadêmicas, em relação à área de extensão. Uma das dificuldades encontradas, durante o período de elaboração da atual Proposta de Política de Extensão da UFPEL, foi a baixa adesão de docentes em participar da construção do documento e do planejamento das demais atividades extensionistas.

Superando estes obstáculos, a Proposta de Política de Extensão da UFPEL foi elaborada, realizou-se o IV Salão de Extensão e ações de apoio à manutenção do curso pré-vestibular Desafio, criaram-se alguns Núcleos Interdisciplinares, Grupos de Trabalho, Núcleo do Projeto Rondon, Programa Vizinhança e foi, enfim, definida, recentemente, a estrutura do Comitê Assessor de Extensão.

Desta forma, reconhece-se que algumas ações foram tomadas como uma tentativa de reformular e ampliar a prática extensionista da Universidade. Porém, com a pesquisa realizada identificou-se a ausência de uma proposta que demonstre uma preocupação mais direta com a questão da cidadania e da efetivação dos direitos humanos. Esta carência é identificada na política de extensão executada ao longo dos anos na Universidade Federal de Pelotas, portanto, não é uma característica exclusiva da atual gestão.

Diante do exposto ao longo deste trabalho, da revisão teórica sobre a extensão universitária, sobre os direitos humanos e cidadania e a importância desta associação,

considera-se que algumas questões, em relação à Proposta de Política e a prática extensionista da UFPEL precisam ser avaliadas e repensadas.

Durante todo trabalho, procurou-se defender que o exercício da cidadania é um dos caminhos para uma sociedade melhor. A exemplo da época da ditadura Militar no Brasil acredita-se que a sociedade, quando atua de forma organizada, consegue alcançar seus objetivos. A política econômica vigente no Brasil e no mundo interfere, diretamente, na decisão de cada indivíduo em ser um cidadão ativo ou não, é difícil escolher entre lutar pelo sustento da família ou se dedicar à defesa e ampliação dos direitos. As universidades públicas representam uma política pública de educação ainda restrita a poucos, no entanto, seus atores precisam aprender a usá-la em favor de todos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a desalienação.

De um lado, a Política Nacional de Extensão apresenta como seus objetivos a reafirmação da Extensão Universitária como parte integrante da formação do estudante, da qualificação do docente e como instrumento de intercâmbio com a sociedade. A política defende a efetivação da extensão, de acordo com as exigências da realidade e para o atendimento das necessidades sociais que estejam relacionadas com as áreas temáticas estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores.

De outro lado, a Proposta de Política da UFPEL também apresenta em seu objetivo a realização de um processo transformador entre a Universidade e a comunidade. No entanto, a construção de ambas não seguiu o discurso de seus idealizadores. Como já relatado, os documentos foram elaborados por gestores de extensão, sem a contribuição dos outros atores extensionistas como os discentes, os servidores e a comunidade, resultando na maioria das vezes em uma prática de assistencialismo e de imposição.

As ações desenvolvidas pela Instituição são importantes e podem contribuir, em muitos aspectos, para a melhoria das condições de vida da população envolvida e para uma formação acadêmica mais humanizada. Os atendimentos na área da saúde, as ações de educação continuada, as atividades artísticas, culturais e esportivas, os cursos oferecidos à comunidade, o Projeto Rondon, Programa Vizinhança, curso pré-vestibular, etc., precisam ser estimulados e apoiados pela Pró-Reitoria de Extensão, mas, ao mesmo tempo, a Universidade precisa dar conta de outra demanda: libertar-se de seus preconceitos e assumir-se como um

membro da sociedade, lutando pelos direitos do cidadão e por uma realidade mais justa e democrática.

A extensão não pode ser discutida apenas tomando como base a teoria; é preciso considerar a prática e as experiências já realizadas para a construção de uma política efetiva. Desta forma, deve-se sugerir um processo de avaliação contínuo, mas com pesquisas *in loco*, dando retorno para a comunidade envolvida. Sugerir o aumento de projetos que envolvam associações, organizações, sindicatos, entre outros, proporcionando o desenvolvimento de lideranças comunitárias que possam vir a lutar pelos direitos da população.

Enfrentar o estigma de assistencialismo, construído pela prática extensionista realizada ao longo de sua existência, estimular a prática da extensão universitária como engrandecimento da formação acadêmica, desconstruindo a tese de que a extensão é apenas uma alternativa para complementar carga horária extracurricular e construir um novo entendimento da função social da Universidade, através da relação indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão e sua integração com a comunidade são algumas das questões imprescindíveis, para que as Instituições de Ensino Superior possam, efetivamente, contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais.

Retomando o objetivo central deste trabalho, aponta-se a necessidade de se travar um processo de conscientização interna na Universidade Federal de Pelotas sobre a importância de trabalhar com a questão de direitos humanos e cidadania, pois, defende-se o exercício desta última, como forma de fortalecer a população e estabelecer instrumentos de luta pela garantia e efetivação de seus direitos fundamentais.

Os documentos analisados e os dados extraídos dos relatórios gerenciais da PREC demonstram a ausência de propostas que apresentem, como seu principal objetivo, o acesso à informação, a conscientização da comunidade, ou a criação de espaços públicos que propiciem o debate de ideias e a construção de alternativas à luta pela efetivação de seus direitos de cidadãos. Não se encontrou, na prática extensionista da UFPEL e na Proposta de Política de Extensão, a defesa destas teses.

Além disso, os números demonstram um baixo índice de projetos registrados na área temática de direitos humanos e, embora se tenha reconhecido que as outras áreas perpassem por este tema, entende-se que a proposição de ações específicas, que contribuam para o

exercício da cidadania e para a defesa dos direitos do cidadão é importante para a concretização da função social da Universidade.

O alto número de projetos registrados acende uma fagulha de esperança em relação à transformação da prática extensionista na UFPEL. Contudo, a Instituição precisa reconhecer a necessidade de se autoavaliar e rever seus pré-conceitos, para, então, iniciar um processo conjunto de discussão, planejamento, elaboração e implementação de uma nova política de extensão.

Esta é uma tarefa que exige uma intensa articulação entre a Universidade e a comunidade para a construção de um novo projeto hegemônico que represente a consolidação de uma instituição, verdadeiramente pública e comprometida com a sociedade da qual faz parte.

Por fim, entende-se ser essencial a compreensão do que Paulo Freire tentou dizer sobre a extensão: que o conhecimento vai ser construído à medida que o homem vai se relacionando com o mundo, e ele vai ser aperfeiçoado, a partir da análise crítica destas relações. Neste sentido, abraça-se o entendimento do autor de que o homem tem a possibilidade e o direito de transformar o mundo e a educação deve preocupar-se em aprofundar a tomada de consciência deste homem.

## REFERÊNCIAS

BARBALET, J.M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. (p:11-20).

BEHRING, Elaine, e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. In: **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n.33. São Paulo, CEDEC, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante - o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade**. In: FARIA, Doris Santos (Org). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 159-175.

BRASIL. **Decreto N° 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20.01.2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto N.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934**. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>> Acesso em 22.01.2012.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)> Acesso em 22.01.2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d87497.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm)> Acesso em 05.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto N°. 99.678, de 08 de novembro de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99678impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99678impressao.htm)> Acesso em 23.01.2012

\_\_\_\_\_. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em 20.01.2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 6.495, de 30 de junho de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm)> Acesso em 23.01.2012.

BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** Ester Buffa, Miguel Arroyo, Paolo Nosella. 14ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira de. **A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão**. In: TRINDADE, Hégio (Org). Universidade em ruínas: na república dos professores. Porto Alegre: Editora Vozes, 2000. P. 179-189.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª Ed, São Paulo: Moderna, 2004.

**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO**, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em: 19.05.2011.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 4ª. Ed., São Paulo: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e vantagem comparativa**. In: O público e o privado Nº 5 – 191-207. Janeiro/Junho – 2005. Disponível em <[http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/mapps\\_Pedro\\_Demo\\_116.pdf](http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/mapps_Pedro_Demo_116.pdf)> Acesso em: 19.05.2011.

\_\_\_\_\_. **Lugar da Extensão**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 141-158

\_\_\_\_\_. **Educação pelo avesso – Assistência como direito e como problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

FAGUNDES, JOSÉ. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Unicamp, 1986.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FEE. [on-line] **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em:<[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Pelotas](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Pelotas)>. Acesso em: 03.04.2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 11ª. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?**. 13ª. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 10ª. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária – Comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

\_\_\_\_\_. **A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 13-29.

IBGE. [on-line] Site. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sala de Imprensa: Contas Nacionais Trimestrais-Indicadores de Volume e Valores Correntes** Disponível em :<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20.08.2010.

INEP. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Brasília: SINAES. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>. Acesso em 16.08.2010.

JEZINE, Edineide Mesquita. **Multiversidade e Extensão Universitária**. In: FARIA, Doris Santos (Org). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 127-140.

\_\_\_\_\_. **A extensão universitária como prática social**. *Temas em Educação*, v. 15, p. 118-129, 2006.

LERCHE VIEIRA, Sofia. **Reforma Universitária: ecos de 1968, 93**. In: MANCEBO, Deise, et al. (Organizadores). *Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente*. São Paulo: Xamã, 2009. P. 93-112.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MEC. [on-line] Site do **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 10.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Gestão da Educação 2003-2010**. Ministério da Educação, 2010. Disponível em <<http://gestao2010.mec.gov.br/>> Acesso em 03.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Ministério da Educação, 2012. <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com_content&view=article)> - Acesso em 21.08.2012.

MEC/SESU: **III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980/1985**. Brasília, MEC/CCS, 1982. rev. aum. 52 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002583.pdf>> Acesso em: 10.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Revista PROEXT nº1**. 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/revista\\_proext\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/revista_proext_05.pdf)> Acesso em 05.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Revista PROEXT nº2**. 2007. Disponível em: <<http://www.ic.uff.br/~celso/artigos/proext.pdf>> Acesso em 05.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Coleção Extensão Universitária v.3. Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus(BA): UESC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais PROEX. COOPMED Editora, 2007 – ISBN: 978-85-85002-91-6.

\_\_\_\_\_. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004** / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2<sup>a</sup> ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 10<sup>a</sup>. Ed., São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Projeto Rondon - Nossa História. Brasília: Disponível em: <projektorondon.pagina-oficial.com/portal/> Acesso em 12.10.2012.

NOGUEIRA, Maria Das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Contextual**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 57-72.

PIOVESAN, Flávia. Cidadania global é possível. In: Pinsky, Jaime (org.) **Práticas de cidadania**. 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2004.

PNUD – Relatório de desenvolvimento humano 2010 – **A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. Disponível em <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf)> Acesso em 06.06.2011.

PORTO, Maria Célia da Silva. Cidadania e (des)proteção social: uma inversão do Estado Brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.68. São Paulo: Cortez, 2001.

PROJETORONDONDF. Projeto Rondon, Distrito Federal: disponível em <<http://www.projektorondondf.org.br>> Acesso em 12.10.2012.

RENEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. (Coleção Extensão Universitária; v.1) Ilhéus: Editus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de extensão**. Brasília: disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/>> Acesso em 16.08.2010.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/>> Acesso em 02.07.2012.

\_\_\_\_\_. **Documento Programa Josué de Castro**. Março de 2011. Disponível em <<http://www.proex.ufscar.br/arquivos/programajosuecastro.pdf>> Acesso em 04.03.2012.

ROCHA, Dário do Carmo. **A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60**. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp070592.pdf>> Acesso em 16.05.2011.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Revisitando a história – 1980-1995: A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. In Revista Portuguesa de Educação. Vol. 16 número 2. p.135-175. 2003. Universidade do Minho – Braga. Portugal.

SADER, Emir; e Gentili, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 13ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista**. In: Educação e sociedade. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **Multiversidade e Extensão Universitária**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 107-126.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** In: 19ª reunião anual da ANPED - Trabalhos Apresentados - GT 11 - Política de Educação Superior, 1996. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/19/TAVARES.htm>> Acesso em 22.01.2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil e a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UFPEL. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015**. Pelotas, 2011.

\_\_\_\_\_. Histórico da Universidade federal de Pelotas – Introdução. Disponível em: <<http://wp.UFPEL.edu.br/gabinete>>. Acesso em 02.07.2012.

\_\_\_\_\_. **Histórico da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel**. Disponível em: <<http://faem.UFPEL.edu.br/historico.shtml>>: Acesso em 02.07.2012.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Política de Extensão da Universidade Federal de Pelotas**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2010 (fotocópia).

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Exercício 2009**. Pró-Reitoria Administrativa, 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/audin/files/2012/05/RAG-2009-COMPLETO.pdf>> Acesso em: 04.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Exercício 2010**. Pró-Reitoria Administrativa, 2010. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/audin/files/2012/05/RAG-2010-COMPLETO.pdf>> Acesso em: 04.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Exercício 2011**. Pró-Reitoria Administrativa, 2011. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/pru/files/2012/04/RELATORIO-GEST%C3%83O-FINAL-20111.pdf>> Acesso em: 04.03.2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº04/1992** - COCEPE, 1992. Disponível em: <[http://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992\\_04.pdf](http://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_04.pdf)> Acesso em 04.02.2012.

\_\_\_\_\_. **Revista Expressa Extensão. Seminário 25 anos de extensão na UFPEL**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Volume 1 - Número 1, 1996 (fotocópia).

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº10/2006** - COCEPE, 2006. Disponível em: <[http://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/2006\\_10.pdf](http://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/2006_10.pdf)> Acesso em 04.02.2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº08/2011** - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar - NUPEAR - COCEPE, 2011. Disponível em: <[wp.ufpel.edu.br/prec/files/2012/04/RES.-082011-N%C3%BAcleo-Interdisciplinar-de-Estudos-e](http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2012/04/RES.-082011-N%C3%BAcleo-Interdisciplinar-de-Estudos-e)>

Extens% C3% A3o-em-Agroecologia-e-Pol% C3% ADticas-P% C3% BAblicas-para-a-Agricultura-Familiar-% E2% 80% 93.doc> Acesso em 04.02.2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº09/2011** - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social de Empreendimentos e Arranjos Produtivos Locais de Micro, Pequena e Média Empresa - COCEPE, 2011. Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/prec/files/2012/04/RES.-092011-MICRO-E-PEQUENA.doc> Acesso em 04.02.2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº10/2011** - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária - TECSOL - COCEPE, 2011. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2012/04/RES.-102011-do-N% C3% BAcleo-Interdisciplinar-de-Estudos-e-Extens% C3% A3o-em-Tecnologias-Sociais.doc> Acesso em 04.02.2012.

\_\_\_\_\_. **SIEX** - Sistema de Informação e Gestão de Projetos. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2012 (fotocópia).

UNE - União Nacional Dos Estudantes. **Declaração da Bahia** - I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1961, Salvador – Bahia. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. Disponível em: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com.br/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html> Acesso em: 30.04.2012.

# **ANEXOS**

---

**ANEXO A - Plano Nacional de Extensão Universitária 2001-2010**

**Plano Nacional de Extensão Universitária**

**Edição Atualizada**

**Brasil**

**2000 / 2001**

**Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC**

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

SANTOS, Boaventura de Souza.

## **APRESENTAÇÃO**

### **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. A adesão de outras instituições de ensino superior significa adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras, reconhece a autonomia da universidade e apresenta propostas orientadas por valores civilizatórios.

### **PONTO DE PARTIDA**

A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. Nos dez anos de existência do Fórum<sup>27</sup> - com uma nova Constituição, uma nova LDB e com o Plano Nacional de Educação -, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados e suas principais dificuldades foram afastadas.

Assim é que, no Fórum de Pró-Reitores, elaborou-se o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação para o momento em que vivemos e nos quais as universidades já trabalhavam, atendendo às demandas da sociedade. O Programa Universidade Cidadã foi o ponto de partida para a produção deste Plano Nacional.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS**

As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

Por isso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão propõe a participação dessas universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências.

---

<sup>27</sup> Referência de 1997, quando o texto começou a ser redigido.

## **BREVE HISTÓRIA**

### **GÊNESE E CAMINHOS**

A universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união de escolas superiores isoladas criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área.

Foi também nesse período que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as universidades brasileiras, desde o início de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

### **MOVIMENTOS SOCIAIS**

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes.

### **NOVA CONCEPÇÃO**

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política.

A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores.

### EXTENSÃO E CONHECIMENTO

Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

## O QUE É A EXTENSÃO

### CONCEITUAÇÃO

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão<sup>28</sup>:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

### INSTITUCIONALIZAÇÃO

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população.

Por outro lado, retira da extensão o caráter de "terceira função" para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

---

<sup>28</sup> Referência ao encontro de 1987, quando foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

### PESQUISA E ENSINO

Com relação à pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando à criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, em que a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.

### AÇÃO GLOBAL

Fica claro que a extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, freqüentar seus cursos regulares.

**PLANO NACIONAL**  
**PRINCÍPIOS BÁSICOS | PROFISSIONAL CIDADÃO | INSTRUMENTO DE MUDANÇA**  
**SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA | OBJETIVOS | METAS ( ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO**  
**UNIVERSITÁRIA - ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE )**  
**ÁREAS TEMÁTICAS | UNIVERSIDADE CIDADÃ | FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO**

**PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

**PROFISSIONAL CIDADÃO**

Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

### INSTRUMENTO DE MUDANÇA

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das instituições de ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

### SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

### OBJETIVOS

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;
- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;

- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

### METAS

Para a consecução dos objetivos propostos, é necessário estabelecer metas<sup>29</sup> no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade:

#### ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- Consolidação do Sistema de Informações sobre extensão universitária, através da implantação de Banco de Dados Inter-relacional, em até dois anos;
- inclusão das instituições públicas de ensino superior à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano;
- implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
- definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades, em até um ano;
- adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância, do MEC, em até três anos;
- institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em quatro anos;
- implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até dois anos;
- instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas de Extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos.

#### ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Desenvolvimento de programas e projetos de extensão ligados à:
  - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos;
  - preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até três anos;
  - melhoria da saúde e qualidade de vida da população brasileira, em até três anos;
  - melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso, em até dois anos;
- participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais, em até dois anos;

<sup>29</sup> Os prazos tomam como referência o ano de 1998, quando o Plano foi aprovado em plenária do Fórum

- promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular, em até dois anos;
- desenvolvimento, em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos.

### ÁREAS TEMÁTICAS

Este Plano Nacional se desdobrará em planos regionais e institucionais que considerarão as seguintes áreas temáticas<sup>30</sup>:

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos humanos
4. Educação
5. Meio ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia
8. Trabalho

### UNIVERSIDADE CIDADÃ

A construção dos planos regionais e institucionais tomará por base a delimitação do perfil geopolítico de cada região, a indicação das demandas sociais, a consequente definição de programas e projetos, e terá o suporte teórico e metodológico de acordo com o Programa Universidade Cidadã, que objetiva:

- a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política;
- ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- consolidação da organização das comunidades;
- ações assumidas coletivamente dando a elas caráter impessoal;
- identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;
- construção com todos os parceiros de projetos e atividades, permitindo a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;
- diálogo aberto entre universidade e comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;

---

<sup>30</sup> Julgou-se oportuno, aqui, substituir o texto original do Plano, a fim de consolidar o esforço de harmonização terminológica na classificação dos programas/projetos/atividades de extensão. Assim, foram adotadas as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e RENEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999, Brasília, no lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado em 1998, quais sejam: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural.

- parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

#### **FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO**

O financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo.

**Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras,  
Natal - RN, 8 de maio de 1998.**

**INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS****NORTE**

Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP  
Universidade da Amazonas - FUAM  
Universidade do Estado do Pará - UEPA  
Universidade Federal do Acre - UFAC  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP  
Universidade Federal do Pará -UFPA  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
Universidade Federal de Roraima - UFRR

**NORDESTE**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Universidade Estadual do Ceará - UECE  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB  
Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA/CE  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal do Ceará - UFCE  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE  
Universidade Federal de Sergipe - UFSE  
Universidade de Pernambuco - UPE  
Universidade Regional do Cariri - URCA/CE

**CENTRO-OESTE**

Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - FUEMS  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS  
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
Universidade de Brasília - UnB  
Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA  
Universidade Federal de Goiás - UFG  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

**SUDESTE**

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET/RJ

Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais - CEFET/MG

Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas

Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI

Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina

Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM

Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - FUNREI

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Universidade Federal Fluminense - UFF

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Universidade Federal de Lavras - UFLA

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Universidade Federal de Viçosa - UFV

Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO

Universidade de São Paulo - USP

**SUL**

Centro Federal de Educação Técnica do Paraná - CEFET/PR

Fundação Universidade do Rio Grande - FURG

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Universidade Estadual de Maringá - FUEM

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Secretaria de Educação Superior / Ministério da  
Educação - SESu / MEC

**ESTA EDIÇÃO****EQUIPE****Estabelecimento e revisão dos textos:**

Prof.<sup>a</sup> Jane Voisin (UESC-BA), Prof.<sup>a</sup> Dóris Santos de Faria (UnB), Prof.<sup>a</sup> Inês Luci Machado Carrijo (UFU), Prof. Edison José Corrêa (UFMG), Prof. Targino de Araújo Filho (UFSCar), Prof.<sup>a</sup> Malvina Tania Tuttman (UNIRIO).

**Revisão final:**

Prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Nora (UESC-BA)

**Website:**

Cesar Lawinsky (PROEX / UESC-BA)

A versão original do Plano Nacional de Extensão lançada em 1999 foi elaborada pelos membros da Coordenação Nacional do Fórum, gestão 1998/1999, com a participação do Prof. Luiz Roberto Lize Curi, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior, SESu / MEC.

**Bibliografia consultada, além dos documentos originais do Fórum:**

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.

**ANEXO B - Plano Nacional de Extensão Universitária 2011-2020**



*Fórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Instituições de Educação  
Superior Públicas Brasileiras*

# **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**Manaus-AM**

**Maio de 2012**

**Presidente:** Cipriano Maia de Vasconcelos - UFRN

**Vice-Presidente:** Sandra de Fátima Batista de Deus – UFRGS

**Secretaria Executiva:** Juliana Ribeiro - UnB

**Assessores Especiais:** Eunice Sueli Nodari - UFSC

Ney Cristina Monteiro de Oliveira – UFPA

Laura Tavares Ribeiro Soares - UFRJ

#### **Coordenadorias Regionais**

**Regional Norte** - Coordenador: Fernando Arthur de Freitas Neves - UFPA

**Regional Nordeste** - Coordenador: Eduardo Sílvio Sarmiento Lyra - UFAL

**Regional Sudeste** - Coordenador: Plínio Zornoff Táboas - UFABC

**Regional Sul** – Coordenadora: Gisele Alves de Sá Quimelli - UEPG

**Regional Centro-Oeste** – Coordenador: Oviromar Flores - UnB

#### **Coordenadorias Temáticas**

**Cultura** - Coordenadora: Dulce Tamara da Rocha - UFBA

**Comunicação** - Coordenador: José Felício Goussain Murade - UNITAU

**Direitos Humanos e Justiça** - Coordenadora: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira - UFPB

**Educação** - Coordenadora: Rita Patta Rache - FURG

**Meio Ambiente** - Coordenadora: Cristianne Cordeiro Nascimento - UEL

**Tecnologia e Produção** - Coordenador: Sergio Donizetti Zorzo - UFSCar

**Trabalho** - Coordenadora: Maria Conceição Almeida Vasconcelos - UFS

**Saúde** - Coordenador: José Roberto da Silva Brêtas - UNIFESP

#### **Elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária**

**Discussão e deliberação:** Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior

**Sistematização:** Laura Tavares Ribeiro Soares - UFRJ

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira - UFPB

**Redação Final:** Geralda Luiza de Miranda - UFMG

Maria das Dores Pimentel Nogueira - UFMG

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
1 OBJETIVOS.....	05
2 CAMINHOS PERCORRIDOS.....	06
3 CONTEXTO ATUAL.....	09
3.1 <b>Contexto internacional</b> .....	10
3.2 <b>Realidade brasileira</b> .....	11
3.3 <b>Políticas públicas</b> .....	12
3.4 <b>Universidade brasileira</b> .....	13
3.5 <b>Extensão Universitária</b> .....	14
4 CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	15
5 DIRETRIZES PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	16
5.1 <b>Interação Dialógica</b> .....	16
5.2 <b>Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade</b> .....	17
5.3 <b>Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão</b> .....	18
5.4 <b>Impacto na Formação do Estudante</b> .....	19
5.5 <b>Impacto e Transformação Social</b> .....	20
6 FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	21
6.1 <b>Princípios básicos</b> .....	21
6.2 <b>Desafios para a Extensão Universitária</b> .....	22
6.3 <b>Ações políticas</b> .....	23
6.3.1 <i>Normatização e implementação da Extensão Universitária</i> .....	23
6.3.2 <i>Articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas</i> .....	24
6.3.3 <i>Articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais</i> .....	26
6.3.4 <i>Articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos</i> .....	27
6.3.5 <i>Apoio à ampliação e democratização do ensino superior</i> .....	27
7 FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	28
8 UNIVERSALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	29
9 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	31
10 AGENDA ESTRATÉGICA.....	33
11 REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO: Universidades integrantes do FORPROEX .....	37

*A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.*

Boaventura de Souza Santos (2004)

## APRESENTAÇÃO

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) apresenta às Universidades Públicas e à sociedade brasileira a presente Política Nacional de Extensão Universitária. Com essa iniciativa, dá-se materialidade ao compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública<sup>31</sup>, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

A deliberação desta Política desenvolveu-se de forma ampla e participativa nos últimos três anos, tanto no âmbito do FORPROEX quanto no das próprias Universidades Públicas. Uma versão preliminar do documento, que partiu de discussões prévias sobre os limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão de 1999, foi apresentada no XXVI Encontro Nacional, realizado em novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No XXVII Encontro Nacional, realizado em Fortaleza (CE), em julho de 2010, o documento foi amplamente discutido. Incorporadas as contribuições dos representantes das Universidades Públicas signatárias, esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012.

A adesão de instituições públicas de educação superior não integrantes do FORPROEX a esta Política denota seu compromisso com o conceito, diretrizes, princípios e objetivos da Extensão Universitária por ela estabelecidos, e com os valores civilizatórios que orientaram sua construção. Com esse escopo, tal compromisso é passível de convivência harmoniosa com o princípio da autonomia universitária, não subtraindo das Universidades Públicas a liberdade de decidir sobre seus programas e ações de Extensão Universitária específicos. Os mencionados conceito, princípios, diretrizes e objetivos constituem uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua (re)construção e aprimoramento contínuos. Nesse sentido, eles podem e devem mudar de forma a permanecerem em consonância com as mudanças que se fizerem no âmbito da sociedade e da própria Universidade Pública brasileira.

Concebendo esta Política como uma conquista da Universidade Pública e, portanto, da própria sociedade brasileira, o FORPROEX convida professores, alunos e técnico-administrativos a empreenderem os esforços necessários para dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento efetivo na (re)formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária.

---

<sup>31</sup> Neste documento, ao se mencionar o termo Universidade Pública, inclui-se toda a diversidade de instituições públicas de educação superior (IPES), como universidades, centros de ensino e faculdades federais, estaduais e municipais, bem como os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. No Anexo, é apresentada lista das Universidades Públicas signatárias do FORPROEX com os respectivos representantes.

## 1 OBJETIVOS

Esta Política Nacional de Extensão Universitária reafirma os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX. Muitos deles foram formalizados no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1999, aos quais se acrescentam outros que se fazem necessários para o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária. São estes os objetivos<sup>32</sup>:

1. reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;\*
2. conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;
3. contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;
4. conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras;
5. estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;\*
6. criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;\*
7. possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;\*
8. defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
9. priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
10. estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a

---

<sup>32</sup> Objetivos marcados com asterisco.

- qualidade da educação em todos os níveis;
11. considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;\*
  12. estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;\*
  13. tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;\*
  14. valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;\*
  15. atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latinoamericana.

## 2 CAMINHOS PERCORRIDOS

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos.

No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças de que carecia o País, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática. Não obstante o dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária.

Instalada a ditadura militar, foram promovidas, embora com modificações, as tão demandadas reformas de base. No âmbito da educação, houve três iniciativas importantes. As duas primeiras referem-se à criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon. Apesar de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses dois projetos tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando-lhe novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural.

A terceira iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), a qual estabeleceu que "(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a

forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20) e instituiu a Extensão Universitária. Os termos dessa institucionalização foram os seguintes: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento; (...)” (Artigo. 40) (NOGUEIRA, 2005).

Novas iniciativas na área surgiram na primeira metade da década de 1970, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, cuja atribuição foi a de propor medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária. Entre as propostas dessa comissão, destaca-se a de criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que foi levada a termo em 1974. Entre as primeiras produções da CODAE, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Neste, sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005).

Os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do processo de “abertura lenta e gradual” do Regime Militar. Indicando a revitalização da sociedade civil e da sociedade política brasileiras, no final da década de 1970 e início da de 1980, surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais; foram feitas reformas na legislação partidária, que permitiram a criação de novos partidos políticos; e, por fim, foi aprovada a anistia política.

No seio da luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública.

O reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, são marcos importantes, na medida em que propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, um novo conceito foi pactuado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um

conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Em consonância com as definições pactuadas no FORPROEX, a Constituição de 1988 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Artigo 213, § 2º).

Na esteira desse significativo avanço na institucionalização da Extensão Universitária – seu reconhecimento constitucional –, novos progressos foram estabelecidos pelo MEC, sob forte estímulo e ampla colaboração do FORPROEX, com a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993. As principais contribuições deste referem-se ao financiamento da Extensão Universitária e à elaboração teórico-conceitual, especificamente a definição das diretrizes e objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação.

Em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394), de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43) e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (Artigos 44, 52, 53 e 77).

Outra iniciativa importante, no sentido da institucionalização da Extensão Universitária, foi o Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX, em 1998. Por meio desse plano, busca-se o seguinte: “1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticas que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas (...); 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País” (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 92).

Avançando na mesma direção, o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 (PNE 2001-2010) (Lei nº 10.172), aprovado em 2001, estabelece a responsabilidade das Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, e institui que “no

mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23).

Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública.

Não obstante os avanços em termos de institucionalização, concepções e metodologias relativas à Extensão Universitária, há ainda um longo caminho a percorrer, tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar e os desafios em presença nos contextos nacional e internacional, assim como no âmbito das próprias Universidades Públicas.

### **3 CONTEXTO ATUAL**

A sensação de que se vive em uma época de grandes transformações, que se desdobram em novos desafios e oportunidades, deixou de ser um dado subjetivo para se tornar uma diretriz que orienta a agenda de governos e a atuação de movimentos sociais, partidos políticos e organizações públicas e privadas, inclusive instituições de educação superior e centros de pesquisa.

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. Mas a efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade.

### 3.1 Contexto internacional

Se a aceleração dos processos de mudança social e política provocaram, na primeira metade do século XX, questionamentos dos paradigmas conservadores e mecanicistas, típicos do positivismo, nas últimas décadas do século XX, o ritmo das mudanças pareceu desencadear uma crise de amplas proporções, uma crise civilizatória na visão de alguns, expressa na inter-relação e interdependência de variadas crises. Crises ambiental e urbana, patentes na degradação do meio ambiente e das condições de vida nas grandes cidades; crise do emprego, com seus desdobramentos na precarização das relações e condições do trabalho e desconstituição de direitos trabalhistas; crise do Estado de Bem-Estar, indicada pela erosão de direitos sociais; crise da administração burocrática, evidenciada pela ineficiência e ineficácia de políticas públicas. A esse quadro sombrio, somam-se a crise energética, a crise econômica e, não menos importante, a crise cultural, manifestada na mercantilização de bens simbólicos e na alienação. Em meio a tantas crises, atores políticos e sociais, à esquerda e à direita do espectro ideológico, têm pressionado por reformas do Estado. Mas, nos países em que se conseguiu avançar nessas reformas, sua direção e resultados ainda não estão claros.

É nesse contexto que a Universidade está desafiada a atuar. Cabe a ela promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo ingênuo. Enquanto instituição produtora do conhecimento, a Universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. Instrumentos científicos, sim, mas sustentados por um compromisso ético e pela paixão que impulsiona o engajamento na busca de um mundo melhor.

Reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar e superar. Trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança. É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária, como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País. Nesse último aspecto, temos dois conjuntos de iniciativas recentes dignas de menção. O primeiro é constituído pelos intercâmbios e parcerias construídos pelas Universidades Públicas brasileiras com instituições da África e outros países da América Latina; o segundo refere-se à criação de Universidades destinadas a fomentar a integração regional, como a Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essas iniciativas abrem possibilidades efetivas de criação de um ambiente multicultural, de igualdade e de respeito entre as nações desses continentes, assim como de formação de profissionais e pesquisadores voltados para seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

### 3.2 Realidade brasileira

O Brasil de hoje combina traços de seu passado conservador e autoritário com as inovações institucionais forjadas na luta pela redemocratização. Ainda mantemos nossa antiga tradição de modernizar sem alterar as estruturas sociais, como diria Barrington Moore.

O clientelismo, o patrimonialismo e a corrupção ainda perpassam as práticas que queremos democráticas, transparentes. A desigualdade de renda e de posse da terra, as diferenças no acesso a bens e serviços, as disparidades regionais, a discriminação dos negros, indígenas e mulheres, entre outras mazelas, convivem com o dinamismo econômico, com a inovação tecnológica, enfim, com o desenvolvimento. Orgulhamo-nos de estar entre as dez maiores economias do mundo, mas frequentemente negligenciamos o fato de ocuparmos a 84ª posição no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nas cidades, a afluência e a modernidade convivem com a miséria mais abjeta e com estruturas arcaicas de produção econômica e de oferta de bens públicos; a fome ainda é saciada, quando o é, com os restos jogados no lixo; fenômenos naturais, como as chuvas, ainda destroem vidas e bens materiais, em virtude da falta de infraestrutura urbana; pessoas ainda morrem nas filas dos hospitais públicos; crianças e idosos ainda perambulam pelas ruas das cidades, em abandono. Embora as camadas pobres sejam sempre as mais atingidas pela falta de bens públicos, é inegável que todos sofrem com a violência e a poluição, perdem horas de trabalho e repouso em um trânsito caótico, entre outras mazelas. No campo, persistem as desigualdades de renda e de posse da terra, alimentando a violência. A modernização da agricultura e a falta de perspectivas de melhorias nas condições de vida continuam expulsando grandes contingentes de jovens, quando não de famílias inteiras, para as cidades, especialmente as do Sul e do Sudeste.

Se a esse quadro sombrio não faltam evidências, também não faltam indicações consistentes de que estamos caminhando para um Brasil melhor. A desigualdade de renda tem diminuído sob o efeito de políticas nacionais de transferência de renda mais consistentes (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), dos aumentos reais no salário mínimo e na taxa de emprego. As políticas sociais, em especial as de saúde, educação e assistência Social, têm-se fortalecido também nacionalmente. As instituições democráticas, estabelecidas pela Constituição de 1988, têm adquirido substância com a ampliação das liberdades civis, o fortalecimento dos partidos políticos e dos mecanismos e fóruns de participação e controle sociais; por exemplo, os conselhos deliberativos e consultivos, as conferências, as comissões intergestores. É inegável que os direitos civis, políticos e sociais alcançaram, a partir da Constituição de 1988, proporções e conteúdos ainda não experimentados no Brasil.

Mas os avanços, em termos históricos, na garantia de direitos de cidadania não nos colocam, em termos comparativos internacionais, na posição que queremos e podemos, enquanto sociedade, ocupar. Direitos civis e políticos têm o mérito de colocar na agenda dos governos os problemas sociais, mas é preciso mais que isso para que políticos e burocratas sejam capazes de decidir e implementar políticas públicas efetivas para sua solução.

### 3.3 Políticas públicas

Um Estado efetivo em suas intervenções econômicas e sociais não é apenas um Estado dotado com uma classe política responsiva, responsável e responsabilizável; é também um Estado dotado de recursos financeiros e materiais e de uma burocracia com capacidade de fazer uso competente desses recursos.

Recursos financeiros são sempre escassos e sua utilização sempre envolve “escolhas trágicas”, como diz Wanderley Guilherme dos Santos (1987). Capacidade burocrática, por outro lado, é construída com empenho político, criatividade institucional, tecnologias e investimentos em formação profissional. É também nesse ponto que entra o papel das Universidades, especialmente a pública. Enquanto instâncias produtoras do conhecimento, elas devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses ‘produtos’ estejam afinados com os valores e interesses sociais.

Não é preciso repetir aqui a importância da Extensão no cumprimento dessa missão da Universidade Pública. Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer.

Nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético. Se o desenvolvimento econômico pode, eventualmente, ser promovido com boas teorias, tecnologias inovadoras e profissionais competentes, o desenvolvimento sustentável e humano requer mais que isso. Tecnologias, técnicas e teorias não são neutras. Por exemplo, as tecnologias e técnicas utilizadas na construção de moradias, no saneamento básico, no transporte urbano podem favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros; as teorias que orientam o desenho das políticas sociais são quase sempre ideologicamente enviesadas, e a escolha de um desenho ou outro envolve valores imponderáveis, não redutíveis a cálculos precisos.

Por tudo isso, a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e avaliá-las.

### **3.4 Universidade brasileira**

Como ocorre nos âmbitos internacional e nacional, também no da Universidade Pública brasileira encontramos limites, de natureza estrutural e conjuntural, e possibilidades que desafiam a criatividade política, institucional e organizacional. Entre os limites, destacam-se o financiamento instável, que prejudica a continuidade dos projetos; o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira. Em seu conjunto, essas limitações, caso não enfrentadas, colocam riscos ao cumprimento da missão da Universidade Pública de produzir um conhecimento capaz de induzir um desenvolvimento ético, humano e sustentável.

Mas a conjuntura brasileira, em suas dimensões política, social e econômica, também tem aberto possibilidades importantes. Evidências nessa direção também não faltam: o Plano de Expansão com Interiorização das IFES, de 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, representam oportunidades efetivas de expansão do ensino superior gratuito e de melhorias nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. A essas duas importantes iniciativas, acrescentam-se o reordenamento e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses projetos indicam claramente fortes investimentos federais na Universidade Pública e, junto com o Programa de Financiamento do Estudante (FIES), denotam a importância conferida à educação superior em um movimento mais geral de valorização do ensino.

Observa-se também que o debate sobre os destinos da Universidade Pública foi democratizado. Diferentes setores têm participado da discussão em torno do desenho das políticas educacionais e de seu impacto sobre a qualidade do Ensino, a ampliação de vagas, o acesso e a permanência de estudantes de todas as classes sociais. Embora predominantes na esfera federal, as políticas de ampliação do ensino superior e o debate em torno de melhorias em sua implementação também têm ocorrido nos níveis estadual e municipal. Mas nestes, há bastante variação, com alguns estados e municípios investindo fortemente, enquanto outros desestruturam o pouco que já foi construído.

### **3.5 Extensão Universitária**

Como não poderia deixar de ser, os limites e possibilidades da Universidade afetam diretamente o desenvolvimento da Extensão Universitária. Também aqui, verificam-se avanços, desafios e possibilidades.

Entre os avanços, dois merecem destaque. O primeiro diz respeito à institucionalização da Extensão. Vale lembrar o preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, a importância conferida pela LDB às atividades extensionistas e a destinação, feita pelo PNE 2001-2010, de 10% da creditação curricular a essas atividades. Mas o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas

Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, mas restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas Universidades ou departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão Universitária em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem menção especial. O primeiro é o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), mencionado anteriormente, que formalizou conceitos importantes e inaugurou o financiamento das ações extensionistas, em 1993. Interrompido em 1995, o Programa foi retomado em 2003, sob a denominação Programa de Extensão Universitária (PROEXT). A partir de então, esse programa tem adquirido crescente relevância em termos de quantidade de recursos investidos e de qualidade das ações desenvolvidas. Seu objetivo de acordo com Nogueira (2005), é o de “implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática” (p. 51). O segundo programa, desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), desde 2005, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU), é o Conexões de Saberes, recentemente denominado Programa de Educação Tutorial – PET/Conexões.

Assim, a institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas importantes de sua implantação e implementação. Mas é preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que ela ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua importância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública.

A implantação de normas internas e a implementação de ações extensionistas, de forma a promover mudanças na Universidade Pública, devem estar orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão Universitária.

#### 4 CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A partir de um debate amplo e aberto, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o FORPROEX apresenta às Universidades Públicas e à sociedade o conceito de Extensão Universitária:

*A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.*

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

O conceito de Extensão Universitária e as diretrizes pactuadas no âmbito do FORPROEX, tratadas na próxima seção, cumprem papel essencial na orientação da prática extensionista.

#### 5 DIRETRIZES PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no FORPROEX, de forma ampla e aberta (NOGUEIRA, 2000), são as seguintes: *Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante* e, finalmente, *Impacto e Transformação Social*.

A expectativa é de que essas diretrizes, em conjunto, contribuam para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004), quais sejam, a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. A primeira resulta das contradições entre a função tradicional da Universidade de formar conhecimentos exemplares, nos âmbitos científico e humanístico, e a função de produzir padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, exigidos pelo desenvolvimento capitalista no século XX. A crise de legitimidade tem origem, de acordo com Boaventura, no fato de "(...) a Universidade

ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes (...), por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da Universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, por outro”. Por fim, a crise institucional deriva-se, também nas palavras do autor, da “(...) contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objectivos da Universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (p. 5, 6).

### **5.1 Interação Dialógica**

A diretriz *Interação Dialógica* orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não-estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária.

Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz *Interação Dialógica* atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária.

### **5.2 Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade**

É um truísmo dizer que a realidade social é complexa, mas talvez não o seja argumentar que qualquer intervenção ou ação destinada a alterá-la deve levar em conta essa complexidade sob pena de se tornar estéril ou ineficiente. Por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holistas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo.

A diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

### **5.3 Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão**

A diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Universitária, a todos envolvidos; por exemplo, alunos, professores, técnico-administrativos, pessoas das comunidades, estudantes de outras Universidades e do ensino médio. Dessa maneira, emerge um novo conceito de ‘sala de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante – professor - comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a

aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais.

Ainda no âmbito da relação Extensão - Pesquisa, esta Política propugna fortemente o desenvolvimento de dois processos na vida acadêmica. O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais.

#### **5.4 Impacto na Formação do Estudante**

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pela PNE 2001-2010, a participação do estudante nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária.

Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das Universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente. Essa estruturação normativa e legal deve orientar o estabelecimento de regras relacionadas a campo de estágio, composição de grade curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares.

Desnecessário dizer que a incorporação da estrutura legal e normativa da Extensão Universitária na formulação dessas regras deve levar em conta as especificidades de cada localidade e Universidade.

### 5.5 Impacto e Transformação Social

A diretriz *Impacto e Transformação Social* reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Sociais* imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político.

Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve também sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos – impacto e transformação da sociedade e da Universidade –, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta Política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de *Interação Dialógica*, *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* e, por fim, *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão*. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham.

## 6 FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O preceito constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e os institutos consagrados à Extensão Universitária na LDB e no PNE 2001-2010 denotam sua institucionalização no âmbito formal. Por seu caráter vinculatório, essas iniciativas representam a consolidação de uma etapa decisiva na construção da política de Extensão Universitária. Mas ainda há muito a ser feito para o fortalecimento dessa política, em termos de sua implantação e implementação.

Esta seção trata dos princípios norteadores das ações extensionistas que devem reger a caminhada rumo a esse fortalecimento, bem como dos desafios a serem enfrentados e ações políticas a serem desenvolvidas nessa trajetória.

### 6.1 Princípios Básicos

Os princípios norteadores das atividades extensionistas, pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987, são os seguintes:

1. a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. a Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. a ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

À luz desses princípios, o fortalecimento da Extensão Universitária está diretamente relacionado com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa.

## 6.2 Desafios para a Extensão Universitária

A conjuntura atual, em geral favorável à expansão e consolidação da Extensão Universitária, é também desafiadora, na medida em que suscita expectativas de criação de paradigmas contra-hegemônicos que se primem pelo espírito colaborativo. Dentre os inúmeros desafios, destacam-se os seguintes:

1. redefinir e ampliar a chancela institucional das ações de Extensão Universitária, por parte das Universidades Públicas, de forma a imprimir a estas maior transparência, o que está em consonância com sua missão, tal como definida pelas mudanças correntes na educação superior;
2. estimular, por meio da Extensão Universitária, o protagonismo estudantil no processo de mudança da educação superior, tanto em âmbito nacional quanto subnacional (estadual e mesmo municipal);
3. garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas – particularmente na área de *prestação de serviços* - que têm carecido dessa dimensão;
4. exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do *status quo*;
5. fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;
6. estabelecer bases sólidas de financiamento da Extensão Universitária, imprimindo aos processos, publicidade, transparência e continuidade, priorizando projetos vinculados a programas e, finalmente, superando a fragmentação e o caráter eventual dos recursos destinados às ações extensionistas;
7. definir o papel dos editais, dos planos plurianuais e dos orçamentos autônomos das Universidades Públicas, em relação a uma política regional e nacional de financiamento das ações de Extensão Universitária;
8. atualizar as áreas temáticas da Extensão Universitária, de forma a aumentar seu grau de consonância com os desafios contemporâneos e com as demandas inter e transdisciplinares;
9. atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica;

10. incorporar, ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão, aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão Universitária;
11. priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo;
12. assegurar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e efetivas nas ações de Extensão Universitária, de forma a garantir seu fortalecimento;
13. contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida.

### **6.3 Ações políticas**

As ações políticas que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária, também pactuadas no âmbito do FORPROEX, são sua normatização e implementação no âmbito das Universidades Públicas, o incremento da articulação das ações extensionistas com as políticas públicas, os movimentos sociais e os setores produtivos da sociedade e, por fim, o apoio às iniciativas de ampliação e democratização do ensino superior (FORPROEX, 2007).

#### *6.3.1 Normatização e implementação da Extensão Universitária*

O fortalecimento da Extensão Universitária requer torná-la parte do pensar e do fazer cotidiano da vida acadêmica. Isto exige, por sua vez, a adoção efetiva das normas e regras já instituídas, destacadamente o preceito constitucional, os institutos estabelecidos pela LDB e PNE 2001-2010, assim como o conceito de Extensão Universitária, as diretrizes e os princípios, pactuados no âmbito do FORPROEX.

Se a Constituição de 1988, a LDB e a PNE 2001-2010 têm caráter vinculatório, imperativo, a atenção aos parâmetros pactuados no âmbito do FORPROEX tem por objetivo imprimir maior homogeneidade nacional às ações de Extensão Universitária e um direcionamento condizente com os anseios de grande parte da academia e da própria sociedade brasileira. Assim, esses parâmetros não prejudicam a autonomia das instâncias de deliberação superior das Universidades Públicas, especificamente a do Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ou órgão similar), e, provavelmente, não contrariam decisões já formalizadas em Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, resoluções etc.

Nas discussões realizadas nos Encontros Nacionais do FORPROEX, concluiu-se que, entre os diversos aspectos da rotina acadêmica relacionados com a Extensão Universitária, devem ser construídos e normatizados, com prioridade, os seguintes:

- processo de aprovação das ações de extensão;
- processo de monitoramento e avaliação da extensão, inclusive com definição de indicadores;
- formas de financiamento da Extensão Universitária;
- programas de bolsa de Extensão para estudantes;
- formas de participação do estudante nas ações de extensão;
- flexibilização curricular;
- integralização curricular de créditos em atividades extensionistas;
- valorização da participação do docente nas ações extensionistas;
- formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações extensionistas;
- formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados com atividades extensionistas específicas.

### *6.3.2 Articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas*

A importância da articulação da Universidade Pública, em geral, e da Extensão Universitária, em particular, com as políticas públicas vai além da contribuição indireta das atividades extensionistas na produção do conhecimento e na formação de profissionais qualificados para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, conforme tratado anteriormente (subseção 3.5). Essa articulação constitui-se também em iniciativa importante para o fortalecimento da própria Extensão Universitária.

Os efeitos positivos da articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas podem advir, em primeiro lugar, de uma contribuição direta dos atores acadêmicos, por meio de suas ações extensionistas, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente as sociais, favorecendo, assim, o próprio fortalecimento das ações de extensão a elas vinculadas, em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade. Também nesse tipo de articulação, é importante ter claro que a contribuição da Extensão Universitária deve estar pautada não apenas pela competência acadêmica, mas também pelo espírito crítico e pela autonomia. A Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições.

Em segundo lugar, a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, sob a forma de participação direta em sua formulação e implementação, apresenta potencial de contribuição para a superação

da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, bem como do caráter muitas vezes residual e temporário de seu financiamento. Ao se incrementar o grau de coerência de políticas, programas e projetos públicos e se assegurar fontes estáveis para seu financiamento, garante-se também a sustentabilidade financeira e a continuidade das ações de Extensão Universitária a eles vinculadas.

Por fim, esta Política propugna, também conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, que a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas esteja orientada pelo compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação.

Com esse escopo e compromisso, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas, deve, conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação.

Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Esse leque, obviamente, não esgota todos os focos de política social, e discussões sobre sua ampliação já estão na agenda do FORPROEX.

O eixo Território destina-se à promoção da integração, em termos espaciais, das ações extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam. Essa integração faz-se necessária porque, como diz Brasil (2004), o território, em si mesmo, pode se constituir tanto em “matriz de reprodução de desigualdades sociais e de exclusão, vinculadas às condições precárias de vida urbana e às dimensões qualitativas de pobreza urbana para um contingente expressivo da população”, quanto em espaço de “construção de representações sociais negativas (internas e externas)” (p. 54). A integração espacial de intervenções públicas surge como estratégia excelente para contra-arrestar esses efeitos negativos do território, especialmente se orientadas pela diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

O eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, em grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social. Como no eixo Território, a integração de intervenções em grupos populacionais específicos visa contra-arrestar a incidência simultânea de um conjunto de carências, de falta de capacidades, nos termos de Amartya Sen (2010), e deve estar ancorada, como no eixo anterior, na diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

As áreas de atuação prioritárias, na articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, são as seguintes:

- preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;

- melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

A atuação nessas áreas prioritárias pode se beneficiar de contribuições da Extensão Universitária destinadas a fortalecer os espaços e fóruns de participação social estabelecidos no período pós-constitucional; por exemplo, os conselhos e as conferências. Isto porque esses fóruns participam do processo decisório relacionado às políticas públicas, definindo destinação de recursos, desenhos de políticas etc., assim como do controle dos atos das burocracias encarregadas de sua implementação. Entre as atividades extensionistas que podem contribuir para esse fortalecimento, estão os cursos de capacitação para conselheiros, que podem incrementar suas habilidades e capacidades.

### *6.3.3 Articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais*

O fortalecimento da Extensão Universitária e seu compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação também são favorecidos pela articulação das ações extensionistas com os movimentos sociais que organizam e expressam os interesses dos segmentos que se encontram nessas condições, sejam eles nacionais ou locais.

Como na articulação com as políticas públicas, a articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais também deve estar pautada pela competência, espírito crítico e autonomia, mas deve também buscar preservar a autonomia desses movimentos, estabelecendo com eles relações horizontais, de parceira, renunciando, assim, a qualquer impulso de condução ou cooptação. Esta é uma das esferas de Extensão Universitária em que a diretriz de interação dialógica adquire centralidade. Na interação com os movimentos sociais, a Universidade apreende novos saberes, valores e interesses, os quais são importantes para a formação de profissionais mais capazes de promover um desenvolvimento ético, humano e sustentável. Ao mesmo tempo, a Universidade pode contribuir com os movimentos sociais oferecendo cursos de capacitação, atualização e ou de formação de lideranças e quadros. Exemplo de iniciativa nessa direção é a organização de seminários ou encontros destinados a estimular reflexões conjuntas sobre temas da realidade brasileira ou internacional.

#### *6.3.4 Articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos*

A articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos da sociedade completa o leque de articulações que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária. Também aqui, a diretriz *Interação Dialógica* e o compromisso com enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação adquirem centralidade.

Se essa centralidade não é autoevidente, ela não é, no entanto, difícil de ser percebida. Por meio da interação dialógica com os setores produtivos, possibilitada pelas ações extensionistas, a Universidade toma conhecimento dos problemas, desafios e interesses dos setores referidos ao processo de acumulação e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País, o qual, por sua vez, tem, em contextos democráticos, efeitos positivos na qualidade de vida da população, inclusive dos setores de renda mais baixa e dos excluídos.

Embora todos os setores produtivos devam ser contemplados, sem discriminação, alguns têm sido focos mais frequentes de ações extensionistas, em virtude de seu impacto mais direto sobre as condições de vida dos setores mais vulneráveis da população. Entre eles, destacam-se aqueles comprometidos com a economia solidária e tecnologias sociais.

#### *6.3.5 Apoio à ampliação e democratização do ensino superior*

No Brasil, um dos grandes desafios atuais é superar o ainda restrito acesso dos jovens ao ensino superior, situado em patamares muito inferiores aos de outros países da América Latina. Partindo do entendimento de que o acesso universal a esse nível de ensino é um direito, o FORPROEX apoia toda e qualquer iniciativa governamental que amplie e democratize esse acesso, como as que foram empreendidas na década de 2000, assim como aquelas destinadas a diminuir a evasão dos estudantes, especialmente aqueles de classe baixa, que encontram maior dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Entre as iniciativas que podem contribuir para ampliar o acesso, estão os cursos preparatórios para as provas de ingresso no ensino superior, que podem ser oferecidos pela Extensão Universitária; entre as que podem contribuir para diminuir a evasão, estão a disponibilização de bolsas de Extensão Universitária, que permitem aos estudantes de menor renda dedicarem mais tempo aos estudos, e as monitorias, que os auxiliam a superar deficiências de conteúdo.

## 7 FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O fortalecimento da Extensão Universitária depende também de mudanças em seu processo de financiamento, de forma a garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior estabilidade, solidez e transparência destes, assim como sua focalização em áreas prioritárias.

A estabilidade, solidez e transparência do financiamento são logradas principalmente pela garantia de recursos públicos, tanto da União, estados e municípios quanto das próprias Universidades, desde que alocados por meio de procedimentos publicizados e compreensíveis ao cidadão comum. É importante também que essa alocação seja feita de forma integrada, priorizando-se o financiamento de projetos e programas, de forma a superar a fragmentação e o caráter eventual do financiamento, maximizando-se, assim, sua utilização. A focalização de recursos pode ser alcançada por meio dos editais, cuja multiplicação tem possibilitado a expansão da Extensão Universitária. Considerando o importante efeito desses instrumentos na indução das políticas públicas, são necessários, doravante, esforços no sentido de garantir sua incidência sobre as áreas de atuação definidas como prioritárias da Extensão Universitária.

A inserção da Extensão Universitária no Decreto nº 7.233, de 2010, que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais, no âmbito do MEC, foi uma iniciativa importante para a garantia de financiamento público para as ações extensionistas, com as qualidades acima enumeradas. Mas sua materialização depende do atendimento de exigência prevista no próprio decreto, qual seja, “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (Artigo 4º, § 2º, inciso VIII). Assim sendo, deve ser providenciada, com urgência e qualidade, a construção desses indicadores.

Quatro outras iniciativas, propugnadas por esta Política e amplamente discutidas no âmbito do FORPROEX, também podem favorecer a garantia de recursos públicos para as ações extensionistas. A primeira refere-se à inclusão da Extensão Universitária nos planos plurianuais do Governo Federal, de forma a possibilitar o planejamento de ações de longo prazo e a continuidade de seu financiamento. A segunda iniciativa é a inclusão da Extensão nos orçamentos das Universidades Públicas, o que, se atendida a reivindicação da ANDIFES de institucionalização de orçamentos universitários plurianuais e autônomos, também pode gerar efeitos positivos sobre a qualidade do financiamento público das ações extensionistas. A terceira iniciativa aqui propugnada se refere à criação de um Fundo Nacional de Extensão, para o qual sejam alocados os recursos provenientes dos órgãos públicos, inclusive de agências de fomento. Os repasses dos recursos desse fundo para as Universidades Públicas deverão ser feitos por meio de regras claras e amplamente pactuadas, de forma a imprimir a necessária transparência à sua gestão. Por último, a quarta iniciativa que poderá favorecer o financiamento público é a ampliação do escopo dos editais das agências de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. Essa ampliação deve ocorrer no sentido de incorporação do financiamento da Extensão Universitária de forma complementar e integrada ao financiamento da Pesquisa.

Por fim, esta Política reafirma, também como amplamente discutido no FORPROEX, que o financiamento público da Extensão Universitária não exclui a possibilidade de captação de recursos privados, por meio de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas temáticas, e de articulações políticas com agências de desenvolvimento. A questão importante não é tanto a origem dos recursos, mas sim sua utilização de acordo com o conceito, as diretrizes e os princípios da Extensão Universitária.

## **8 UNIVERSALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Com base no preceito constitucional de Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, esta Política propugna fortemente a universalização da Extensão Universitária na educação superior e a consonância dessa universalização com os institutos estabelecidos pela LDB e pelo PNE 2001-2010. Têm surgido alguns questionamentos sobre a viabilidade e as reais condições para a implementação dessa legislação, mas já existem experiências extremamente positivas nessas direções, cujo efeito é o de fortalecimento da Extensão Universitária.

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo nelas um novo significado com a adoção dos novos conceitos de ‘sala de aula’ e de ‘eixo pedagógico’. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento.

O PNE 2001-2010 estabeleceu metas da maior importância para o desenvolvimento da Extensão Universitária, mas avaliações sobre seu grau de realização não se encontram disponíveis. As metas são as seguintes:

“Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional” (meta 21);

“Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão” (meta 22);

“Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no

mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (meta 23).

No Projeto de Lei nº 8.035, que propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, essa última meta é reafirmada: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (meta 12.7). Indica-se, portanto, a disposição de reafirmar, no decênio que se inicia, a centralidade da Extensão Universitária na formação profissional e produção do conhecimento. Esta Política também reafirma essa centralidade e convoca os órgãos acadêmicos responsáveis a adotarem-na na estruturação das respectivas estruturas curriculares e práticas acadêmicas. Certamente, esse processo demanda discussões e construção de consensos nos âmbitos interno e externo de cada Universidade Pública. Acredita-se que essas discussões e construção devem ser, preferencialmente, mediadas pelo MEC, de forma a imprimir maior homogeneidade à implantação da Extensão Universitária no território nacional.

A integralização curricular de ações extensionistas está estreitamente relacionada com a flexibilização dos currículos, sobre a qual já se desenvolveu um amplo debate. Construído o consenso de que o estudante deve ser protagonista de sua formação acadêmica, a Extensão Universitária tem sido espaço privilegiado de experiências enriquecedoras para estudantes, professores e técnico-administrativos. Por meio das ações de Extensão Universitária, esses atores têm apreendido problemáticas que afetam grandes segmentos da população brasileira, contribuindo na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as sociais, tornando-as mais eficazes e efetivas na solução dos problemas, bem como produzido conhecimento novo em suas áreas de interesse. O envolvimento de todas as instâncias acadêmicas e administrativas, de todos os estudantes, professores e técnicos administrativos é essencial para esse resultado, conforme explicitado pelo FORPROEX:

Embora este seja um ideal ainda a ser alcançado, um requisito para a existência das ações de extensão é o de envolver os estudantes, sua razão de ser. Em suma, deve se justificar tanto pela perspectiva acadêmica como social. Assim, sem que se coíba a iniciativa de novas proposições – que podem se originar, por exemplo, de áreas de pesquisa dos docentes ou de novas áreas de atuação, não tendo ainda um impacto direto sobre a formação do estudante – o estímulo e a orientação a serem dadas aos proponentes das ações devem ser no sentido de se buscar este componente formativo, seja na perspectiva técnico-profissional e na de formação política, cidadã. (FORPROEX, 2007, p. 52)

Certamente, a universalização da Extensão Universitária, por meio de sua normatização e efetiva implementação no âmbito dos departamentos acadêmicos (ou órgãos similares), não é um processo fácil. Há não apenas disputas de interesses organizacionais, mas também de ideias em torno de qual seria o modelo ideal de Universidade Pública.

Esta Política parte do suposto de que não se constrói uma Universidade com imposição de modelos excludentes e unívocos. Universidade é um espaço cuja riqueza se sustenta justamente na diversidade, na universalidade, na coexistência de múltiplas concepções, teorias, metodologias e processos. A preservação da

diversidade depende da tolerância, da construção de espaços e processos dialógicos que permitam superar o conflito em direção à cooperação. Nessa perspectiva, se existe um modelo ideal, este deve ser, especialmente na Universidade Pública, o de Universidade Democrática. Apenas sendo democrática e, portanto, plural, diversa, tolerante e inclusiva, a Universidade poderá desempenhar a contento sua missão de contribuir para o desenvolvimento, em suas dimensões ética, humana, social e econômica, que a sociedade brasileira anseia e precisa.

## **9 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A contribuição das ações extensionistas para a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos e sua efetividade para a transformação da Universidade e da sociedade dependem também da construção de um sistema de informações e de indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam a avaliação das ações extensionistas.

Esse sistema de monitoramento e avaliação deve ter abrangência nacional, pelo menos quanto aos aspectos mais gerais das ações extensionistas. No que se refere a esses aspectos, o sistema deve ser construído em parceria com instituições de caráter nacional, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do MEC, e estar articulado com os sistemas de monitoramento e avaliação já existentes; por exemplo, o Censo da Educação Superior. Sistemas de âmbito local ou regional podem ser construídos, de forma articulada ou não com um sistema nacional, de forma a complementarem o registro de informações ou a avaliação de ações extensionistas específicas.

Considerando a importância de se mensurar a contribuição oferecida pelas ações extensionistas para a produção e transmissão do conhecimento e transformação social, o FORPROEX fez proposições para orientar a construção de um sistema de monitoramento e avaliação nacional (FORPROEX, 2001a). Nessa publicação, são estabelecidos os parâmetros para a avaliação, tendo em vista as especificidades das Universidades Públicas e a relação da Extensão Universitária com o Ensino e a Pesquisa. As dimensões do sistema proposto são as seguintes:

1. Política de Gestão;
2. Infraestrutura;
3. Relação Universidade – Sociedade;
4. Plano Acadêmico;
5. Produção Acadêmica.

Além dessas dimensões, a proposta do FORPROEX contempla as categorias que devem organizar o sistema, os indicadores (quantitativos e qualitativos) com os respectivos procedimentos metodológicos e as possíveis

fontes de informação para sua produção. Importante recomendação, feita pelo FORPROEX, é a de que “a avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão”. (2001, p. 56)

Com a inclusão da Extensão Universitária na matriz de alocação de recursos, a definição e pactuação de indicadores, pelo menos no que se refere às IFES, tornaram-se questões prioritárias para a ANDIFES. Além das exigências específicas colocadas para as IFES, a questão da avaliação da Extensão Universitária está na pauta de todas as Instituições Públicas do Ensino Superior (IPES), como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº 10.861/2004), cuja preocupação central são os impactos acadêmicos e sociais do ensino superior. Nessa lei, são destacadas as dimensões relacionadas à Extensão Universitária a serem contempladas pelo SINAES, conforme segue:

“II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade.” (Lei 10.861/04, Artigo 3º).

Ainda no que se refere à avaliação, cabe ressaltar que a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante – e da equipe de trabalho na qual este se inclui – sobre os problemas sociais.

Em virtude das exigências da legislação e da complexidade e urgência da tarefa, esta Política convida todos os envolvidos com a Extensão Universitária a empreenderem os esforços necessários ao aprimoramento e consolidação do sistema nacional de monitoramento e avaliação da Extensão Universitária. Visando contribuir nessa direção, o FORPROEX, por meio da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão, está também desenvolvendo um programa, constituído por três projetos, assim denominados: Capacitação em Avaliação da Extensão Universitária, Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira e Avaliação de Impacto dos Projetos do PROEXT/2009.

## 10 AGENDA ESTRATÉGICA

Sendo múltiplos os objetivos da Extensão Universitária, assim como os desafios a serem enfrentados para seu fortalecimento, esta Política reafirma a agenda estratégica, pactuada no XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em maio de 2012, e sintetizada na Carta de Manaus. Essa agenda é constituída por 12 (doze) ações necessárias ao desenho e redefinições nas políticas públicas de apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do MEC, e das próprias Instituições de Educação Superior, conforme segue:

1. incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo e inserindo-as, de modo qualificado, no projeto pedagógico dos cursos;
2. adequada inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior do PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior;
3. regulamentação da Extensão como prática acadêmica mediante lei ordinária que normalize suas ações e o seu financiamento e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nas mesmas;
4. reconhecimento das ações de Extensão Universitária e do esforço docente e técnico, em termos equânimes, em concursos, normas e carreiras acadêmicas;
5. criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de Extensão realizadas em qualquer tipo de IES (independentemente de serem Federais, Estaduais ou Municipais), seja através da inserção na matriz orçamentária das IFES, seja por meio de repasses por convênios, no caso das instituições estaduais e municipais, e de aumento dos aportes do MEC, seja via a inclusão, na agenda das agências governamentais, de programas e linhas de financiamento para a Extensão Universitária;
6. definição dos valores alocados para atender às demandas do Edital PROEXT 2012, assegurando um percentual compatível com aquele garantido no edital anterior, quando os recursos foram reajustados em 100%;
7. instituição pelo MEC, no mais curto espaço de tempo, do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira;
8. incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições;
9. estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da Universidade na superação da iniquidade social e para a promoção

do desenvolvimento sócio-cultural, com destaque para o Programa Josué de Castro que visa comprometer o conjunto das IPES com a superação da miséria no país;

10. criação, na SESU, de um Departamento de Políticas Acadêmicas Integradas, como instância de coordenação acadêmica que estimule e induza a integração da Extensão, Ensino e Pesquisa no cotidiano das IES, das Políticas da Educação Superior, de Ciência e Tecnologia e das demais políticas públicas;
11. apoio e financiamento para a criação de plataforma de comunicação da Extensão, favorecendo a divulgação de suas políticas, atividades e produtos, bem como uma gestão eficiente da informação;
12. fomento e apoio a rádios e TVs educativas, vinculadas às IPES federais, estaduais e municipais, que desenvolvem programas em áreas e temas estratégicos para o desenvolvimento nacional, tais como, saúde, educação e cultura.

A expectativa dos Pró-Reitores de Extensão, manifestada na Carta de Manaus, é de que, por meio desta agenda, amplie-se o debate e concretizem-se iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização e gestão da Extensão Universitária e no cotidiano acadêmico; debate e iniciativas que estreitem os laços que unem as IES às organizações sociais, aumentando a contribuição da Universidade Pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

## 11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf)>. Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. *Projetos de Leis e Outras Proposições*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>> Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 28 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)> Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 10 de janeiro de 2001, p. 128. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument)> Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 15 de abril de 2004, p. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>> Acesso em: março de 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm)> Acesso em: março de 2012.

BRASIL, F. P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. *Gestão Social: O Que Há de Novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, volume 1, p. 45-66.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

\_\_\_\_\_. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).

\_\_\_\_\_. *Extensão Universitária: Organização e Sistematização*. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – Carta de Porto Alegre. <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

\_\_\_\_\_. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Wanderley G. *A Trágica Condição da Política Social*. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique *et. al.* (Orgs.). *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## **ANEXO**

### **Instituições Integrantes do FORPROEX**

#### **Instituições Federais de Ensino Superior**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Universidade Federal do Acre – UFAC

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Universidade Federal de Roraima – UFRR

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Centro Federal de Educação Tecnológica - IFET-MA

Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Universidade Federal do Ceará – UFC

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - IFET-PB

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Instituto Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - IFET-AL

Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Universidade Federal de Goiás – UFG  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS  
Universidade Federal Grande Dourados – UFGD  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Universidade Federal Fluminense – UFF  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
Centro Federal de Educação Tecnológica - CSF- CEFET-RJ  
Instituto Federal de Educação Tecnológica - IFF-FLUMINENSE  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
Universidade Federal do ABC – UFABC  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo- IFES  
Universidade Federal de Viçosa – UFV  
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM  
Universidade Federal de Lavras – UFLA  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS  
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFET-MG  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

Universidade Federal do Paraná – UFPR  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR:  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA  
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA  
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - IFSUL  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS  
Universidade de Brasília – UnB

### **Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior**

Universidade do Estado do Amapá – UEAP  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA  
Fundação Universidade de Tocantins – UNITINS  
Universidade do Estado do Pará – UEPA  
Universidade Estadual de Roraima – UERR  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA  
Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF:  
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Universidade de Pernambuco – UPE  
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Universidade Regional do Cariri – URCA  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN  
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL  
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI  
Universidade Estadual de Goiás – UEG  
Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Universidade de São Paulo – USP  
Universidade de Taubaté  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG  
Universidade Estadual de Londrina – UEL  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS  
Universidade Estadual do Norte do Paraná- UENP  
Centro Universitário Estadual da Zona Oeste do Rio de Janeiro - UEZO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



# **PROPOSTA DE POLÍTICA DE EXTENSÃO PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL**

**Versão 10-12-10**

**Pelotas – dezembro de 2010**

## **Sumário**

### **1. Extensão Universitária**

#### **Definição:**

### **2. Política de Extensão da Universidade Federal de Pelotas**

### **3. Princípios Norteadores das Ações de Extensão**

### **4. Objetivo**

### **5. Operacionalização**

#### **5.1. MÉTODO – Questões a serem consideradas**

#### **5.2. Áreas Temáticas:**

I – Comunicação

II – Cultura

III – Direitos Humanos e Justiça

IV – Educação

V - Meio ambiente

VI – Saúde

VII - Tecnologia e Produção

VIII – Trabalho

#### **5.3. Atividades e Ações**

### **6. Avaliação das Atividades e Ações de Extensão.**

### **7. Estrutura da Pró-Reitoria**

## **1. Extensão Universitária**

### **Definição:**

*A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e fomenta a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.*

## **2. Política de Extensão da Universidade Federal de Pelotas**

A Universidade Federal de Pelotas ciente do seu compromisso institucional, de ser a indutora de um processo de integração e desenvolvimento social sustentável, priorizará suas ações extensionistas a serem executadas de forma indissociável com o ensino e a pesquisa que visem a promoção da integração e formação de parcerias entre as instituições públicas, privadas e a comunidade, e que sejam capazes de responder as demandas nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, nas esferas local, regional e global.

Assim, as ações deverão instaurar um processo educativo que deve transcender da simples transferência de conhecimento e tecnologia para um conjunto de ações sistematizadas que possibilite, de forma coletiva, conhecer e compreender o mundo no qual e com o qual se age e, na medida em que se conhece, se possa planejar e replanejar com a participação de todos os atores envolvidos.

Para tanto, pretende integrar de forma sistemática e imperativa os conhecimentos produzidos dentro e fora da Universidade com vistas a construir uma rede de competências capazes de responder as necessidades de integração e desenvolvimento social sustentável de abrangência local, regional, nacional e internacional.

Por sua vez, a gestão das atividades de extensão deverá estar ancorada num planejamento estratégico que fortaleça a perspectiva intersetorial, a abordagem multidisciplinar e interfuncional, a formação de um ambiente de cooperação, solidariedade e de coresponsabilidade, estímulo à participação, a superação de problemas, o compromisso institucional com a qualidade, excelência acadêmica, a integração e o desenvolvimento social sustentável.

No tocante, ao planejamento estratégico, das atividades e ações de extensão da UFPEL, deverá atender as diretrizes institucionais, pautadas no Estatuto e Regimento e as demais normas que regem o tema, bem como, as diretrizes e a legislação nacional que tratam da extensão Universitária.

Neste contexto, as áreas temáticas de atuação serão definidas levando-se em consideração as diretrizes propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o plano de ações das Unidades Acadêmicas as políticas das instituições públicas, privadas parceiras e as demandas sociais envolvendo, prioritariamente os temas referentes à: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção, e ;Trabalho.

Para tanto, as ações de extensão serão desenvolvidas de forma dialógica, primando pela troca permanente entre os saberes da Universidade e da sociedade e tendo com princípios balizadores os que seguem:

### **3. Princípios Norteadores das Ações de Extensão**

**Produção científica e tecnológica** – na percepção de uma sociedade do conhecimento, na necessidade de se valorizar os diferentes diálogos e os pontos de intersecção, entre a Universidade e a Comunidade, na construção do conhecimento e de tecnologias, como fatores indispensáveis para a socialização e difusão da arte e cultura, da riqueza, do emprego, da renda para uma sociedade mais justa.

**Autonomia didática** – O processo educacional deverá estar embasado na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, vinculado ao projeto pedagógico, no qual se reflita e se intervenha através do conhecimento das diversidades históricas e geográficas . Esta reflexão deverá influir criticamente na identificação e significação dos problemas, desafios, e como transformá-los em oportunidades nos mais diversos níveis sociais.

**Articulação Pública/Privada** – percebida como um conjunto de procedimentos administrativos e operacionais a serem desenvolvidos de forma articulada com as políticas públicas e privadas, comprometidas com o fortalecimento e a abordagem multidisciplinar, interfuncional e efetiva. Para tanto, as ações deveram estar alicerçadas num planejamento

estratégico que seja capaz de identificar e priorizar os propósitos institucionais e sociais de relevância;

**Competência Financeira e Institucional** – entendida como sendo a capacidade de gerir recursos humanos, materiais e financeiros com vistas a promover o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional nas dimensões sociais e ambientais. No tocante aos recursos financeiros, por se tratar de uma ação de instituição pública, entende-se que os mesmos devam ser provenientes do orçamento da união de forma específica. Esta condição não deve inibir ações pró-ativas que visem a formação de parceiras públicas privadas na ampliação das fontes de recursos.

**Participação colegiada** - caracterizada pela participação dos diferentes órgãos colegiados, das unidades acadêmicas e administrativas, das instituições parceiras e da comunidade na formulação de diretrizes, planejamento, execução, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades de extensão;

**Descentralização** – compreendida como reconhecimento da competência dos cursos de graduação, pós-graduação e das Unidades Acadêmicas, portanto, delegando as mesmas a responsabilidade de planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades curriculares vinculadas as ações de extensão.

#### **4. Objetivo**

As diversas ações de extensão da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas e coordenadas pela PREC, têm como objetivo:

*“Promover, através de ações indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão, um processo de integração transformadora entre a UFPEL e a comunidade que reflita a realidade histórica-geográfica de forma crítica e que identifique os reais significados, problemas e desafios convertendo-os em oportunidades nos níveis social, político, econômico, cultural e ambiental na esfera local, regional, nacional e internacional”.*

#### **5. Operacionalização**

##### **5.1. MÉTODO – Questões a serem consideradas**

As metodologias a serem implementadas no desenvolvimento das ações de extensão resultarão da convergência de intenções e propósitos vindos das unidades acadêmicas e da sociedade. Para tanto, na implementação das ações deverá ser considerado um conjunto estruturado de procedimentos administrativos e operacionais, organicamente ligados entre si, que visem dar suporte a um processo de integração com a comunidade, com base nos princípios acima elencados.

A escolha dos métodos de ação junto a uma comunidade devem considerar o desenvolvimento em uma determinada localidade, a sua complexidade, por consequência dos objetivos, prioridades e pelas influências políticas, sociais, econômicas e ambientais.

Para tanto, as Unidades Acadêmicas definirão suas propostas, do ponto de vista da Unidade como um todo, ou seja, o conjunto formado pelos docentes, discentes, técnico-administrativos, e considerar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, tendo como objetivo final a relação integradora entre a Universidade e a Sociedade.

As propostas deverão ser construídas e elaboradas, com a participação representativa da Unidade Acadêmica e sociedade, até a obtenção de resultados consensuais, aprovados em reunião do Departamento, Conselho Departamental e/ou Conselhos Departamentais e seus respectivos colegiados de cursos como sendo uma ação institucional e não de um ou grupos isolados. Neste sentido, cabe salientar que o processo decisório, interno, deve ser conduzido, pelas direções e chefias com a participação dos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, na devida presteza e urgência que as necessidades sociais nos impõem.

Cabe destacar, também, que ação do agente externo da universidade seja concebida a partir de um aceite e uma decisão consciente dos membros que a constituem ou represente. Para tanto, faz-se necessário, não só de um estudo prévio, mas de uma articulação clara entre a proposta e os objetivos do programa, os projetos e das ações a serem desenvolvidas.

A relação entre a Universidade e a comunidade neste processo em termos educativos deve ser pautada pela busca conjunta de conhecimentos, como forma de democratizar o saber, onde ambos aprendem mutuamente.

Por sua vez, a operacionalização da ação de extensão se dará tendo como estruturas colegiadas um **Conselho de Integração e Desenvolvimento Social** formado por representantes das unidades acadêmicas e administrativas, vinculado a PREC. As **Comissões de Extensão** vinculadas as Unidades Acadêmicas e pela atuação dos **Grupos de Trabalho – GT** a serem constituídos a partir da visão da **interdisciplinaridade e interfuncionalidade e**

tendo como estrutura, local de atuação, de preferência os **Núcleos de Integração e Desenvolvimento Social – NIDS**.

O **Conselho de Integração e Desenvolvimento Social** formado por representantes das unidades acadêmicas, administrativas e discentes coordenado pelo Pró-Reitor, terá as funções de representatividade das Unidades Acadêmicas, administrativas e discentes e consultiva no tocante ao planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de extensão e do plano de extensão. Enquanto articulador, o Conselho deverá criar um ambiente de integração e articulação capaz de formar uma **Rede do Conhecimento interna**, comunidade universitária, que ao se conectar com a **Rede do Conhecimento externa** comunidade e instituições parceiras dará suporte a **INOVAÇÃO**, ou seja, às mudanças para a busca de uma nova realidade social.

Já, as **Comissões de Extensão** vinculadas as Unidades Acadêmicas serão constituídas por docentes, técnicos-administrativos e discentes das respectivas áreas de competências terão com função desenvolver ações relacionadas o planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de extensão e do plano de extensão a nível de unidade acadêmica.

#### **Grupos de trabalho - GTs**

Serão constituídos por docentes, técnicos-administrativos e discentes das áreas de competências da atuação e membros das comunidades e se dará a partir da visão da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e com base na interdisciplinaridade e interfuncionalidade pressupostos básicos necessários para ampliar as relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais a serem firmadas entre a universidade e a comunidade.

Os GTs terão como objetivo agregar os participantes interessados em atuarem em temas específicos que abordem questões de interesse institucional, de relevância social ou apontados pelas políticas públicas. Para tanto, os GTs deverão conduzir os trabalhos de forma que seja possível articular os interesses comuns, onde a produção do conhecimento seja feita a partir dos diferentes saberes, que possibilitem criar e identificar cenários e elaborar proposições de ações integradoras às comunidades parceiras.

Os GTs estarão vinculados a PREC e serão geridos por um (a) Coordenador (a) definido por ato de criação do GT, pelo Pró-Reitor, e de um relator a ser indicado pelos membros do grupo. Os documentos e proposições produzidos ou recebidos pelo GT deverão ser apreciados e aprovados pela maioria dos seus integrantes e encaminhados para apreciação e deliberação dos conselhos deliberativos das Unidades Acadêmicas das áreas de competências.

Os **Núcleos de Integração e Desenvolvimento Social – NIDS**, são locais de atuação, se constituem de um espaço físico pertencente à Universidade, ou as instituições parceiras, que contarão com uma infra-estrutura flexível, com visão interfuncional e com capacidade de atender as demandas das comunidades alvo de integração ou dos temas a serem abordados.

Para tanto, disporá de salas, laboratórios e equipamentos, áreas abertas em proporções adequadas aos projetos a serem implementados e aos acordos firmados com as comunidades e ou instituições parceiras, públicas e privadas.

No tocante as parcerias públicas, os Núcleos serão espaços por excelência para o desenvolvimento das **políticas públicas** e de atividades vinculadas ao planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas de desenvolvimento social do governo federal, estadual e municipal. Na integração com a iniciativa privada poderão se credenciar a atuarem no planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das **políticas de responsabilidade social** do setor privado.

Os núcleos que atuarem em áreas de vulnerabilidade social deverão desenvolver, prioritariamente, atividades que visem a atender às necessidades das comunidades no tocante a melhoria de suas condições socioeconômicas e ambientais através de ações de inclusão social produtivas, ou seja, que qualifiquem efetivamente as pessoas para o trabalho.

O Núcleo será criado por ato do Reitor, por solicitação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e será composto por um (a) Coordenador (a), definido por ato de criação e de uma secretária.

Com base no exposto, entende-se possível se constituir um Sistema de Gestão das Atividades e Ações de Extensão como sendo o instrumento norteador no processo de institucionalização da Extensão condição para que a comunidade reconheça legítima o papel social da UFPEL.

## **5.2. Áreas Temáticas:**

As áreas temáticas que nortearão as ações foram aprovadas pelo COCEPE na resolução nº.10 de 09 de novembro de 2006 e assim a UFPEL acompanha as orientações emanadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas - FORPROEX e contemplam os temas abaixo relacionados;

I – Comunicação;

II – Cultura;

III – Direitos Humanos e Justiça;

IV – Educação;

V - Meio ambiente;

VI – Saúde;

VII - Tecnologia e Produção;

VIII – Trabalho.

### **5.3. ATIVIDADES E AÇÕES**

Com base nos pressupostos da Política de Extensão as atividades e ações de extensão estarão descritas no Plano Desenvolvimento Institucional – PDI e no Plano de Ação Anual da PREC e das Unidades Acadêmicas. Sua denominação e respectivas definições e caracterizações estão descritas no **Anexo I**.

### **5.4. REGISTRO, ACOMPANHAMENTO E CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E AÇÕES DE EXTENSÃO**

O registro das atividades e ações de extensão deverão ser apresentadas pelo proponente em formulário próprio da PREC, disponível na página web da UFPEL/PREC e deverão possibilitar a inserção das informações num banco de dados (Sistema de Informação e Gestão de Projeto - SIEEx) que seja acessível ao público (Site da UFPEL e PREC) e que atenda as necessidades para a elaboração de relatórios, certificações, divulgação das ações, atendimento as demandas dos órgãos e setores de controle internos e externos, orientação de toma de decisão sobre a política de extensão e plano de ação e nos procedimentos administrativos e operacionais. Esta diretriz implica em garantir condições materiais, humanas e tecnológicas que contribuam para a desburocratização dos processos e procedimentos relativos à proposição, apoio, acompanhamento e avaliação. Envolve a disponibilização de software capazes de atender as exigências imposta um processo de gestão que busca a melhoria continua e a excelência acadêmica. Os procedimentos administrativos e operacionais estão descritos no **Anexo II**.

### **6. Avaliação das Atividades e Ações de Extensão.**

Admitida como um processo sistêmico, participativo e concebido como um instrumento pedagógico implementado com o propósito de monitorar e avaliar as potencialidades e fragilidades, bem como, os impactos no processo de ensino aprendido, na pesquisa e na capacidade de gerar transformações sócio-ambientais.

O procedimento metodológico deverá estar inserido na rotina acadêmica e assegurar a participação de todos os atores envolvidos. No tocante, aos indicadores de avaliação quali-quantitativos os mesmos deverão aferir os objetivos e metas, propostos, na política institucional e de extensão e no Plano de Desenvolvimento Institucional e de Extensão. Por

sua vez, os instrumentos de registro das ações de extensão deverão possibilitar a inserção das informações num banco de dados (Sistema de Informação e Gestão de Projeto - SIEx) que seja acessível ao público (Site da UFPEL e PREC) e que atenda as necessidades para a elaboração de relatórios, certificações, divulgação das ações, atendimento as demandas dos órgãos e setores de controle internos e externos, orientação de toma de decisão sobre a política de extensão e plano de ação e nos procedimentos administrativos e operacionais.

## **7. Estrutura da Pró-Reitoria**

A **Pró-Reitoria de Extensão**, responsável pelos procedimentos administrativos e operacionais que envolvem o atendimento as diretrizes institucionais, pautadas no Estatuto e Regimento e as demais normas e legislações nacionais que tratam da extensão Universitária, bem como, o planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades extensionista. Entende como pertinente para gerir e atender as exigências das demandas internas e externas de forma eficaz e com a devida razoabilidade que é imposta para os agentes públicos uma estrutura de gestão constituída por:

### **Pró - Reitoria de Integração e Desenvolvimento Social**

#### **Órgãos colegiados**

Comissão de Extensão – COCEPE

Conselho de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável

Comissões de Extensão vinculadas as Unidades Acadêmicas

#### **Órgãos executivos**

Pró-Reitor

Vice Pró-Reitor

Secretária Executiva

- Setor administrativo e Financeiro; (gestão de bolsas, compra, patrimônio etc);
- Setor de Certificação;
- Setor de divulgação.

Departamento de Planejamento, Gestão de Projetos e de Tecnologia da Informação.

Departamento de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável.

Departamento de Arte e Cultura – DAC

Grupos de Trabalho

**Infra-estrutura e setores especiais**

Núcleos de Integração;

Museus

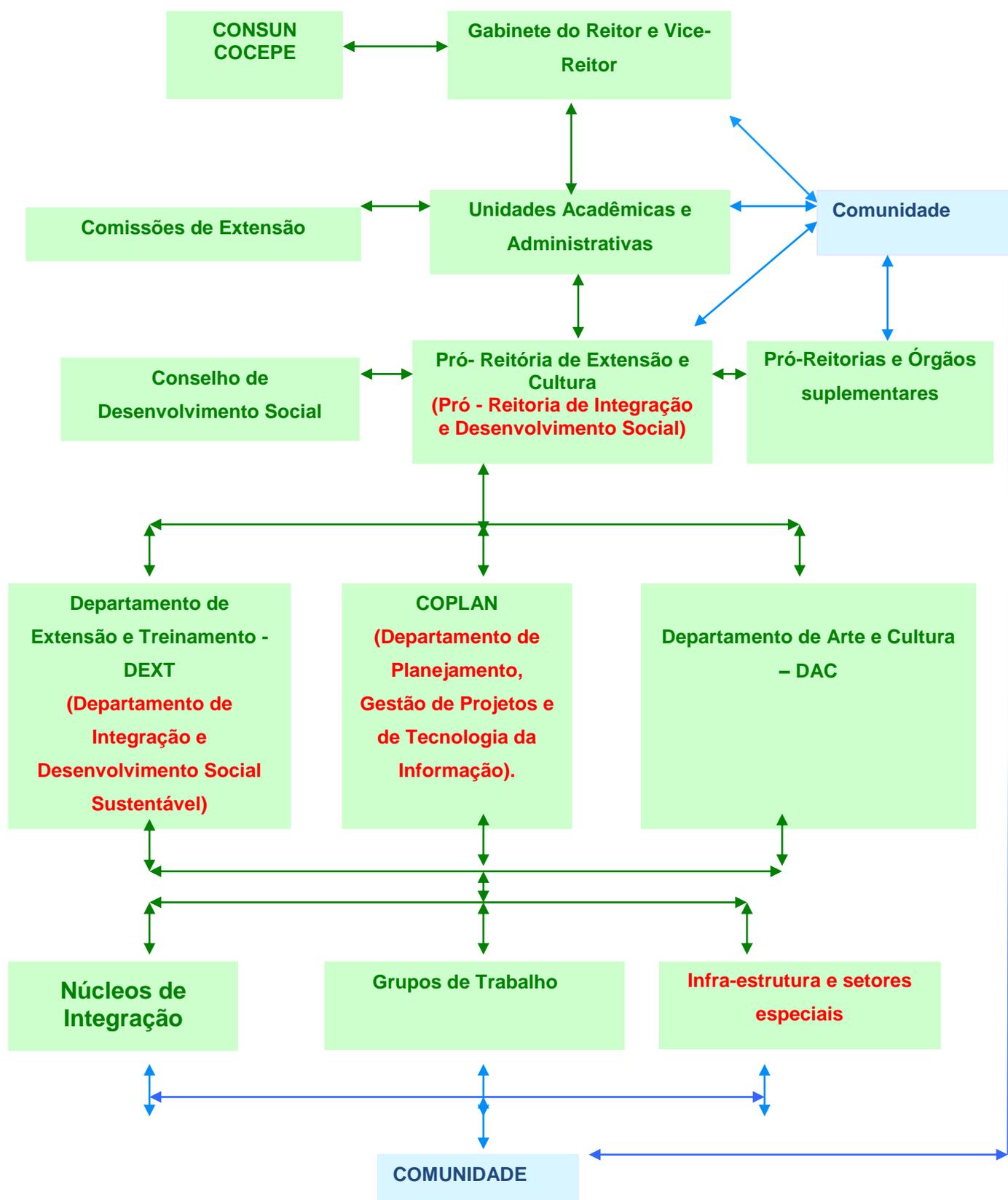
Espaços multiculturais;

Eventos;

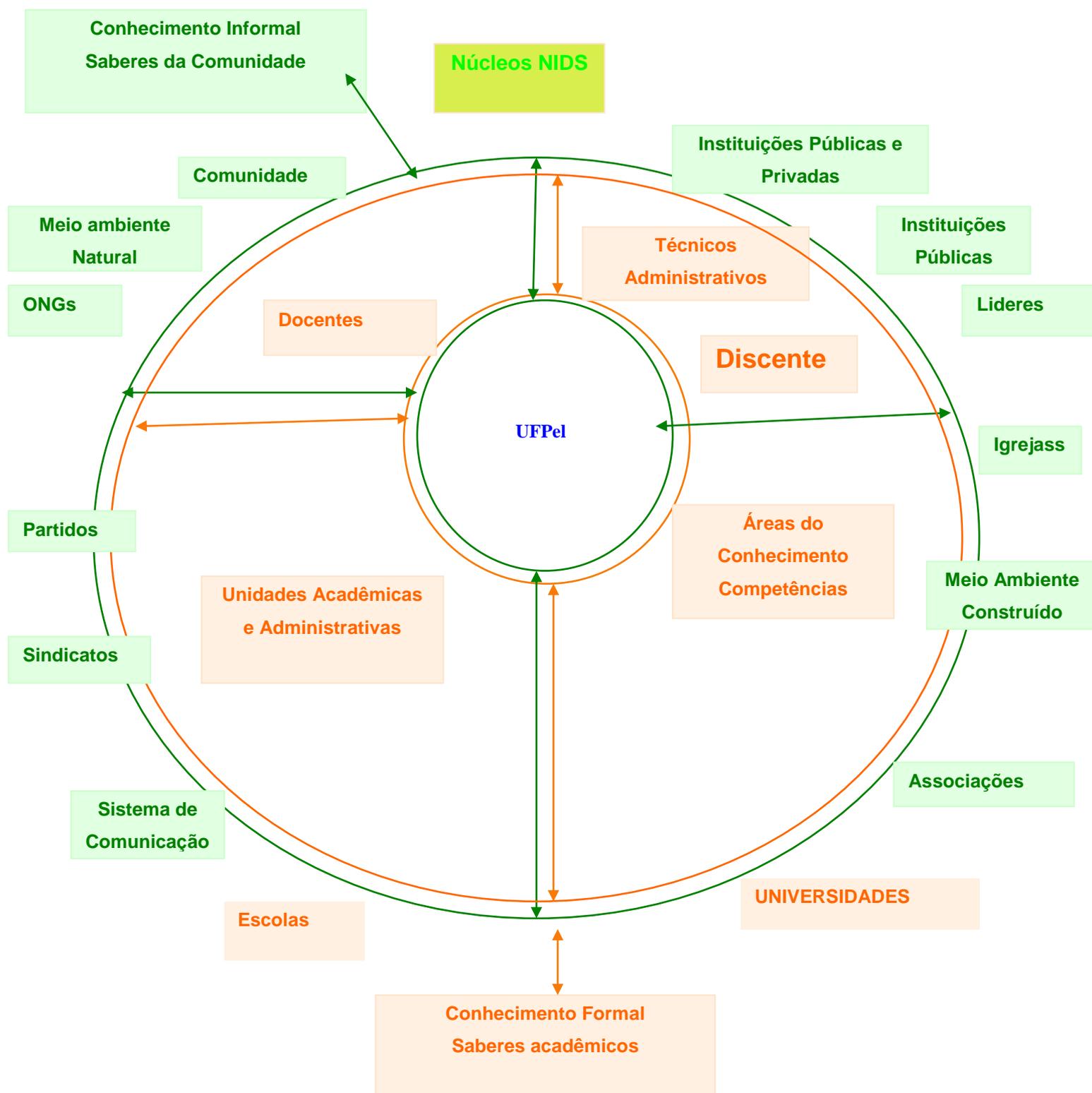
**Editora e Gráfica Universitária**

A denominação e respectivas definições e caracterizações das funções estão descritas no **Anexo III.**

### Estrutura da Pró – Reitoria e da Integração com a Comunidade



## Estrutura da Rede do Conhecimento



**Legenda:** A cor verde representa a rede do conhecimento informal e a laranja a rede do conhecimento formal

**ANEXO I**  
**DENOMINAÇÃO, DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E**  
**AÇÕES DE EXTENSÃO.**

Programa: Conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio e longo prazo, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), de forma indissociável a pesquisa e o ensino e vinculadas as atividades curriculares;

Sub-programas : Conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio e longo prazo, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando um programa e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), de forma indissociável a pesquisa e o ensino e vinculadas as atividades curriculares;

Projeto – Conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, sociais, culturais, científicos ou tecnológicos, com objetivo bem definido e prazo determinado desenvolvidas de forma indissociável a pesquisa e o ensino e vinculadas as atividades curriculares;

O Projeto ao ser registrado no SIEx (Divisão de Planejamento e Acompanhamento Técnico - DIPLAN) da PREC deverá manifestar a condição de “vinculado” (forma preferencial) ou “sem vinculo” a um Programa ou sub-programa.

Sub-projetos – Conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, sociais, culturais, científicos ou tecnológicos, com objetivo bem definido, articuladas a um projeto e prazo determinado desenvolvidas de forma indissociável a pesquisa e o ensino e vinculadas as atividades curriculares;

O Projeto e o sub-projeto ao ser registrado no SIEx (Divisão de Planejamento e Acompanhamento Técnico - DIPLAN) da PREC deverá manifestar a condição de “vinculado” (forma preferencial) ou “sem vinculo” a um Programa, sub-programa ou projeto.

### **Ações**

As Ações de Extensão Universitária desenvolvidas na UFPel serão classificadas em:

I – CURSO: Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de oito (8) horas e processo de avaliação definido, de modo a contemplar, também, uma Educação Continuada de qualidade. Os Cursos são divididos em duas categorias que atuam no treinamento e na qualificação profissional:

a – Categoria I, desenvolvida em duas modalidades: PRESENCIAL – quando a carga horária computada for referente à atividade na presença de professor/instrutor e; À DISTÂNCIA – cuja carga horária computada compreende atividades realizadas sem a presença/supervisão de professor/instrutor; as avaliações poderão ser presenciais ou a distância;

b – Categoria II, desenvolvida nas modalidades: INICIAÇÃO - Curso que objetiva principalmente oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento, com carga horária de até trinta (horas);

ATUALIZAÇÃO – Curso que objetiva principalmente reciclar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento, com carga horária acima de trinta horas (30) e abaixo de cento e oitenta (180) horas; APERFEIÇOAMENTO - Curso que objetiva principalmente treinar, qualificar e capacitar em atividades profissionais específicas e com carga horária mínima de cento e oitenta (180) horas.

## **II. Eventos**

EVENTO: Ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade e promovido por agentes da comunidade universitária com ou em parceria com a comunidade externa.

Os Eventos são classificados em nove grupos de Modalidades:

1. Congresso ou evento similar - Evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de três (3) dias ou mais, reunindo participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Abrange um conjunto de atividades como: mesas redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, mini-cursos, oficinas/workshop. Inclui-se nessa classificação, ainda, conferências, de nível nacional,

semanas de debates, reuniões anuais, etc. Os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a oito (8) horas devem, também, ser registrados e certificados como curso;

2. Simpósio ou evento similar - Evento científico de âmbito menor do que o Congresso, tanto em termos de duração – de um (1) a três (3) dias, quanto em número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados - incluem-se nessa classificação os eventos de médio porte, como seminário, encontro, jornada, colóquio, fórum, reunião – com carga horária acima de oito (8) horas;

3. Conferência ou evento similar - Evento científico de âmbito menor do que a Jornada e com tempo de duração inferior a oito (8) horas, incluindo eventos como debates, mesa-redonda, mini-cursos, reuniões ou oficinas;

4. Ciclo de Debates ou evento similar - Encontros seqüenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: ciclo de palestras, circuitos, debates, entre outros;

5. Exposição - Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços desenvolvidos de forma direta ou indireta no âmbito universitário. Inclui: feira, salão, mostra lançamento, entre outras;

6. Espetáculo - Demonstração pública de eventos cênicos e/ou musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e de televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical, entre outras;

7. Evento Esportivo - campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva, entre outros;

8. Festival - Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas;

9. Campanha - Ação pontual de mobilização e divulgação que visa a um objetivo definido.

### III. Serviços

A prestação de serviços como, atividade de extensão, deverão atender aos princípios da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e terem vinculação as atividades curriculares pressupostos básicos necessários para ampliar as relações interprofissionais a serem firmadas entre a universidade e a comunidade. A sua caracterização segue a descrição abaixo. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: Realização de trabalho oferecido pela UFPel ou contratada por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.) caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem é classificada em sete (7) modalidades e várias classificações complementares, conforme a situação descrita a seguir:

1. Serviço Eventual: Classificação – a) Consultoria - Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro da UFPel, acerca de situações e/ou temas específicos; b) Assessoria - Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, com conhecimentos especializados; c) Curadoria - Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro; d) Outros - Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.

2. Atendimento em Saúde Humana: Classificação – a) Consulta Ambulatorial - Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde; b) Consulta de Emergência e Urgência - Consulta de pronto atendimento; c) Internação - Atendimento a pacientes internados; d) Cirurgia - Intervenções cirúrgicas hospitalares e ambulatoriais; e) Exame Laboratorial - Exames de patologia clínica e anátomo-patologia; f) Exame Complementar - Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc; g) Outros Atendimentos – Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

3. Atendimento em Saúde Animal – Classificação: a) Consulta Ambulatorial – Atendimento ambulatorial a animais; b) Internação - Atendimento veterinário a animais internados; c) Cirurgia - Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais); d) Exame Laboratorial e Complementar - Exames de patologia clínica e anatomo-patologia; radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

4. Laudo – Classificação: a) Laudo Técnico - Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da UFPEL, que oferecem serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidade de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.

5. Atendimento Jurídico e Judicial – Classificação: Atendimento Jurídico e Judicial - Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.

6. Atendimento ao Público em Espaço de Cultura, Ciência e Tecnologia – Classificação: a) Espaço e Museu Cultural - Atendimento a visitantes e ao público em museus, centros de memória e espaços culturais das UFPEL; b) Espaço e Museu de Ciência e Tecnologia - Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das UFPEL, como observatório, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores, laboratórios e etc; c) Cineclube - Atendimento ao público em cineclubes das UFPEL; d) Outros Espaços - Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

7. Atividades de Propriedade Intelectual – Classificação: a) Depósito de Patente e de Modelo de Utilidade - Depósitos e registro de patentes; b) Registro de Marca e Software - Registro de marcas e softwares; c) Contrato de Transferência de Tecnologia - Contrato de transferência de direito sobre tecnologia; d) Registro de Direito Autoral - Registro de direitos autorais.

#### **IV - PUBLICAÇÕES E OUTROS PRODUTOS ACADÊMICOS –**

Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica e classificam-se em três (3) modalidades:

##### **1. Produção Literária:**

- a) Livro - Produção efetivada, incluindo traduções e excluindo obras no prelo;
- b) Anais - Anais de eventos científicos publicados);
- c) Capítulo de Livro - Produção efetivada, incluindo composições e arranjos editados e divulgados e excluindo obras no prelo;

- d) Artigo - Artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos completos em congressos publicados em Anais;
- e) Trabalhos Completos em Congresso – Inclui os trabalhos completos publicados em Anais de eventos científicos;
- f) Resumos em Congresso - Inclui comunicações curtas, temas livres e resumos publicados em Anais de eventos científicos;
- g) Manual - Cartilhas, Livrete ou Libreto, Fascículos, Cadernos, Boletins;
- h) Jornal - Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações, incluindo Boletim;
- i) Revista - Revistas e periódicos editados;
- j) Relatório Técnico - Textos completos voltados para divulgação restrita: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias características de atividades de extensão, teses e dissertações de docentes, memoriais de concursos, relatórios técnicos;

## 2. Produtos Audiovisuais:

- a) Filme - Filmes produzidos pela UFPel;
- b) Vídeo - Vídeos produzidos pela UFPel;
- c) CD's - CD's produzidos pela UFPel;
- d) DVD - DVD's criados pela UFPel;
- e) Outros - Outros produtos audiovisuais não classificados nos itens anteriores, tais como fitas cassetes, discos, etc.
- f) Programa de Rádio - Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio;
- g) Programa de TV - Programas produzidos com caráter de difusão em TV;
- h) Aplicativo para Computador - Softwares produzidos pelas UFPel;
- i) Jogo Educativo - Jogos educativos criados ou produzidos pelas UFPel;
- j) Produto Artístico - Inclui partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.
- k) Outros Produtos e Publicações - Outras publicações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.

## **Linhas de Extensão**

As linhas de Extensão que serão seguidas na análise e aprovação das ações apresentadas são:

I – Alfabetização, leitura e escrita – Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.

II - Artes cênicas – Dança, teatro, técnicas circenses, performance, formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

III – Artes integradas – Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.

IV – Artes plásticas – Escultura, pintura, desenho, gravura instalação, apropriação, formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

V – Artes visuais – Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

VI – Comunicação estratégica – Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.

VII – Desenvolvimento de produtos – Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.

VIII – Desenvolvimento regional – Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas a elaboração de planos diretores, soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns.

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; discussão sobre permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

IX – Questão agrária – Constituição e/ou manutenção de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência

técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.

X – Desenvolvimento tecnológico – Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.

XI – Desenvolvimento urbano – Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.

XII – Direitos individuais e coletivos – Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.

XIII – Educação profissional – Processos de formação técnica profissional, em nível máximo de aperfeiçoamento, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.

XIV – Empreendedorismo – Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a pró-atividade.

XV – Emprego e renda – Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.

XVI – Endemias e epidemias – Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.

XVII – Divulgação científica e tecnológica – Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização de espaços de ciência e tecnologia.

XVIII – Esporte e lazer – Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.

XIX – Estilismo – Design e modelagem criativa de vestuário, calçados, ornamentos e utensílios pessoais relacionados à moda.

XX – Fármacos e medicamentos – Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.

XXI – Formação de professores – Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal considerando-se para isto a carga horária máxima equivalente ao aperfeiçoamento (180h).

XXII – Gestão do trabalho – Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano, rural e industrial (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).

XXIII – Gestão informacional – Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

XXIV – Gestão institucional – Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.

XXV – Gestão pública – Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).

XXVI – Grupos sociais vulneráveis – Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.

XXVII – Infância e adolescência – Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto enfocado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

XXVIII – Inovação tecnológica – Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento. Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).

XXIX – Jornalismo – Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.

XXX – Jovens e adultos – Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.

XXXI – Línguas Estrangeiras - Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.

XXXII – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem – Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.

XXXIII – Mídia-artes – Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

XXXIV – Mídias – Produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias.

XXXV – Música – Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.

XXXVI – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares – Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.

XXXVII – Patrimônio cultural, histórico e natural – Preservação, recuperação, promoção e difusão de de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente), material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.

XXXVIII – Pessoas com deficiências incapacidades, e necessidades especiais – Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto enfocado na ação essas pessoas e suas famílias.

XXXIX - Propriedade intelectual e patente - Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e outros sobre propriedade intelectual e patente.

XL – Educação Ambiental – Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

XLI – Recursos hídricos – Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e Bacias Hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.

XLII – Resíduos sólidos – Ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor resíduos ou dejetos; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final de RSU (aterros sanitários e controlados), remediação de resíduos ou dejetos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.

XLIII – Saúde animal – Processos e metodologias visando à assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.

XLIV – Saúde da família – Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.

XLV – Saúde e proteção no trabalho – Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional

XLVI – Saúde humana – Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatorios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.

XLVII – Segurança alimentar e nutricional- Incentivo à produção de alimentos básicos, autoabastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.

XLVIII – Segurança pública e defesa social – Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.

XLIX – Tecnologia da informação – Desenvolvimento de competência informacional – para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.

L – Terceira Idade – Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.

LI – Turismo – Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda para os municípios; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.

LII - Drogas e dependência química - Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

As atividades de Extensão deverão, junto ao Departamento a que se achar ligado, para análise, aprovação e encaminhamentos necessários, observando-se os seguintes aspectos:

## **ANEXO II**

### **REGISTRO, ACOMPANHAMENTO E CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E AÇÕES DE EXTENSÃO**

1. As atividades de Extensão deverão ser apresentadas pelo proponente em formulário próprio da PREC, disponível na página web da UFPel/PREC, junto ao Departamento a que se achar ligado, para análise, aprovação e encaminhamentos necessários, observando-se os seguintes aspectos:

I – conteúdo técnico;

II – prazos para sua execução;

III – cargas horárias do Coordenador e demais participantes;

IV – necessidade de prorrogação dos prazos;

V – elaboração dos relatórios (atividade e financeiro) a serem apresentados ao DIPLAN/PREC.

2. As atividades de Extensão desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas e/ou Administrativa deverão ser aprovadas pelo respectivo Conselho Departamental e/ou Direção.

3. O Departamento poderá autorizar a participação de seus integrantes em atividade de Extensão que não forem de sua iniciativa, desde que observadas as normas e legislação pertinente.

4. No âmbito da respectiva área de competência os projetos de Extensão serão submetidos à aprovação:

I – do Departamento;

II – do Conselho Departamental;

III – da Comissão de Extensão;

IV – do COCEPE.

4.1. Quando a coordenação do projeto de extensão estiver a cargo de Técnico Administrativo de Nível Superior, e o mesmo não estiver ligado a um departamento de ensino, o projeto será avaliado pela Comissão de Extensão e submetido à aprovação do COCEPE.

5. A aprovação e registro das atividades extensionistas na PREC somente ocorrerão se:

5.1. Estiver prevista a participação de coordenador docente ou técnico administrativo com nível superior, com a participação discente (atividade curricular) e a comunidade com responsabilidades, carga horária definida para cada integrante, e a aprovação da chefia imediata.

6. Ao corpo discente será garantida a prioridade de participação nas atividades de Extensão e Cultura da Universidade.

7. A participação discente nas atividades extensionistas, sempre que possível, será apoiada com a concessão de Bolsa, segundo normas e modelos, aprovadas pelo COCEPE.

8. O estímulo à participação discente em Extensão e Cultura também se fará com a progressiva integralização dos currículos plenos dos cursos de graduação, incluindo créditos obtidos em atividades extensionistas, atendendo a flexibilização curricular e atendido:

8.1. Forem satisfeitos os aspectos formais de preenchimento dos formulários e do que trata o presente anexo.

8.2 - Não houver pendência quanto à entrega de relatório à PREC, por parte do Coordenador, relativa à atividade desenvolvida anteriormente.

9 As atividades de Extensão deverão constar do plano de trabalho do Coordenador e demais envolvidos, sendo registrados na medida em que forem autorizadas, ressalvados os limites previstos na legislação pertinente para as atividades de ensino e pesquisa.

10 Após o encerramento da atividade extensionista, deverá ser enviado ao DIPLAN/PREC, os relatórios de Atividade e Financeiro.

10.1. O coordenador que não apresentar os relatórios finais (atividades e financeiro) de projetos com encerramento dentro do ano civil, ou parcial para projetos que ultrapassem este limite, não poderá apresentar um novo projeto no ano subsequente sendo que o prazo máximo é a primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

11. Todo o participante de atividade extensionista devidamente institucionalizada na PREC, aprovação do COCEPE, um certificado devidamente registrado no DIPLAN/PREC, que é a única certificação reconhecida e registrada pela UFPel, para atividades de extensão.

11.1. Fica vedada, no âmbito da UFPel, a certificação de ações extensionistas por outro órgão (Departamentos, Conselhos, Áreas, Faculdades, etc.) que não a PREC/UFPel.

## **ARTE E CULTURA**

12 A Arte e a Cultura como integrantes da herança social e intelectual e como elementos da cidadania serão incentivadas na UFPel, independentemente de eventual vinculação com o ensino, a pesquisa e/ou participação de representantes dos três (3) segmentos: docentes, discentes e servidores técnicos administrativos.

12.1. As atividades artísticas e culturais serão desenvolvidas livremente na UFPel, cabendo a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura através de seu Departamento de Arte e Cultura (DArt) estimular, promover e coordenar sua execução.

## **REMUNERAÇÃO DE AÇÃO EXTENSIONISTA**

13. O Corpo Docente, Técnico e Administrativo da UFPel será estimulado a participar das atividades extensionistas e culturais podendo ser remunerado pelas normas vigentes.

14 Ao corpo discente será priorizada a participação nas atividades extensionistas e, sempre que possível, sua participação será apoiada com a concessão de Bolsa, segundo normas aprovadas pelo COCEPE.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

15 A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura proporá ao COCEPE normas que serão adequadas ao presente Regulamento Geral para integrar seu funcionamento.

16 A estrutura, funcionamento e competência da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura esta estabelecida nas Normas que regem a Universidade Federal de Pelotas.

17 Os casos omissos serão resolvidos pelo COCEPE que poderá ouvir a Comissão de Extensão e Cultura.

18. A presente Resolução entra em vigor após aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e de Extensão.

### **Anexo III.**

## **DENOMINAÇÃO E RESPECTIVAS DEFINIÇÕES E CARACTERIZAÇÕES DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS E SETORES DA PRÓ-REITORIA**

### **Pró - Reitoria de Integração e Desenvolvimento Social**

A Pró-Reitoria possui entre suas atribuições básicas regimentais:

#### **Estatuto da Universidade**

Art. 33 - As Pró-Reitorias de Graduação e Assistência, de Pós-Graduação e Pesquisa e a de Extensão, observadas as respectivas áreas de competência, funcionarão integradas na indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

#### **Regimento Geral da Universidade**

Art.67 - A **Pró-Reitoria de Extensão**, exercida pelo Pró-Reitor respectivo, coordena e dirige a atividade extensionista de toda natureza, da Universidade, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

I executar a política definida pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, relativa a cursos de extensão e serviços a coletividade;

II manter o registro centralizado das atividades de extensão e serviços à comunidade;

III promover atividades científicas, culturais, artísticas, desportivas e cívicas;

IV incentivar e difundir a produção literária, artística, técnica e científica do corpo docente, técnico-administrativo e discente;

V coordenar as atividades dos órgãos suplementares, a ela vinculados, e dos serviços de extensão da Universidade;

- VI expedir os certificados dos cursos de extensão;
- VII promover e coordenar o intercâmbio cultural com instituições congêneres;
- VIII manter contatos com entidades financiadoras de cursos de extensão e serviços à comunidade;
- IX promover a divulgação dos trabalhos de extensão realizados e em realização;
- X articular-se com a Pró-Reitoria de Graduação, para a manutenção dos registros atualizados dos cursos de extensão;
- XI promover, em caráter supletivo, programas de extensão cultural;
- XII manter estreitos vínculos com os órgãos superiores da Universidade, fornecendo-lhes os subsídios necessários;
- XIII dar apoio administrativo à Comissão de Extensão do COCEPE, no exercício de suas atribuições.

### **Órgãos colegiados**

#### **Comissão de Extensão – COCEPE**

Órgão do COCEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), integrado por representação docente e discente membros do COCEPE. Possui função normativa, deliberativa e consultiva sobre assuntos da extensão; avalia ações de extensão propostas pelas Pró-Reitorias, Órgãos da Administração Central.

#### **Conselho de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável**

Órgão vinculado a Pró-Reitoria constituído por representantes docentes das Unidades Acadêmicas, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Técnicos Administrativos e discentes com a função consultiva no tocante: a formulação de diagnósticos das questões relativas à Extensão Universitária; a elaboração de propostas de política de extensão; ao fortalecimento das atividades das unidades acadêmicas reconhecendo-as como os órgãos responsáveis pela execução da política de extensão; a coordenação de programas de fomento, ao intercâmbio e divulgação da extensão; a consolidação das ações que visem maior articulação entre as unidades acadêmicas; a intensificação das atividades e projetos multi/interdisciplinares vinculados aos currículos e que visem o desenvolvimento nas dimensões social, econômico e ambiental.

#### **Comissões de Extensão vinculadas as Unidades Acadêmicas**

Órgão vinculado as Unidades Acadêmicas. Integrada por representantes docentes, discentes e técnicos administrativos que avaliam as ações de extensão propostas e executadas nas respectivas Unidades.

### **Órgãos executivos**

#### **Pró-Reitor**

Ao Pró-Reitor cabe, coordena e dirige as atividades extensionistas da Universidade de toda natureza,

#### **Vice Pró-Reitor**

Ao Vice Pró-Reitor cabe substituir o Pró-Reitor nas suas faltas e impedimentos, e auxiliar no planejamento, execução, avaliação da política de extensão.

#### **Secretária Executiva**

- Setor administrativo e Financeiro; (gestão de bolsas, compra, patrimônio e etc.);
- Setor de divulgação.

#### **Departamento de Planejamento, Gestão de Projetos e de Tecnologia da Informação.**

O Departamento de Planejamento, Gestão de Projetos e de Tecnologia da Informação terá como funções vinculadas ao registro e avaliação das ações de extensão e para tanto deverá manter os registros utilizando e assegurar a através de indicadores a avaliação quali-quantitativas, disponibilizar todas as e qualquer informação solicitadas ou exigidas pelos órgãos de controle ou gestão internos ou externos, bem como a emissão de certificados. No tocante a política de extensão caberá ao departamento a coordenar as atividades que visem o planejamento, execução, monitoramento, avaliação e reprogramação da política.

#### **Departamento de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável.**

O Departamento de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável tem como funções executar a política de extensão, articular ações junto aos setores públicos e privados e dialogar com as comunidades visando a criar um ambiente indutor de um processo de desenvolvimento social sustentável, fortalecer as ações interinstitucionais sob a forma de consórcio, redes, parcerias voltadas para o intercâmbio nacional e internacional. Assessorar as unidades acadêmicas sobre temas que envolvam Técnicas Pedagógicas em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e Pós-Graduação e Pesquisa; elaboração e acompanhamento dos projetos e em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento, Administração, Infra-estrutura, Recursos humanos e Assistência; divulgação Editais e assessoria Jurídica em conjunto com o Gabinete do Reitor.

#### **Departamento de Arte e Cultura – DAC**

O DAC, tem como atribuições executar a política de extensão no tocante a cultura e arte, coordenar as diferentes manifestações culturais função, incentivar a criação e implantação dos espaços multiculturais, fortalecer as ações interinstitucionais sob a forma de consórcio, redes, parcerias voltadas para o intercâmbio nacional e internacional, assegurar os Programas já consolidados e

publicamente reconhecidos como teatro, arte no porto, cinema, coral e museus. Assessorar as unidades acadêmicas, das áreas de arte e cultura, sobre temas que envolvam Técnicas Pedagógicas em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e Pós-Graduação e Pesquisa; na elaboração e acompanhamento de Projetos e em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento, Administração, Infra-estrutura, Recursos humanos e Assistência; divulgação Editais e assessoria Jurídica em conjunto com o Gabinete do Reitor.

### **Grupos de Trabalho**

Os GTs terão como objetivo agregar os participantes interessados em atuarem em temas específicos que abordem questões de interesse institucional, de relevância social ou apontados pelas políticas públicas. Para tanto, os GTs deverão conduzir os trabalhos de forma que seja possível articular os interesses comuns, onde a produção do conhecimento seja feita a partir dos diferentes saberes, o respeito a diversidade e que possibilitem criar e identificar cenários e elaborar proposições de ações integradoras às comunidades parceiras.

### **Infra-estrutura e setores especiais**

#### **Núcleos de Integração;**

Os **Núcleos de Integração e Desenvolvimento Social – NIDS**, são locais de atuação, se constituem de um espaço físico pertencente à Universidade, ou as instituições parceiras, que contarão com uma infra-estrutura flexível, com visão interfuncional e com capacidade de atender as demandas das comunidades alvo de integração ou dos temas a serem abordados.

Para tanto, disporá de salas, laboratórios e equipamentos, áreas abertas em proporções adequadas aos projetos a serem implementados e aos acordos firmados com as comunidades e ou instituições parceiras, públicas e privadas.

No tocante as parcerias públicas, os Núcleos serão espaços por excelência para o desenvolvimento das **políticas públicas** e de atividades vinculadas ao planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas de desenvolvimento social do governo federal, estadual e municipal. Na integração com a iniciativa privada poderão se credenciar a aturem no planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das **políticas de responsabilidade social** do setor privado.

Museus

Espaços multiculturais;

Eventos;

### **Editores e Gráfica Universitária**